



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-MESTRADO**

RITA DE CÁSSIA PEREIRA DE CARVALHO

**AS TERRITORIALIDADES INSTITUCIONAIS E DOS
EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS TURÍSTICOS NA APA E
RESEX MARINHA DELTA DO PARNAÍBA**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2018**

RITA DE CÁSSIA PEREIRA DE CARVALHO

**AS TERRITORIALIDADES INSTITUCIONAIS E DOS EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS TURÍSTICOS EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS NO DELTA
DO PARNAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica territorial e conflitos sociais em espaço de fronteira.

Orientador: Prof. Dr. Mauro José Ferreira Cury.

Co-orientador: Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C331t	<p>Carvalho, Rita de Cássia Pereira de As territorialidades institucionais e dos empreendimentos econômicos turísticos em áreas naturais protegidas no Delta do Parnaíba. / Rita de Cássia Pereira de Carvalho.— Marechal Cândido Rondon, 2018. 163 f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Mauro José Ferreira Cury Coorientador: Milton Augusto Pasquotto Mariani</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2018. Programa de Pós-Graduação em Geografia</p> <p>1. Turismo. 2. Geografia. I. Cury, Mauro José Ferreira. II. Mariani, Milton Augusto Pasquotto. III. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. IV. Título.</p> <p>CDD 20.ed. 338.9741813 CIP – NBR 12899</p>
-------	--



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE RITA DE CASSIA PEREIRA DE CARVALHO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 19 dia(s) do mês de fevereiro de 2018 às 14h00min, no(a) Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Rita de Cassia Pereira de Carvalho, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia - nível de Mestrado, na área de concentração em Espaço de Fronteira: Território e Ambiente. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Mauro José Ferreira Cury, Rosângela Custódio Cortez Thomaz, Tarcísio Vanderlinde. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Mauro José Ferreira Cury, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "As Territorialidades Institucionais e dos Empreendimentos Econômicos Turísticos na Apa e Resex Marinha Delta do Parnaíba". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Rosângela Custódio Cortez Thomaz, Tarcísio Vanderlinde. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

Orientador(a) - Mauro José Ferreira Cury

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu (UNIOESTE)

Rosângela Custódio Cortez Thomaz
Universidade Estadual Paulista (UNESP)



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE RITA DE CASSIA PEREIRA DE CARVALHO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Tarcísio Vanderlinde

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)

Rita de Cassia Pereira de Carvalho

Candidato(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Dedico esse trabalho a todas as mulheres e homens da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba que, lutam diariamente pelo seu sustento e afirmação do seu território.

AGRADECIMENTOS

A jornada é longa e árdua, e muitas vezes solitária, mas nesse percurso várias pessoas foram importantes nesse caminho. Agradeço a Deus pelo dom da vida, a possibilidade de compreender as coisas da melhor forma possível e entender certas dores. A minha família pelos valores ensinados, o apoio, o suporte e a compreensão pela distância em tantos momentos felizes e tristes.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação de Geografia, representados pelo coordenador prof. Dr. Ericson Hideki Hayakawa. A assistente administrativa Anilise Dahmer Dvojtzke.

A professora Dra. Karin Linete Hornes pelo período de co-orientação.

Aos professores da banca de qualificação prof. Dr. Fábio de Oliveira Neves e prof. Dr. Tarcísio Vanderlinde, agradeço a todas as considerações valiosas ao trabalho.

Aos professores da banca de defesa, profa. Dra. Rosangela Custódio Cortez Thomaz, prof. Dr. Tarcísio Vanderlinde e prof. Dr. Milton Mariani pela primorosa avaliação do trabalho e contribuições.

Ao prof. Dr. Milton Mariani pela co-orientação ao longo desse trabalho, e pela amizade construída.

Agradeço, especialmente, ao prof. Dr. Mauro Cury pela orientação, compreensão e a amizade e os laços construídos, além de acolher como filha e pela presença em todos os momentos felizes e tristes. Tenho certeza ao afirmar não poderia ter feito melhor escolha de orientador.

A CAPES pela concessão da bolsa para subsidiar a pesquisa.

Aos meus amigos do Piauí pelo apoio em todos os momentos e se fazerem presentes apesar da distância. A Caroline Gomes, Juliana Gomes, Janaina Leocadio, Bruna Lima, Thuanny, Samela Amaral, Celiane Galeno, Andressa, Claudinha, Fran Santos, Wygma Wendell, Amanda Pereira, Lucas Sampaio, Tharlliton Silva, Nathan Oliveira pelo auxílio na pesquisa e a disponibilidade sempre que necessária, que nossa amizade continue sempre forte apesar da distância.

Aos meus amigos do mestrado, que apesar do pouco tempo de convívio os laços foram fortalecidos nos momentos alegres e de desespero, em especial a Rafael Sanches, Rafael Krupiniski, Debora Vanessa, Lilia Polleti, Gabriela Wild e Altair Bennet.

A Mauricio Cury pelo auxílio na correção do resumo em língua estrangeira.

A Simone Putrick e Shaiane Vargas pelo incentivo no ingresso na pós-graduação.

A professora Edvania Gomes de Assis por me instigar na pesquisa ainda no período da graduação.

Agradeço a APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, em especial a Patricia Claro, Silmara Erthal, Daniel Castro e Tatiana Rehder.

As agências de turismo e aos visitantes da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba que se disponibilizaram a participar da pesquisa.

RESUMO

A abordagem geográfica em áreas naturais protegidas contribui para o entendimento de suas relações numa perspectiva territorial e de desenvolvimento. Esta pesquisa refere-se sobre as territorialidades institucionais e dos empreendimentos econômicos turísticos (agências de turismo) da Área de Proteção Ambiental (APA) e Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Delta do Parnaíba, MA, PI e CE, que são duas Unidades de Conservação (UC's) sobrepostas no mesmo território. Abrangem dez municípios: Araisos, Água Doce do Maranhão, Tutoia e Paulino Neves, no estado do Maranhão, Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia, no estado do Piauí, Barroquinha e Chaval, no estado do Ceará, e estas UC's integram o roteiro turístico Rota das Emoções. A escolha desse território se faz por suas singularidades e diversidades que buscam equilibrar o uso e ocupação. Tem como objetivo analisar como as territorialidades institucionais e dos empreendimentos econômicos turísticos destas, e como contribuíram para o desenvolvimento territorial, a partir da compreensão dos conceitos geográficos de território e territorialidades e de sua caracterização geoambiental e socioeconômica. O método adotado é o indutivo. Com relação ao problema, é utilizado o método misto para conciliar a abordagem quantitativa e qualitativa. Os sujeitos envolvidos na pesquisa são os órgãos gestores das UC's, 10 agências de turismo, que foram escolhidos com o critério do cadastro ativo na plataforma do CADASTUR (Sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo) e os visitantes, que foram delimitados a partir da amostra infinita (625), pois não há estudos preliminares que quantifiquem a visitação. Os dados (questionários) são descritos e as entrevistas guiadas são analisadas com base no método da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Percebemos que há a dificuldade no controle na entrada para a visitação, haja vista a extensão do território. A principal atividade da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba é o turismo, e em específico o segmento do ecoturismo, embora descaracterizado. Ainda é uma atividade que carece de planejamento e ordenamento, para que possa assumir um caráter inclusivo e participativo, ao incrementar o saber e atividades tradicionais das comunidades. No entanto, os órgãos gestores e buscado articular com esses grupos que influenciam e são influenciados nessa área, a construção participativa do plano de manejo e que esse documento contemple o uso e ocupação na perspectiva do desenvolvimento territorial, além do ordenamento dos usos destas UC's.

Palavras-chave: Geografia. Turismo. APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

ABSTRACT

THE INSTITUTIONAL TERRITORIALITIES AND TOURISM ECONOMIC DEVELOPMENTS IN THE APA AND RESEX MARINHA DELTA DO PARNAÍBA

The geographical approach in protected natural areas contributes to the understanding of their relations in a territorial perspective and of development. This research refers to the institutional territorialities and tourist economic enterprises (tourism agencies) of the Environmental Protection Area (APA) and Extractive Reserve (RESEX) Marinha Delta do Parnaíba, MA, PI and CE, which are two Conservation Units (UC's) superimposed on the same territory. They cover ten municipalities: Araisos, Água Doce do Maranhão, Tutoia and Paulino Neves, in the state of Maranhão, Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia and Cajueiro da Praia, in the state of Piauí, Barroquinha and Chaval, in the state of Ceará, and this UC's integrate the tourist route, Route of Emotions. The choice of this territory is made by its singularities and diversities that seek to balance the use and occupation. Its objective is to analyze how the institutional territorialities and economic tourism enterprises of these, and how they contributed to the territorial development, from the understanding of the geographical concepts of territory and territorialities and their geoenvironmental and socioeconomic characterization. The method adopted is the inductive one. With regard to the problem, the mixed method is used to reconcile the quantitative and qualitative approach. The subjects involved in the research are the managing bodies of the UC's, 10 tourism agencies, which were chosen with the criterion of the active register in the platform of CADASTUR (System of registration of individuals and legal entities that operate in the tourism sector) and visitors, which were delimited from the infinite sample (625), since there are no preliminary studies that quantify the visitation. The data (questionnaires) are described and the guided interviews are analyzed based on the method of content analysis proposed by Bardin (2011). We realize that there is the difficulty in controlling the entrance to the visitation, given the extension of the territory. The main activity of the APA and RESEX Marinha Delta of Parnaíba is tourism, and in specific the segment of ecotourism, although mischaracterized. It is still an activity that needs planning and planning, so that it can assume an inclusive and participative character, by increasing the traditional knowledge and activities of the communities. However, the management bodies and sought to articulate with these groups that influence and are influenced in this area, the participatory construction of the management plan and that this document contemplates the use and occupation in the perspective of territorial development, besides the ordering of the uses of these UC's.

Keywords: Geography. Tourism. APA and RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	19
Figura 2 -	Pontos de coleta de dados na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	23
Figura 3 -	Trilha do Cavalo Marinho	65
Figura 4 -	Praia de Barra Grande	67
Figura 5 -	Vista Panorâmica do Porto das Barcas	67
Figura 6 -	Praia da Pedra do Sal	68
Figura 7 -	Ilha das Canárias	69
Figura 8 -	Revoada dos Guarás	71
Figura 9 -	Unidades de Conservação da Rota das Emoções	75
Figura 10 -	Entradas e saídas das discussões do Conselho Consultivo	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Categorias de Ucs	48
Quadro 2 -	Categorias de Proteção Integral	49
Quadro 3 -	Categorias de Uso Sustentável	50
Quadro 4 -	Quantitativo de Ucs em nível federal, estadual e municipal	53
Quadro 5-	Síntese das informações dos municípios da APA-RESEX Marinha Delta do Parnaíba	60
Quadro 6 -	Importância da APA-RESEX Marinha Delta do Parnaíba para o turismo na região	78
Quadro 7-	Atividades turísticas comercializadas na APA-RESEX Marinha Delta do Parnaíba	80
Quadro 8 -	Passeios comercializados na APA-RESEX Marinha Delta do Parnaíba	83
Quadro 9 -	O turismo como atividade que contribui para o desenvolvimento regional	89
Quadro 10 -	Principal atrativo da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	97
Quadro 11 -	Sugestões de melhoria na qualidade da visita na região da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	99
Quadro 12 -	Categoria intermediária 01: identificação dos gestores	101
Quadro 13 -	Categoria intermediária 02: características organizacionais e operacionais	102
Quadro 14 -	Categoria intermediária 03: parcerias	103
Quadro 15 -	Categoria intermediária 04: atividades realizadas pela APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	104
Quadro 16 -	Categoria intermediária 05: conselhos de gestão	109
Quadro 17 -	Categoria intermediária 06: visitação	112
Quadro 18 -	Categoria intermediária 07: turismo e desenvolvimento territorial	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Criação de Uc's por mandato.	54
Gráfico 2 -	Principal motivador do turismo na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.	78
Gráfico 3 -	Planejamento das atividades comercializadas na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	82
Gráfico 4 -	Monitoramento/acompanhamento das atividades na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	83
Gráfico 5 -	Comunicação entre o ICMBio e Agência de Turismo na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	84
Gráfico 6 -	Conhecimento das ações do ICMBio e Agência de Turismo na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	85
Gráfico 7 -	Orientação para visitação na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	86
Gráfico 8 -	Procedência do visitante na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	87
Gráfico 9 -	Tempo de permanência do visitante na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	88
Gráfico 10 -	Período com maior fluxo de visitantes na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	89
Gráfico 11 -	Faixa Etária dos visitantes	91
Gráfico 12 -	Renda dos visitantes	92
Gráfico 13 -	Grau de Escolaridade dos visitantes	93
Gráfico 14 -	Procedência dos visitantes	93
Gráfico 15 -	Tempo de Permanência dos visitantes	94
Gráfico 16 -	Visitação a APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	95
Gráfico 17 -	Motivação para visitar a APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	96

LISTA DE SIGLAS

ADRS	Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável
A&B	Alimentos e Bebidas
AETRE	Associação das Empresas de Turismo da Rota das Emoções
AGT	Agência de Turismo
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APA	Área de Proteção Ambiental
CADASTUR	Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de turismo
CE	Ceará
CIA	Comissão Ilha Ativa
CNPT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócios Biodiversidade a Povos e Comunidades Tradicionais
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EUA	Estados Unidos da América
FUNATURA	Fundação para a Conservação da Natureza
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IES	Instituição de Ensino Superior
MA	Maranhão
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
ONG	Organização das Nações Unidas
ONU	Organização das Nações Unidas
PI	Piauí
PNT	Política Nacional de Turismo
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
RESEX	Reserva Extrativista

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SM	Salário Mínimo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidade de Conservação
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UICN	União Internacional para Conservação da Natureza
UIPN	União Internacional para a Proteção da Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNSCCUR	Conferência Científica da Organização das Nações Unidas sobre a Conservação e Utilização de Recursos
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	CAMINHOS METODOLÓGICOS	21
2	TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES	29
3	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NA MODERNIDADE, APA E RESEX MARINHA DELTA DO PARNAÍBA E TURISMO	36
3.1	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	36
3.1.1	A conservação da natureza no Brasil	42
3.2	O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC	50
3.3	APA e RESEX MARINHA DELTA DO PARNAÍBA – MARANHÃO, PIAUÍ E CEARÁ	59
3.3.1	Caracterização Geoambiental da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	61
3.3.2	Caracterização Socioeconômica da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	64
3.4	TURISMO NA APA e RESEX MARINHA DELTA DO PARNAÍBA	68
4.	AS TERRITORIALIDADES INSTITUCIONAIS E DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS TURÍSTICOS DA APA e RESEX MARINHA DELTA DO PARNAÍBA: suas inter-relações ao desenvolvimento territorial	81
4.1	AS TERRITORIALIDADES DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS TURÍSTICOS E DOS VISITANTES DA APA E RESEX MARINHA DELTA DO PARNAÍBA	81
a)	Perfil dos Gestores de Agências de Turismo da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	81
b)	Atuação das Agências de Turismo na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	83
c)	Perfil dos Visitantes da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	95
d)	Visitação na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	99
e)	Conservação da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba	103
4.2	ANÁLISE SOBRE A GESTÃO DA APA e RESEX MARINHA DELTA DO PARNAÍBA E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	107
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	123

REFERÊNCIAS.....	127
APENDICE A	132
APÊNDICE B	134
APÊNDICE C	136
ANEXO I.....	138
ANEXO II.....	141
ANEXO III.....	152

1 INTRODUÇÃO

As territorialidades se perfazem a partir das ações dos homens no território. Territórios, esses, resultado das relações de poder de diversos grupos, como o Estado e as comunidades que se relacionam e reafirmam sua identidade e o pertencimento.

As relações sociais condicionam a transformação do espaço e sua consequente produção do território. O território quanto à territorialidade, em conformidade da sua abordagem e enfoque com a perspectiva necessária, se refere à espacialidade humana (HAESBAERT, 2010). Assim, a organização humana no espaço é fator determinante para a construção do território, com suas características no âmbito natural e social.

Com essa abordagem é possível compreender como as inter-relações têm ocorrido com a natureza e como emergem as preocupações a conservação e preservação dos ambientes naturais e quais as soluções necessárias, no caso a criação de áreas naturais protegidas, e como o homem tem sido um elemento determinante para a criação, função e para apropriação desses ambientes.

As iniciativas do pensamento conservacionista moderno tiveram início nos Estados Unidos da América (EUA), com a criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872, com o objetivo de salvaguardar as paisagens naturais de determinado local. A partir dessa iniciativa teve início à abordagem sobre áreas naturais protegidas. Entretanto, a preocupação com o meio ambiente só passou a ser discutida na segunda metade do século XX em virtude do desequilíbrio ambiental.

Na proporção em que o homem percebe a importância do meio ambiente para o seu bem-estar, são instituídas as regras para a sua conservação, de maneira que suas características pudessem ser resguardadas, para que assim sejam garantidos direitos como o acesso e o uso controlado desses espaços, ou seja, tem-se assim pensado nas áreas naturais protegidas.

Em 1972 acontece a Conferência de Estocolmo, e nesse momento foram delimitadas iniciativas para a implantação de uma agenda ambiental a nível global (MEDEIROS, 2003). No entanto, o Brasil assumiu uma postura desfavorável a essa discussão, pois defendia que os danos ambientais podem ser bem recebidos

partindo da premissa de que são necessários para o desenvolvimento econômico e industrial do país. Entretanto, o Brasil adotou uma postura diferenciada em decorrência desses debates realizados em 1972, sendo assim necessária uma estrutura que fosse capaz de tratar das demandas ambientais. Então, em 1973 é instituída a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) para atender essa demanda.

Os reflexos das políticas assumidas nos anos de 1970 foram concretizados com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), em que foram definidos os objetivos e metas para a criação e a gestão de áreas naturais protegidas, bem como a definição da classificação entre unidades de proteção integral e de uso sustentável, as suas tipologias de unidades, suas características e o uso desses territórios.

A relação intrínseca entre geografia e o turismo se estabelece com a construção do espaço geográfico, que é a base para a atividade turística, com o resultado da ação antrópica, à medida que cria paisagens, ocasiona modificações constantes e incorpora novos objetos e técnicas instituídas pelo conhecimento e ação humana, que se relacionam e criam novos territórios. Nesse sentido, o turismo se destaca como um setor estratégico, e nos países em desenvolvimento atua como agente transformador de territórios, à medida que provoca o fluxo de turistas, promove a melhoria na infraestrutura e serviços, que alteram questões sociais, culturais, econômicas e ambientais nos locais que se desenvolve e que articulam a produção no território.

O turismo é contemplado nas políticas públicas para delinear e orientar as ações de planejamento, e tem sua atuação de maneira indissociável a comunidade para o desenvolvimento territorial local e regional. Além de ser um setor estratégico para captação de investimentos para suas atividades, uma vez que reordena o território em que está inserido (MORRETI e RODRIGUES, 2001).

Essa pesquisa tem como objetivo analisar as territorialidades institucionais e dos empreendimentos econômicos turísticos na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba e sua contribuição para o desenvolvimento da atividade turística. Os objetivos específicos são: (i) Caracterizar as instituições e os empreendimentos econômicos turísticos da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba – MA, PI e CE, (ii) Avaliar as relações territoriais das áreas naturais protegidas e a atividade do turismo.

A criação da APA Delta do Parnaíba é datada de 28 de agosto de 1996, e abrange os municípios de Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia, no Piauí (PI); Araióses, Tutóia e Paulino Neves, no Maranhão (MA); Chaval e Barroquinha, no Ceará (CE). A fiscalização é de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a UC também apresenta o Plano de Gestão e Diagnóstico Geo-Ambiental e Socioeconômico da APA do Delta do Parnaíba. Esse é um documento que visa ordenar o território para atender aos objetivos propostos em sua criação, função e uso com a prioridade do desenvolvimento integrado regional.

A RESEX Marinha Delta do Parnaíba foi institucionalizada pelo decreto de 16 de novembro de 2000. Está localizada nos municípios de Araióses, Água Doce do Maranhão (MA) e Ilha Grande (PI). O seu objetivo é garantir o uso autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pelas populações extrativistas da área.

A realização da pesquisa abre uma discussão com o enfoque nas territorialidades em áreas naturais protegidas, numa região singular. Tal fato se justifica não somente pela relação intrínseca entre geografia e turismo, mas também pela carência de estudos com o viés geográfico humanístico, além de proporcionar novas possibilidades de renovação do conhecimento com perspectivas e abordagens aplicadas para o desenvolvimento regional.

Portanto, a pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: **A partir da criação da APA e da RESEX Marinha Delta do Parnaíba, quais as suas territorialidades institucionais e dos empreendimentos econômicos turísticos e contribuições para o desenvolvimento territorial?** Logo, busca-se ampliar a discussão sobre esse tema, entender a relevância da articulação de ações e atividades que abrangem esse território numa abordagem integrada e multidisciplinar, considera as suas particularidades e as especificidades das comunidades ali inseridas, com vistas ao desenvolvimento regional.

A territorialidade “se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 161-162).

Neste trabalho de pesquisa, a territorialidade foi refletida e analisada a partir das questões de ordem simbólica das instituições (APA e RESEX) e as 10 (dez)

agências de turismo selecionadas e cadastradas no CADASTUR (Sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo).

A dissertação está estruturada, além da introdução que consta uma breve explanação do tema e da metodologia da pesquisa, em quatro capítulos em que permeia o tema e encerra com as considerações finais da pesquisa.

O primeiro capítulo tem uma abordagem geográfica com a discussão sobre território e territorialidades. No segundo capítulo é tratado sobre as áreas naturais protegidas com explanações dos principais autores. Em seguida é realizada uma abordagem da evolução do pensamento de preservação e conservação da natureza a nível global, para assim chegarmos a uma compreensão de como foram inseridas as medidas de conservação da natureza no Brasil a partir dos marcos legais. O capítulo é finalizado com a caracterização da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba nos seus principais aspectos físicos e socioeconômicos.

No terceiro capítulo são discutidos os resultados e a análise sobre a territorialidade institucional e dos empreendimentos econômicos turísticos e a descrição sobre a percepção dos visitantes da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, e como esses pontos se inter-relacionam tendo em vista o desenvolvimento deste território. No último capítulo, são discutidas as considerações finais desta pesquisa.

1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa científica é um processo sistemático e com elaborados instrumentos que buscam a solução mais adequada a um dado problema. A partir dessa premissa, os dados são coletados e analisados criticamente para alcançar decisões com base em evidências autênticas (RUMMEL, 1981).

É resultado de um processo sistemático de compilação e análise de acervos bibliográficos e em trabalhos de campo. É necessário ter como ponto de partida um problema para assim empregar o método científico e traçar o caminho para alcançar determinado objetivo.

A abordagem desta pesquisa, baseada no problema apresentado, é contemplada do ponto de vista quantitativo e qualitativo, com a finalidade de compreender a natureza do fenômeno social discutido (RICHARDSON, 2014). Pretende-se entender como a territorialidade institucional e dos empreendimentos

econômicos turísticos influenciam no desenvolvimento territorial da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

O método definido para a pesquisa é o indutivo, pois é um processo que tem os dados ou observações constatadas para chegar a proposições gerais, ou seja, do particular ao geral (RICHARDSON, 2014). Com base no método definido, a pesquisa, do ponto de vista da sua natureza se caracteriza como aplicada, pois gera novos conhecimentos que envolvem verdades e que partem do local ao global.

Para compreender o problema da pesquisa e entender como ocorrem às territorialidades (institucional e dos empreendimentos econômicos turísticos) na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba e como essas se inter-relacionam para o desenvolvimento do território, é realizada uma abordagem quantitativa e qualitativa, que conflui para o método misto proposto por Creswell (2010). De acordo com o autor, a pesquisa de métodos mistos tem como pressuposto a “investigação que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa. Envolve suposições filosóficas, o uso de abordagens qualitativas e quantitativas e a mistura das duas abordagens em um estudo” (CRESWELL, 2010, p. 27).

Para alcançar os objetivos da pesquisa é realizada a descrição, a fim de caracterizar o objeto de estudo, no caso a APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba. Também é definida a pesquisa exploratória para ampliar o conhecimento e contribuir para o alcance dos objetivos determinados, e “quando não se tem informação sobre determinado tema e se deseja conhecer o fenômeno” (RICHARDSON, 2014, p. 66).

A escolha do objeto de estudo com enfoque em Áreas Naturais Protegidas, em particular, a APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, se justifica pela territorialidade institucional e dos empreendimentos econômicos turísticos existentes e suas possíveis contribuições para o desenvolvimento deste território. A figura 1 destaca a localização da APA e da RESEX Marinha Delta do Parnaíba e os municípios inseridos, localizados na faixa litorânea.

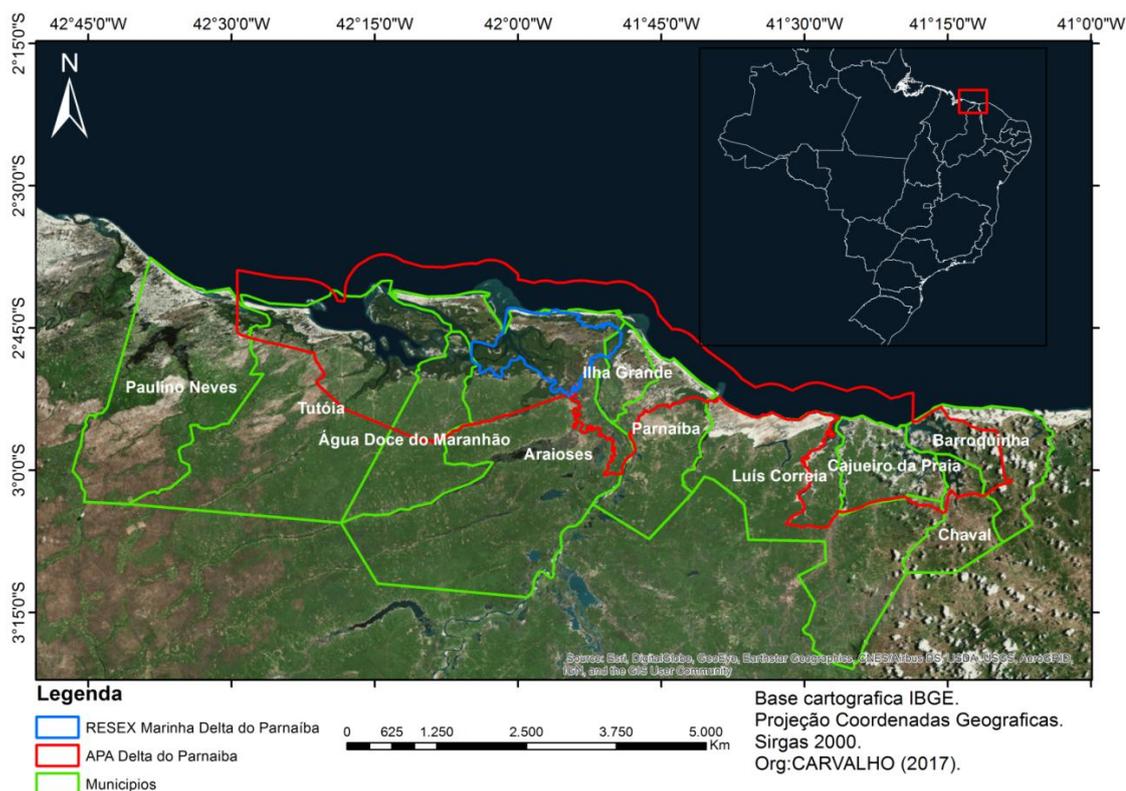


Figura 1: Localização da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba
Organização: Carvalho, 2017.

Conforme é observada, a área de estudo apresenta duas categorias distintas de UC's sobrepostas no mesmo território, com objetivos diferentes de criação, mas que buscam conciliar o uso racional dos recursos naturais existentes.

Com base nos procedimentos técnicos, foi realizada a pesquisa bibliográfica, a partir de todo o acervo público físico disponível na biblioteca da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Universidade Federal do Piauí (UFPI), além do material disponibilizado na internet, nas plataformas eletrônicas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Turismo (MTUR), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), ICMBio, Secretarias Estaduais e Municipais de Turismo e Meio Ambiente.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da UNIOESTE, por meio da Plataforma Brasil no dia onze de maio de 2017 e o parecer de aprovação foi emitido dia 29 de maio de 2017. Em seguida foi realizada a solicitação de autorização junto ao Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), com a submissão do projeto e a autorização foi emitida no dia oito de dezembro de 2016 para a pesquisa no território

da APA Delta do Parnaíba, e em três de setembro de 2017 para a RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Os instrumentos de coleta de dados delimitados nessa pesquisa são os questionários (gestores de agências de turismo e visitantes), pois permite uma compreensão das características dos grupos estudados, com perguntas abertas e de múltipla escolha. As perguntas de múltipla escolha permitiram caracterização dos grupos e as abertas tiveram como objetivo de aprofundar a descrição das opiniões. Também foi utilizada, na coleta de dados, a entrevista dirigida (gestores da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba), que “desenvolve-se a partir de perguntas precisas, pré-formuladas e com uma ordem preestabelecida” (RICHARDSON, 2014, p. 210).

Para a abordagem quantitativa foi considerada a amostra infinita, pois não foram realizados ainda, estudos e pesquisas relacionados ao número de visitantes da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba. Richardson (2014) orienta o cálculo da amostra baseada na seguinte fórmula:

$$N = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q}{E^2}$$

Dessa forma:

N = Tamanho da amostra;

σ^2 = Nível de confiança escolhido, em números de desvios (sigmas);

p = Proporção das características pesquisadas no universo, calculada em percentagem;

q = Proporção do universo que não possui a característica pesquisada ($q = 1 - p$).

Em porcentagem: $q = 100 - p$;

E^2 = Erro de estimação permitido.

Foi adotada a proporção de $p = 50$. Logo, $q = 50$, e o nível de confiança estabelecido é de 95%, correspondente a 2σ , com a margem de erro de 4%.

$$N = \frac{2^2 \cdot 50 \cdot 50}{4^2}$$

$$N = \frac{10.000}{16}$$

$$16$$

$$N = 625$$

Com a definição da quantidade de questionários a serem aplicados com os visitantes nos pontos de saída para os passeios na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, foi definido a amostra de questionários a serem aplicados com os agentes de viagens. O critério utilizado foi cadastro ativo na plataforma CADASTUR¹. A partir desse critério, foi realizado o levantamento de dezenove agências de turismo no território das UC's, entretanto apenas dez gestores se disponibilizaram a participar da pesquisa.

É válido esclarecer a tipologia de agências receptivas no mercado do agenciamento de viagens e turismo. “As agências de receptivo prestam serviços para as operadoras de turismo e as demais agências de viagens por meio do oferecimento de uma gama variada de serviços [...]” (TOMELIN, 2001, p. 25). Nessa tipologia, além da prestação dos serviços e o pagamento direto das operadoras, as agências receptivas podem, ainda, ofertar serviços elaborados de forma exclusiva, que são complementares e cobrados a parte.

Ainda sobre as terminologias adotadas nessa pesquisa, o turismo enquanto fenômeno intrínseco nestas UC's é necessário esclarecer a diferença entre Turista, Excursionista e Visitante respectivamente:

Turista: Indivíduo que se descola para um local diferente de sua residência habitual, motivado por diversos interesses. Durante a sua permanência no local visitado, o turista pode precisar da contratação de alguns serviços para completar sua visita como: hospedagem, alimentação, aluguel de equipamentos, compra de lembranças e presentes, contratação de guias e monitores, entre outros (BRASIL, 2006, p. 7).

Excursionista: visitante temporário que permanece menos de 24 horas (ou não realiza pernoite) no lugar que visita, e cujas finalidades são iguais às dos turistas. São comumente chamados de “visitantes de um dia” e incluem os passageiros em cruzeiros que pernoitam a bordo das embarcações (BRASIL, 2006, p. 7).

Visitante: Pessoa que visita a área de uma Unidade de Conservação de acordo com os propósitos e objetivos de cada área. O visitante pode ter várias motivações: lazer, conhecimento, recreação contemplação, entre outras (BRASIL, 2006, p. 7).

¹ O CADASTUR é um sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam diretamente no setor turístico, e tem como objetivo ordenar, formalizar e legalizar os prestadores de serviços relacionados ao turismo. É um sistema operacionalizado pelo Ministério do Turismo e com parceria com vários órgãos de turismo distribuídos no território brasileiro, e através dessa plataforma é possível ter acesso aos diversos dados sobre o cadastro dos prestadores de serviços turísticos (CADASTUR, 2017).

Então, por se tratar de uma pesquisa em UC's, o termo adotado é o de visitantes.

A partir do parecer de aprovação do Comitê de Ética, os dados foram coletados de acordo com o cronograma e os municípios configurados na Figura 2.

- a) Entrevista com o gestor da APA Delta do Parnaíba - dia 08 de junho de 2017;
- b) Questionários aplicados com agências de turismo receptoras de Parnaíba – dias 09 de junho de 2017;
- c) Questionários aplicados com visitantes em Ilha Grande – dias 10 e 11 de junho de 2017.
- d) Questionário aplicado com agência de turismo receptiva de Chaval – dia 12 de junho de 2017;
- e) Questionários aplicados com visitantes em Cajueiro da Praia e Barra Grande – dia 13 de junho de 2017;
- f) Questionários aplicados com visitantes em Parnaíba e Pedra do Sal – dia 14 de junho de 2017;
- g) Entrevista com a gestora da RESEX Marinha Delta do Parnaíba – dia 22 de novembro de 2017.

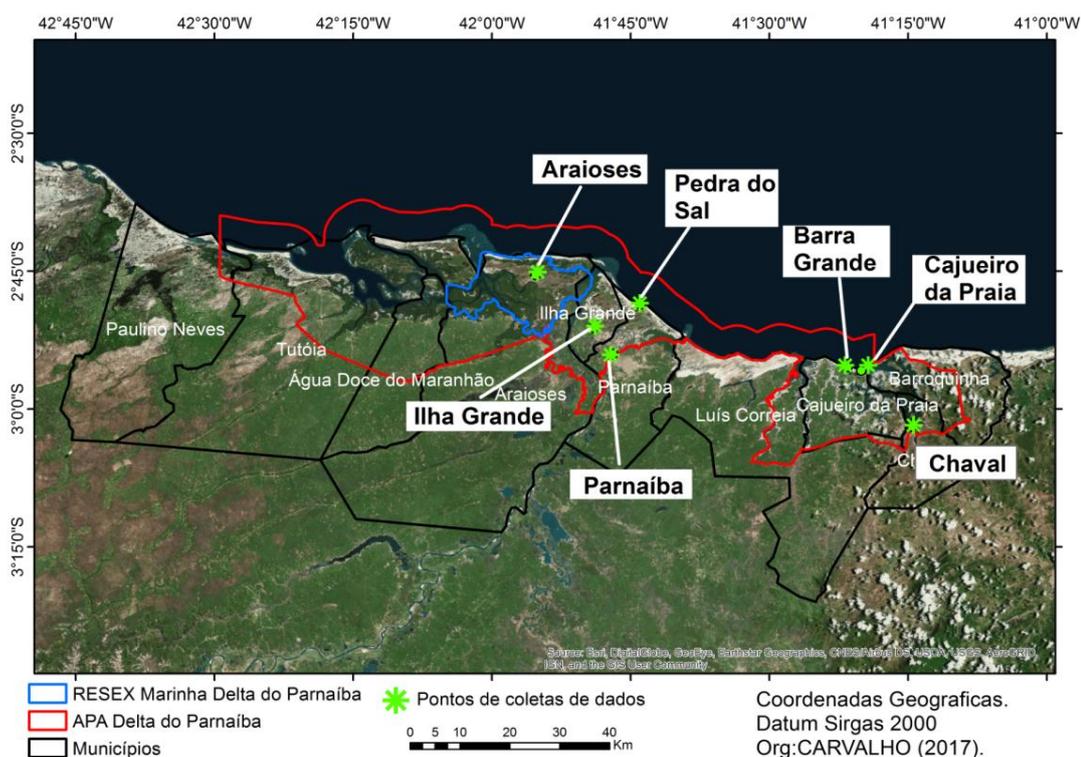


Figura 2: Pontos de coleta de dados na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Organização: Carvalho, 2017.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram a entrevista guiada, Apêndice A. Para um aprofundamento de informações específicas sobre o assunto e para entender o problema social, foi entrevistado o representante do ICMBio, que atua como gestor da APA e da RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Além da entrevista guiada foram aplicados questionários com questões de múltipla escolha e questões abertas. Esse instrumento tem como princípio descrever as características do grupo pesquisado. Assim foram aplicados dez questionários, Apêndice - B com os agentes de viagens que comercializam passeios turísticos na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba e com cadastro ativo no Sistema CADASTUR, nos municípios de Parnaíba (PI) e Chaval (CE).

Também foram aplicados questionários com o público externo, os visitantes, Apêndice - C nos municípios que estão inseridos na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba. A quantidade foi definida a partir do cálculo da amostra aleatória, pois não existem estudos que mensurem a quantidade de visitantes nas UC's. Os locais de aplicação foram os pontos de saída para os passeios turísticos e onde as agências de turismo atuam no território das UC's, no caso foram os municípios de Parnaíba, Ilha Grande, Araisos (Ilha das Canárias) e Cajueiro da Praia. No município de Chaval, Barroquinha, Paulino Neves, Tutoia, Água Doce do Maranhão na data de aplicação não havia visitantes.

A análise dos questionários contemplou a tabulação, descrição e discussão dos dados, para assim entender sobre a realidade pesquisada e ainda foram organizados e apresentados com quadros, gráficos e descrição para o melhor entendimento das informações coletadas durante a pesquisa de campo.

As inferências se dão a partir da análise dos dados com as teorias estudadas ao longo do mestrado, para que assim fosse possível entender como as atividades turísticas são organizadas no interior da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, por parte dos gestores de agências de turismo, e de como se dá a relação entre o ICMBio e os empreendimentos e sobre questões relacionadas ao fluxo de turistas.

Os questionários aplicados com os visitantes foram analisados com o objetivo de entender o conhecimento sobre a motivação e frequência na visitação, além de compreender como tem sido vistas as ações do ICMBio para a conservação da área.

Quanto os dados coletados na entrevista guiada, foram analisados com base em algumas técnicas propostas por Bardin (2011) na análise de conteúdo, em que é possível fazer a categorização dos dados e compreensão das informações obtidas

para assim organizá-las de acordo com os procedimentos sistemáticos e objetivos da descrição do conteúdo das mensagens obtidas. Quanto à organização das categorias, foram dispostas de acordo com as questões de identificação dos gestores, características organizacionais e operacionais, parcerias, atividades realizadas pela APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, conselhos de gestão, visitação, turismo e desenvolvimento.

2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES

Para entender o território, é importante compreender suas inter-relações permeadas pela geografia. No início das abordagens territoriais, Ratzel fez uma análise geopolítica baseada numa perspectiva naturalista do território, seja na área como nos recursos naturais existentes (água, solo, clima), e que são condicionados para consolidar a expansão do Estado alemão.

Na visão de Raffestin, o espaço é anterior ao território, como equivalentes, sendo dessa forma resultado das ações conduzidas por atores que as realizam, e “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Logo, nessa perspectiva, o território é representado pelo espaço onde aconteceram as relações marcadas pelo poder, assim, “o espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Essa prisão, ou seja, é um espaço que é construído, apropriado, controlado e com significado, a territorialidade aqui não se restringe somente as relações de poder, mas abarca as relações de trabalho e o sentido simbólico.

Mas, então o que define um território? Ao se pensar nessa transformação para o território, é percebido que o homem realiza alguma ação/ato nesse espaço que, determinada por um fator essencial, o poder, que se refere a “habilidade humana não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo” (ARENDR, 1985, p. 24), não sendo uma propriedade individual, e ele passa a ser o mais representativo a um grupo e torna-se inerente a sua existência.

Raffestin faz uma concepção multidimensional das relações de poder para a compreensão múltipla de território e territorialidade humana, assim o território é analisado segundo as relações de poder, bem como das ligações que estão inseridas e da identidade expressa pelos grupos sociais com o seu espaço, ou seja, o espaço é transformado em território a partir das relações sociais e de comunicação entre os atores envolvidos (RAFFESTIN, 1993).

Logo a territorialidade:

Adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se tratem de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de

poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

Assim, as modificações acontecem com as pessoas de forma intrínseca, e logo todas as relações são demarcadas pelo poder que as permeiam, sejam sociais ou produtivistas. A territorialidade passa a ser compreendida como multidimensional e inerente à vida da sociedade. A territorialidade, para Raffestin (1993, p. 160), é definida “como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo”. Sendo os elementos que compõem essa territorialidade dinâmica, tendo em vista que são sensíveis as variações do tempo.

Robert Sack discutiu a territorialidade relacionada ao controle de áreas e como uma forma de manter a ordem social, como estratégia de influência e controle. Ao abordar a territorialidade humana através das relações sociais, e quer dizer que por territorialidade se refere “a tentativa de um indivíduo ou grupo para influenciar, afetar ou controlar objetos, pessoas e relacionamentos, delimitando e a fim de controlar uma área geográfica. Esta área é o território²” (SACK, 1983, p. 56).

Sack no texto Territorialidade Humana discorre sobre as definições de territorialidade. Uma das suas abordagens é que a territorialidade é estabelecida pela extensão da ação e do contato. Sack diz que a territorialidade “é uma estratégia para estabelecer acesso diferencial a pessoas, coisas e relacionamentos³” (SACK, 1983, p. 56). Ao passo que são estabelecidas relações, passam a existir territorialidades. Logo, esta, “ocorre em todas as escalas, desde a sala até o Estado-Nação. A territorialidade não é um objeto, mas um relacionamento. Uma sala pode ser um território ao mesmo tempo e não em outro⁴” (SACK, 1986, p. 56).

Mas, é uma definição abrangente em várias perspectivas e níveis de análise, pois são incluídos os envolvidos, ou seja, aqueles que são controlados e os que controlam, sejam estes, indivíduos ou grupos. Além de a territorialidade ter sua mobilidade intrínseca aos territórios, por essa mobilidade entende-se a sua flexibilidade.

² “The attempt by an individual or group to influence, affect, or control objects, people, and relationships by delimiting and asserting control over a geographic area” (SACK, 1986, p. 56).

³ “It is a strategy to establish differential access to people, things, and relationships”.

⁴ “Territoriality occurs at all scales, from the room to the nation-state. Territoriality is not an object but a relationship. A room may be a territory at one time and not at another” (SACK, 1986, p. 56).

Para Milton Santos, “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (2005, p. 255). E ressalta a questão da fluidez virtual que se refere aos objetos técnicos, entretanto, essa fluidez se dá apenas num ponto de vista virtual, haja vista que a fluidez “real vem mesmo das ações humanas, que são cada vez mais informadas, ações normatizadas” (SANTOS, 2005, p. 256). Nesse mesmo interim, “o território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede [...] mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas” (SANTOS, 2005, p. 256).

Com essa simultaneidade descrita por Santos, há três maneiras de serem apresentadas no território atual, pelo acontecer homólogo, que se refere às áreas modernizadas de produção agrícola ou urbana; o acontecer complementar, que são as relações entre cidade e campo e o acontecer hierárquico, que é o resultado racionalista das atividades mediante o comando de uma organização. Em todos esses casos, a informação adquiriu funcionalidade ao ser um instrumento de união entre as várias partes do território. Assim, no acontecer homólogo e complementar, o território atual é caracterizado pelo compartilhamento com base em regras formuladas, enquanto, no acontecer hierárquico, há a imposição de um cotidiano de “fora”, com informações privilegiadas que se tornam fonte de poder (SANTOS, 2005).

O “território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 1999, p. 7). Assim, ao dizer que o território é onde acontecem todas as ações, adquiri um significado de território usado para seu uso e controle social com uma ênfase econômica, mas também reconhece a relevância da política, cultura, natureza, como relações que constituem o espaço e a configuração territorial. Em suma, Milton Santos faz uma abordagem do território de maneira materialista, centrada no conceito de espaço geográfico. Dessa forma, a territorialidade vem a ser o resultado das relações que são mantidas com o local que é vivenciado pelos homens.

Para entendermos o território abordado por Haesbaert, é necessário saber que desde a sua origem:

[...] o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium*

quanto de *terreoterror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo, especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação (HAESBAERT 2007, p. 20).

Assim, o território é imbuído em relações tanto de dominação e/ou apropriação na sociedade-espço, mas que essa dominação num sentido mais concreto vai além da dicotomia político-econômica, e passa a se apropriar de uma forma mais subjetiva numa abordagem cultural-simbólica. Lefebvre (1986) explica a diferença entre apropriação e dominação, a apropriação está relacionada a um processo mais simbólico das relações, como as vivências, valor de uso, de modo geral algo mais subjetivo, enquanto a dominação tem uma abordagem mais concreta e funcional, e que está vinculado ao valor de troca.

Haesbaert, em sua obra, discorre sobre quatro concepções do conceito de território. A primeira é a visão política, o território precisa de limites e controle pela prática do poder, entretanto esse não precisa ser exclusivamente do Estado. A segunda é a cultural, que por meio da apropriação e valorização simbólica de determinado grupo em relação ao seu espaço vivenciado. A terceira é a econômica, em que o território é concebido como uma fonte de recursos entre as classes sociais e da relação capital-trabalho. A quarta concepção é a naturalista, mais antiga, em que o território tem base nas relações entre sociedade e natureza, no que se refere ao comportamento dos homens perante a natureza física (HAESBAERT, 2010).

No entanto, esse conceito é ampliado com base na dimensão filosófica de cada abordagem. O território, nas perspectivas materialistas, está vinculado ao espaço físico, como algo apropriado e inserido dentro de limites e jurisdição político-administrativa. Entretanto, ao se tratar dessa perspectiva, é importante considerar outras concepções que estão inseridas para compreender como se deu a formação.

A primeira é a concepção naturalista. Voltada para o comportamento animal em sua essência, a necessidade de proteção no território e da relação sociedade e natureza. Nesse caso, o território necessita de limites para materializar a sua

existência. Ressalta-se o território natural que é “aquele que se define a partir das reservas naturais ou ecológicas” (HAESBAERT, 2010, p. 54). O homem viu a necessidade da separação entre os espaços ditos humanos e naturais, na Geografia ela é expressa pelas paisagens culturais e naturais respectivamente. A segunda concepção é a econômica em que o território é a fonte de recursos, acesso, controle e uso, mas há a disponibilidade e garantia dos recursos necessários para a reprodução do grupo. A terceira concepção é a jurídico-política que associa o território aos fundamentos materiais do Estado, onde os grupos que dominam são definidos pelo controle político (HAESBAERT, 2010).

O território na perspectiva idealista é o conjunto dos elementos indissociáveis de um grupo, como os recursos naturais e também os mitos e costumes que o definem através do pertencimento a um território e a sua identidade cultural, nesse caso há a valorização da abordagem local e conseqüentemente à construção de uma identidade. A territorialidade aqui enfatiza “as questões de ordem simbólico-cultural” (HAESBAERT, 2010, p. 74).

Na perspectiva integradora, o território não é restrito somente a abordagem político, econômico ou cultural, então ele só poderia ser idealizado a partir da junção dessas dimensões mais a natural. Nesse caso, o território assume uma parcela da função da região na perspectiva da Geografia Clássica. O território é definido com base nas relações sociais e necessita de uma estrutura que conecte todos os elementos que o compõem, e só “pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder” sejam elas políticas, econômicas ou culturais (HAESBAERT, 2010, p. 79).

Para Haesbaert, a territorialidade não está reduzida somente a algo concreto, ela também abarca a dimensão imaterial ou simbólica de um território, que, ao existir, se insere como uma estratégia político-cultural (HAESBAERT, 2007). Ao discutir sobre a territorialidade, é realizada uma descrição de suas concepções.

A primeira concepção é num sentido mais amplo do território, vinculada a sua propriedade, efetivamente construídos com condição para a sua existência. Na segunda concepção, a territorialidade, como um sinônimo de território, é uma qualidade inseparável a existência. A terceira concepção trata da territorialidade de maneira distinta do território, mas em dois sentidos, no primeiro é territorialidade como domínio da imaterialidade “territorialidade definida enquanto “abstração” analítica e enquanto dimensão imaterial ou identidade territorial” (HAESBAERT,

2007, p. 26), e, no segundo sentido, a territorialidade relacionada ao domínio do vivido. A quarta concepção aborda a territorialidade como uma dimensão do território como algo simbólico (HAESBAERT, 2007).

Saquet ao discutir o território considera sua perspectiva (i)material que destaca os fatores e processos político-econômicos, “centrada na relação espaço-tempo, isto é, na noção de espaço construído socialmente, tanto objetiva como subjetivamente” (SAQUET, 2015, p. 127). Assim, a partir desse contexto, o autor busca a articulação entre o espaço, tempo e o território e dos aspectos econômicos, políticos e culturais, logo o espaço e o território são ligados e indissociáveis (SAQUET, 2015).

Saquet (2015, p. 127) diz que:

O território é produto da territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são, simultaneamente, resultado, condicionantes e as caracterizadoras da territorialização e do território.

Logo a produção de um determinado território se dá por meio de “forças econômicas, políticas e culturais, a importância da natureza e da abordagem da natureza e a abordagem territorial como *caminho* para se elaborar e atuar em projetos de desenvolvimento local” (SAQUET, 2015, p. 122). Ao se pensar e discutir a (i)materialidade do território, é importante fazer uma análise desses aspectos conjuntamente.

Saquet afirma que o território é o “resultado e condição da reprodução da relação social-natural. Há no território, a multidimensionalidade do homem, que é natureza e sociedade ao mesmo tempo” (SAQUET, 2015, p. 173), logo não haverá sociedade sem natureza e vice-versa.

A territorialidade, aqui, se refere tanto as relações de trabalho, não-trabalho quanto familiares. Assim:

A territorialidade significa as relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm em si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica, para sobreviverem biológica e socialmente. A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço de trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma

parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2015, p. 129).

A partir dessa abordagem, percebemos que o território é reafirmado como um espaço organizado e embates, com a participação coletiva dos indivíduos. A territorialidade está envolvida na (i)materialidade do tempo nos territórios, assim, os homens produzem os territórios.

O território é produzido a partir das relações de poder de uma realidade inicial, o espaço, e que passa a ser vivenciado e usado como um meio de produção. A territorialidade vem a ser o resultado das relações dos homens no território, ou seja, o relacionamento entre os indivíduos.

No entanto as inter-relações territoriais propiciam conflitos de interesses na sociedade, e conseqüentemente disputas que ao se concretizam no território. Logo, Castro (2013, p. 93):

As instituições políticas, por sua vez, são aquelas cujas decisões e ações apoiadas por normas, leis e regulamento afetam amplamente diferentes instâncias da vida social, e as forças instituintes são aquelas exercidas por atores sociais que se organizam para institucionalizar suas demandas nos limites de um território legitimamente definido para estas decisões e ações. Podendo estes limites se estender da escala local à global.

Mediante os interesses das instituições, elas se organizam e suas ações possuem um efeito tecnicamente abrangente em relação à sociedade e ao seu território, e é delimitado de acordo com as suas leis que agem de forma legítima. A partir da dinâmica dos territórios, que desembocam nos interesses e conflitos que dão condições para sua existência. Logo as organizações empresariais produzem um espaço de fluxo para a circulação do capital, e o governo deve saber como agir politicamente nesses territórios. Nessa perspectiva, a partir do “conhecimento da dinâmica da ocupação do território, da organização das sociedades locais e dos seus interesses que as decisões políticas e os modos de organização do território do país, como resultados concretos dessas decisões, adquirem significado” (CASTRO, 2013, p.134).

Diante do exposto, este trabalho as territorialidades abordadas e analisadas a partir da perspectiva simbólica das instituições da APA e RESEX e das 10 (dez) agências de turismo selecionadas e cadastradas na plataforma CADASTUR.

3 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NA MODERNIDADE, APA E RESEX MARINHA DELTA DO PARNAÍBA E TURISMO

Nesse capítulo faz-se uma abordagem sobre o conceito de áreas naturais protegidas, a partir do entendimento dos conceitos de preservação e conservação da natureza que subsidiam o histórico do conservacionismo é conhecido hoje. É realizado um resgate histórico sobre a conservação a nível mundial, ao discorrer sobre as principais reuniões que aprofundaram esse tema, para assim apresentar as bases da conservação da natureza no Brasil, e o seu posicionamento nas Conferências das Nações Unidas para a Conservação da Natureza em Estocolmo - 1972, Rio de Janeiro - 1992 e Joanesburgo - 2002. Essas discussões convergiram para o sistema de conservação da natureza brasileiro, o SNUC e apresentação de suas categorias. Posteriormente é discutido sobre a APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba e apresentadas suas características geoambientais e socioeconômicas, para entendermos como é diversificado esse território.

Há uma ampliação temática que envolve o turismo em Unidades de Conservação, em especial o ecoturismo que é um segmento que alia o uso para fins turísticos e a educação ambiental. Nesse bojo, são apresentados os atrativos da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, o que permite observar a dimensão desse território e as possibilidades de práticas de ecoturismo devido as suas potencialidades ambientais e culturais.

3.1 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Atualmente, a preocupação com o meio ambiente é um tema abordado de forma periódica, por estar relacionado ao conforto ambiental e ao interesse para o bem estar da humanidade. Essas discussões na modernidade foram iniciadas nos EUA, em meados do século XIX, e convergem para a posterior proteção de áreas naturais.

A concepção para a criação de áreas naturais protegidas tem seu berço primeiramente nas belezas naturais, com o objetivo de proteção dos espaços com importantes atributos ecológicos contra a intervenção humana, consequência do desenvolvimento urbano-industrial. Eram grupos de naturalistas, artistas e imigrantes europeus que estavam preocupados com a preservação da natureza,

perante o acelerado processo industrial na Europa e a degradação de áreas naturais em função da industrialização e da acelerada urbanização.

Assim, Bertrand e Bertrand abordam a questão da natureza numa perspectiva antrópica.

A natureza, considerada aqui como o universo das formas e dos processos físico-químicos e biológicos, apenas se reveste de uma significação geográfica em termo de espaço social [...]. A natureza na geografia é primeiramente espaço, um espaço cada vez menos natural e cada vez mais antropizado (BERTRAND, BERTRAND, 2007, p. 86-87).

A natureza é uma totalidade de mútua dependência, onde há à relação de necessidade entre os envolvidos para sua subsistência. A abordagem inicial para essas áreas naturais era a proteção da natureza selvagem do homem, fato esse que estabeleceu uma nova relação, a do homem com a natureza, chamado de naturalismo reativo que diz que a única forma de conseguir proteger a natureza é afastá-la do homem, e o seu uso se dá somente para admiração e contemplação, sendo uma aversão pela sociedade e a cultura. Esse novo pensamento é uma reação contra a corrente dominante até então, a do culturalismo (MOSCOVICI, 1974). O culturalismo pressupõe uma ruptura entre a sociedade e a natureza, em que “todos os esforços do homem são feitos para aumentar o espaço entre a sociedade e a natureza” (DIEGUES, 2000, p. 48).

É necessário compreender a complexidade sobre o conceito de preservação e conservação. De maneira geral, entende-se por preservação o ato de proteger determinada área da intervenção humana, em parques e reservas ambientais. A corrente preservacionista defende a ideia que as áreas naturais protegidas não podem admitir a interferência do homem. Diegues (2000) aponta que essa corrente:

“[...] pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*⁵). Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano” (DIEGUES, 2000, p. 30).

O pensamento preservacionista norte-americano foi muito influenciado pelas ideias europeias. Em meados do século XIX, Henry David Thoreau considerava a existência da natureza como um ser universal. Outro expoente dessa corrente foi

⁵ A noção de “*wilderness*” (vida natural/selvagem), subjacente à criação dos Parques no final do século XIX, era de grandes áreas não habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão na fronteira para o oeste dos Estados Unidos da América. (DIEGUES, 2000, p.24)

Marsh (1801-1882) que escreveu o livro *Man and Nature or Physical Geography as Modified by Human Action* em 1864, que faz uma análise das interferências negativas da civilização no meio ambiente. O uso da terra foi concedido como um usufruto e não para o consumo desorganizado e degradante, e aponta como ação corretiva o controle tecnológico das atividades (DIEGUES, 2000).

O principal teórico defensor da corrente preservacionista é John Muir, o fundamento base é o do respeito do homem em relação à natureza. Dessa maneira, a interferência humana é vista de forma nociva e a natureza deve ter tratamento como algo intocado. Em suma, buscava-se preservar as áreas naturais do uso que não atendesse os fins recreativos e educacionais.

Ao longo do seu trabalho foi considerado um preservacionista ativista, e que impulsionou, a concepção dos parques nacionais. Dentre eles se destaca a criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872 e o de Yosemite, em 1890. Logo os preservacionistas defendiam suas ideias de preservação e proteção do meio ambiente com viés de uso exclusivo dessas áreas virgens somente para a recreação (McCORMICK, 1992).

O posicionamento preservacionista continuou durante o século XX com os trabalhos de Aldo Leopold que atuou na administração de parques nacionais em 1909 e foi professor em 1933. Na década 1950, os aspectos preservacionistas foram retomados por Krutct ao afirmar que as alterações na natureza eram positivas até que não provocasse alterações no ecossistema (DIEGUES, 2000).

Em oposição ao preservacionismo, o conservacionismo é interpretado como o uso racional aliado à proteção do ambiente, então a sociedade teria a capacidade de fazer o uso dos recursos naturais de maneira equilibrada para o benefício da maioria dos cidadãos e gerações futuras (McCORMICK, 1992). O teórico mais representativo dessa corrente é Gifford Pinchot, que foi um engenheiro florestal formado na Alemanha e criador desse movimento. Sua abordagem se refere ao uso da natureza numa perspectiva de mercado, ao passo que o seu uso abonasse em proporção a sua conservação, por fim a sua racionalização.

Pinchot considerava complicada a lógica defendida pela escola de Muir e objetivava minimizar a sua influência (McCORMICK, 1992). Suas ideias convergem para que a conservação seja baseada em três princípios: “o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos” (DIEGUES, p. 29, 2000;). Tais

princípios se baseiam no uso da natureza de modo racional com vistas à perenidade dos seus recursos para futuras gerações.

Um dos entusiastas das ideias de Pinchot foi o presidente Roosevelt, que atendendo a sua sugestão cria em 1907 a Comissão das Vias Navegáveis Interiores que aborda o seu uso como patrimônio nacional e conservação dos recursos naturais. Em 1908, por sugestão de Frederick H. Newell, é realizada a Conferência de Governadores sobre a Conservação. No entanto houve controvérsias quanto à interferência federal na política dos estados, então para amenizar a situação foi criada uma comissão de conservação para trabalhar com as demais comissões estaduais e o governo federal (McCORMICK, 1992).

No mesmo ano foi instituída a Comissão Nacional de Conservação que era encarregada de fazer o levantamento dos recursos naturais dos EUA, esse documento foi entregue em 1909. Em fevereiro deste mesmo ano, Pinchot realiza o Congresso Conservacionista Norte-Americano para discutir os princípios da conservação que foram implantados por Roosevelt, e “o mais importante resultado do congresso, foi à aceitação de que a conservação era um problema mais amplo do que as fronteiras de uma única nação” (McCORMICK, 1992, p. 34).

Um dos encaminhamentos do Congresso sugeriu a realização de uma conferência mundial sobre a conservação. Entretanto, com as eleições presidenciais, foi cancelada pelo presidente Taft, e em 1910 Pinchot é afastado do seu cargo de secretário de estado para a conservação e logo assume a presidência da *National Conservation Association* que havia sido fundada em 1909 (McCORMICK, 1992).

O Congresso Internacional para Proteção da Natureza é realizado em Londres (1909), e reuniu os protecionistas europeus, e como consequência da apresentação das propostas para a criação de um organismo internacional de proteção da natureza. Em 1913 foi realizado o ato de fundação de uma Comissão Consultiva para a Proteção Internacional da Natureza, assinada por 17 países europeus em Berna, “a comissão deveria coletar, classificar e publicar informações sobre a proteção internacional da natureza e fazer propaganda em defesa da causa” (McCORMICK, 1992, p.39).

Em 1933 foi realizada na cidade de Londres a Conferência Internacional para a Preservação da Fauna e Flora em seu Estado Natural. O motivador para essa conferência foi o extermínio de animais selvagens que eram considerados pestes

agrícolas ou possuíam endemias para a criação doméstica. O resultado foi a assinatura para a realização de Convenção sobre a Preservação da Fauna e Flora em seu Estado Natural que objetivou discutir sobre a restrição de ameaças à vida selvagem africana por meio de criação de áreas naturais protegidas, como parques nacionais e reservas (McCORMICK, 1992).

No ano de 1940, em Washington, foi realizada a Conferência para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, mais conhecida como “Convenção Panamericana”, em que foram estipulados os conceitos de reserva nacional, monumento natural, reserva silvestre e os parques nacionais foram definidos como áreas para proteção e conservação de beleza cênica natural de fauna e flora com importância nacional, para beneficiar o público com suas paisagens naturais com supervisão oficial (BRITO, 2003).

Durante a realização de um congresso realizado pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1948, foi fundada a União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN). O objetivo da criação foi a promoção de ações de cunho científico para garantir a perenidade dos recursos naturais, o bem-estar econômico e social da humanidade (BRITO, 2003). Em 1965, a UIPN passa a chamar de União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e tem ênfase na conservação dos *habitats*. Até os dias atuais, assim como na sua criação, a UICN tem papel relevante para o desenvolvimento de políticas relacionadas às áreas naturais protegidas, na assessoria a países para o planejamento e manejo, além de ser atuante no processo para atualizar e conceituar as mesmas (MILANO, 2001).

A Conferência Científica da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a Conservação e Utilização de Recursos (UNSCCUR), realizada em 1949, foi um marco importante para a difusão do movimento ambiental em nível internacional. Nessa conferência, foram discutidas ideias e experiências de técnicas de conservação e utilização de recursos (McCORMICK, 1992).

Em 1972 acontece a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, mais conhecido com Conferência de Estocolmo. Representa um marco histórico na discussão de questões relacionadas ao meio ambiente em nível internacional, bem como em agendas internas em vários países.

A realização da Conferência foi uma consequência da crescente atenção internacional para as questões relativas à preservação da natureza, além da

repercussão da poluição em diversos setores da sociedade que influenciou diretamente na qualidade de vida das populações. Lago afirma que a Conferência de Estocolmo “contribuiu significativamente para que o meio ambiente conquistasse a atenção da comunidade internacional” (LAGO, 2006, p. 32).

De acordo com Lago, as conquistas são:

[...] a entrada definitiva do tema ambiental na agenda multilateral e a determinação das prioridades das futuras negociações sobre o meio ambiente; a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (UNEP, pelas iniciais em inglês); o estímulo à criação de órgãos nacionais dedicados à questão de meio ambiente em dezenas de países que ainda não os tinham; o fortalecimento das organizações não-governamentais e a maior participação da sociedade civil nas questões ambientais (LAGO, 2006, p. 48).

Essas conquistas contribuíram significativamente para as discussões nacionais relacionadas ao meio ambiente mediante a criação de órgãos relacionados ao tema. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) teve importância para que o progresso desses diálogos fosse mantido nos anos seguintes. Entretanto, a crítica por parte dos ambientalistas mais radicais à Conferência de Estocolmo incide no debate sobre desenvolvimento, logo os países desenvolvidos foram os mais críticos nas discussões, instaurando até a sensação de derrota de algumas delegações, uma vez que as prioridades de alguns países coincidiam com os pontos da agenda.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, mais conhecida como Conferência Rio 92 foi convocada após a publicação do Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Relatório de Brundtland). Esse relatório inseriu de forma igualitária novos enfoques e estabeleceu o conceito de desenvolvimento sustentável⁶ que tem como finalidade o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental. O objetivo da Conferência era a elaboração de estratégias para minimizarem as causas da degradação ambiental em face ao crescente esforço, em nível nacional e internacional, para promover o desenvolvimento sustentável e ambientalmente cômodo em todos os países e apresentou como resultados documentos como a Agenda 21 e a Convenção da Biodiversidade (LAGO, 2006).

⁶ Desenvolvimento Sustentável é desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades (LAGO, 2006).

A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Cúpula de Joanesburgo, foi realizada em 2002 e objetivou o estabelecimento de um plano para implementar e fortalecer a aplicação dos desdobramentos da Conferência Rio 92. Os resultados foram positivos, haja vista que houve o fortalecimento do papel das Organizações Não-Governamentais (ONGs), participação mais efetiva e construtiva dos empresários para as discussões internacionais e a interpretação do conceito de desenvolvimento sustentável em ações mais concretas (LAGO, 2006).

3.1.1 A conservação da natureza no Brasil

As iniciativas relacionadas à conservação da natureza no Brasil eram voltadas para a proteção de áreas e manejo de recursos como madeira ou água. Os dois exemplos mais conhecidos são o Regimento do Pau-Brasil editado em 1605 e a Carta Régia de 1797, e são considerados umas das primeiras medidas protetoras da floresta brasileira para impor limites para a exploração do pau-brasil no período do Brasil colônia e a conservação das matas no Estado do Brasil e evitar que fossem destruídas (CARVALHO, 1967).

Em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, é estabelecido o Horto Florestal, que foi aberto para visitação em 1922 e hoje é chamado de Jardim Botânico do Rio de Janeiro.   um importante centro de pesquisa sobre a Mata Atlântica e a Amazônia brasileira. A conserva o ambiental no período imperial brasileiro foi iniciada em 1876 pelos abolicionistas José Bonifácio de Andrada e Silva e André Rebouças, e foram apresentadas críticas ao sistema monocultor, latifundiário e ao trabalho escravo (CURY, 2003).

Influenciado pela experiência norte-americana da cria o do Parque Nacional de Yellowstone (1872), André Rebouças, conforme Pádua expõe que a:

Postura de planejamento e estímulo ao desenvolvimento regional apareceu até mesmo, paradoxalmente, quando o autor propôs a cria o de parques nacionais para a preserva o integral de alguns tesouros da natureza (PÁDUA, 2002, p. 270).

Em 1876, é publicado o livro *Excursão ao Salto do Guairá*, e   quando se consolida a sua imagem com um autor conservacionista, além de ser o primeiro

brasileiro a propor à criação de parques nacionais. “A proposta de criação de parques nacionais no Brasil, [...], deveria trazer um benefício palpável para as sociedades locais” (PÁDUA, 2002. p. 271). Assim, seria um importante meio para a promoção da conservação ambiental, e, seguindo o exemplo americano, proporcionaria vantagens concretas, tais como a presença de turistas ricos da Europa, a consolidação da imagem de um país com atrativos devido ao seu potencial natural, e, nessa proposta, o incentivo ao turismo provocaria a melhoria em diversos setores para facilitar o acesso aos atrativos. A sugestão de criação de parques nacionais apresentada por Rebouças seria a o Salto do Iguaçu e as Sete Quedas, no Paraná e a Ilha do Bananal, localizada no rio Araguaia (PÁDUA, 2002).

Rebouças afirma que:

A geração atual não pode fazer melhor doação às gerações vindouras do que reservar intactas, livres de ferro e do fogo, as duas mais belas ilhas do Araguaia e do Paraná. Daqui a centenas de anos poderão nossos descendentes ir ver dois espécimes do Brasil, tal qual Deus o criou; e encontrar reunidos, no norte e no sul, os mais belos espécimes de uma fauna variadíssima e, principalmente, de uma flora que não tem rival no mundo (REBOUÇAS, 1876, p.73).

Rebouças vai além das questões econômicas, nesse discurso, pois destaca o valor intrínseco da natureza relacionado à preservação com vistas a manter as belezas para as futuras gerações. A criação dos parques iria também estimular o desenvolvimento regional por meio do turismo.

Entretanto, as propostas de Rebouças não foram concretizadas. E em 1913 tem início o movimento para a criação do Parque Nacional do Itatiaia, durante a realização de uma conferência da Sociedade Brasileira de Geografia no Rio de Janeiro, sendo encabeçada pelo naturalista Albert Loefgren e endossada pelo naturalista suíço José Hubmayer. Nessa conferência, foi destacado o potencial que a região oferece para desenvolver pesquisas científicas de campo e para o turismo justificado pela proximidade com Rio de Janeiro e São Paulo (DRUMOND, 1998).

Nesse interim, acontece a institucionalização do Código Florestal com o decreto nº 23.793/1934 e tem início as bases para a proteção territorial dos ecossistemas florestais e demais tipos de vegetação brasileira. Em sua primeira versão, foram definidas tipologias (Parque Nacional, Florestas Protetoras e Áreas de Preservação em Propriedades Privadas) para a proteção ambiental conforme suas

características. São elas dos tipos: protetoras, florestas remanescentes, florestas modelo e de rendimento.

São consideradas florestas protetoras aquelas que, em virtude de sua localização, atendem aos seguintes fins: conservação do regime de águas, evitar erosão, fixação de dunas, defesa de fronteiras, assegurarem as condições de salubridade pública, proteção de sítios que mereçam ser conservados e abrigar espécies raras de fauna indígena. As florestas remanescentes são aquelas que formam os parques (nacionais, estaduais ou municipais), conservação de espécies preciosas por interesse biológico e estético. As florestas modelos são constituídas apenas por uma ou por um número limitado de essenciais florestas, indígenas e exóticas, que sua disseminação convenha fazer na região. E as florestas de rendimento são as demais que não foram compreendidas na discriminação anterior (BRASIL, 1934). A lei nº 12.651/2012 discorre sobre o Novo Código Florestal.

Em 1937, pelo decreto-lei nº 1.713, durante o governo de Getúlio Vargas, é criado o Parque Nacional do Itatiaia (primeiro no Brasil), “com o propósito de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas” (DIEGUES, 2000, p. 114). O parque está localizado na Serra da Mantiqueira entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. E dando continuidade à preservação de áreas naturais em 1939 foram criados mais dois parques, o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro (DIEGUES, 2000).

Com o Decreto Legislativo nº 3, datado de três de fevereiro de 1948, foi aprovado a Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América. Então, foram definidas outras categorias de proteção da natureza, sendo elas os Parques Nacionais, Reservas Nacionais, Monumentos Naturais e Reservas de Regiões Virgens. Já em 1965, o Código Florestal passou por outra atualização onde foram criadas várias categorias que contribuíram para a efetivação, em si, de uma rede ou de um sistema de áreas protegidas (CÔRTE, 1997).

Em 28 de fevereiro de 1967, através do Decreto nº 289, é criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) subordinado ao Ministério da Agricultura, com a finalidade de administrar as unidades de conservação, e em 1979 é elaborado o Plano de Sistema de Unidades de Conservação no Brasil a fim de ser

um material detalhado das regiões ditas como prioritárias para a implantação de novas unidades (DIEGUES, 2000).

A preocupação com os recursos ambientais é discutida na Conferência de Estocolmo em 1972, e o Brasil vivenciava nesse período um “milagre econômico”, com taxas de crescimento superiores a 10% ao ano. Em face desse crescimento, questões emergiram devido ao regime político totalitário da época, como questionamentos sobre “políticas econômicas que sustentavam o regime e, por outro lado, a possibilidade de criação de novo fator de desestabilização política” (LAGO, 2006, p. 115-116).

Entretanto, a imagem do Brasil no cenário internacional era a de um país que vivia o regime militar, há oito anos, e, nesse período, era dada ênfase em absoluto ao crescimento econômico em si, questões como o controle do crescimento demográfico, direitos humanos e preservação da natureza não eram abordadas. A delegação brasileira que participou da Conferência era chefiada pelo General José Costa Cavalcanti, então Ministro do Interior e que já havia ocupado o cargo de Ministro de Energia e tempo depois se tornou o primeiro Presidente brasileiro da Itaipu Binacional (LAGO, 2006).

Os representantes da delegação brasileira deveriam defender questões relacionadas à industrialização como justificativa para o crescimento econômico do país. O general Costa Cavalcanti ao proferir o discurso no primeiro dia da Conferência defende que, em nações como o Brasil, a pobreza era o problema mais urgente a ser resolvido, e em “um país que não alcançou o nível satisfatório mínimo no prover o essencial não está em condições de desviar recursos consideráveis para a proteção do meio ambiente” (CAVALCANTI, 1972, p. 13). Outro ponto no discurso é uma crítica aos países desenvolvidos “que acumularam riqueza e meios à custa de tantas deseconomias e deveriam, portanto, assumir a principal responsabilidade pelas medidas corretivas necessárias e pela substituição do que foi danificado” (CAVALCANTI, 1972, p. 12). E ainda endossa que esses países têm recursos para medidas protetivas ao meio ambiente ao dizer que “seria de fato impossível corrigir tais deteriorações ambientais sem desenvolvimento, uma vez que os recursos necessários para combatê-las não podem ser obtidos em baixos níveis de renda” (CAVALCANTI, 1972, p. 13).

Devido à pressão internacional ao Brasil com a Conferência de Estocolmo, em 1973, é criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao

Ministério do Interior, para tratar das questões ambientais no país. Com a implantação e consolidação do SEMA foram obtidas várias conquistas, dentre elas a sanção da Lei nº 6.938/1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

Essa política atende aos seguintes princípios:

- I – ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II – racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III – planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- IV – proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- V – controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VI – incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VII – acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- VIII – recuperação de áreas degradadas;
- IX – proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X – educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981).

A Política Nacional do Meio Ambiente foi objetivada para o desenvolvimento econômico e social com a preservação do meio ambiente, além da delimitação de áreas prioritárias para qualidade e equilíbrio ambiental, em conformidade com os interesses nos diversos níveis de poder (BRASIL, 2002). Nos anos de 1970, as políticas nacionais foram delineadas em conformidade com as influências conservacionistas para a criação de áreas protegidas, principalmente para o desenvolvimento científico das ciências ambientais.

A partir dessa política, há a inversão do paradigma social dominante para o emergente e para o ecológico. O paradigma social dominante trata sobre o domínio da natureza, e do uso do meio ambiente como recurso, logo são infinitos. Isso converge com os objetivos materiais para o crescimento econômico, sendo este, um modelo centralizado, com estruturas controladoras e autoritárias, e até mesmo repressivas, onde a tecnologia é vista como solução e incentivo ao consumismo (IBAMA, 2001).

Já o paradigma emergente trata do consumo apropriado para conservar, guardar e até mesmo reciclar, com objetivos e valores compartilhados que focam

numa visão holística, do trabalho e cooperação com a natureza. É um modelo descentralizado, que preza a qualidade e a inovação em prol de reais necessidades e que prevê os riscos e considera os custos ecológicos associados no produto final (IBAMA, 2001). Enquanto o paradigma ecológico aborda a harmonia do homem com a natureza em busca de soluções adaptadas a cada situação vivenciada e ao ecossistema associado, além de ser um modelo com estruturas democráticas que valorizam a participação social para o planejamento e gestão dos recursos naturais. (IBAMA, 2001).

Os paradigmas passam por um processo constante de adaptação. Ao se observar o paradigma social dominante, nota-se que há uma dificuldade para os avanços na conservação de áreas naturais, enquanto no emergente há a visão holística. No ecológico, há uma continuidade do paradigma anterior, em que se dá destaque a perspectiva social e democrática para o uso da natureza e seu posterior desenvolvimento.

A partir do impulso dado pelo Plano de Sistema de Unidades de Conservação do Brasil realizado pelo IBDF, entre o período de 1979-1983, são criados oito parques nacionais, sendo quatro deles localizados na região amazônica. “No mesmo período foram criadas seis reservas biológicas, cinco delas na região amazônica” (DIEGUES, 2000, p. 116).

Em 27 de abril de 1981 é aprovada a Lei nº 6.902 que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. No caso, quando houver interesse público em determinada área do Território Nacional, cabe ao Poder Executivo declarar a proteção ambiental, com a finalidade de assegurar o bem-estar das populações humanas para assim promover a conservação e melhorias das condições ecológicas locais (BRASIL, 1981). A iniciativa para a proteção dos ecossistemas brasileiros é utilizar de políticas para a criação de áreas protegidas, logo o poder público é o responsável pela criação, gestão e manejo.

Ainda no ano de 1981 foi publicada a lei nº 6.938 que estabelece sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. Nessa lei, trata-se sobre a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental que favoreçam a vida e garantam condições viáveis de desenvolvimento socioeconômico, os interesses de segurança nacional e à proteção da vida humana (BRASIL, 1981). Os objetivos condizem à preservação do meio ambiente e como isso contribuem para o desenvolvimento sócio econômico, além de todos os mecanismos de manejo, preservação,

restauração, critérios e padrões de qualidade, investimentos em tecnologia para contribuir com o uso racional dos recursos ambientais.

Na Política Nacional de Meio Ambiente, foi contemplada a constituição do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) que é disposto da seguinte forma:

I – órgão superior: o Conselho de Governo, com função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;

II – órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

III – órgão central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

IV – órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências;

V – Órgãos seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;

VI – órgãos locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades nas suas respectivas jurisdições (BRASIL, 1981, p. 3).

O SISNAMA trata sobre a distribuição de responsabilidades entre Municípios, Estados e União. É um modelo descentralizado de gestão ambiental que cria uma rede de articulação entre diferentes organizações em todos os âmbitos da Federação para fins de proteção do meio ambiente. Cabe aos Estados e Municípios elaborar normas que sejam supletivas e complementares e padrões relacionados ao meio ambiente, desde que forem estabelecidas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Quanto aos órgãos central, setorial, seccionais e locais os resultados das análises e sua fundamentação devem ser fornecidos sempre que solicitados por pessoa com interesse legítimo. Ao Poder Executivo, cabe a criação de uma Fundação que forneça apoio técnico e científico às atividades do IBAMA (BRASIL, 1981).

Além de tratar sobre o SISNAMA e sua organização, a Lei aborda ainda sobre o CONAMA e ao que se estabelece sobre as normas e critérios para o licenciamento ambiental de atividades a serem supervisionadas pelo IBAMA e concedidas licenças pelo estado responsável, a realização de estudos sobre degradações ambientais e apreciação dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), no caso de construções significativas que causem alteração ambiental. Ao estabelecer os acordos que visam a transformação de penalidade em medidas para a proteção ambiental, e que mantenham a qualidade do meio ambiente para o uso racional de seus recursos (BRASIL, 1981).

Em 31 de janeiro de 1984 por meio do decreto federal nº 89.336 é disposto sobre mais duas categorias de áreas protegidas que são a Reserva Ecológica e a Área de Relevante Interesse Ecológico (BRASIL, 1984).

Em 1989 surge o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA criado pela Lei nº 7.735 e extingue a SEMA e o IBDF (BRASIL, 1989). Esse novo órgão vinculado ao MMA e criado para o estabelecimento e administração das unidades de conservação. Nesse mesmo ano o IBAMA solicita a Fundação para a Conservação da Natureza (FUNATURA) uma reformulação do Plano de Sistema de Unidades de Conservação.

Em 1992 acontece na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92, o Brasil assume uma postura participativa nas discussões que tiveram como resultado a Declaração sobre Florestas, sendo o mais importante documento consensual sobre o tema até aquele momento. Nesse documento foi reconhecida a “importância das populações que vivem nas florestas, e seu direito ao desenvolvimento social e econômico em bases sustentáveis” (LAGO, 2006, p. 164).

A Agenda 21 é o principal documento resultante da Conferência Rio 92, no qual são apresentados os fundamentos para a elaboração de políticas públicas em todos os níveis e com privilégios para as iniciativas locais. Nela estão inseridas questões como o desenvolvimento sustentável, a biodiversidade, as mudanças climáticas, as águas dos rios e oceanos e os resíduos tóxicos e nucleares. Dez anos após a Conferência Rio 92 foi realizada a Cúpula de Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo – África do Sul, em 2002. Nesta cúpula o Brasil tem uma postura protagonista e participa de várias reuniões que objetivam implementar as propostas definidas na Agenda 21 (LAGO, 2006).

Em 2012 é realizada novamente no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20. A conferência teve o objetivo de renovar o compromisso com o desenvolvimento sustentável através da avaliação do progresso das medidas adotadas nas cúpulas anteriores. No entanto os governos presentes não assumiram compromissos claros para o desenvolvimento sustentável (GUIMARÃES E FONTOURA, 2012).

As premissas para a conservação ambiental se tornam uma importante ferramenta para a proteção e salvaguarda da natureza e garantia de perenidade de seus recursos, entretanto cabe pensar em como aplicar tais metodologias para conciliar a proteção com o uso racional dos recursos e belezas, seja pelas comunidades tradicionais ou pela apropriação que o turismo faz desses espaços. Perfaz assim, a formatação de um sistema que classifique as áreas naturais protegidas de acordo com seu uso e funcionalidade.

3.2 O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC

Em 2000 foi sancionada a Lei nº 9.985 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que segue ao que foi estabelecido na Constituição Federal de 1988, artigo 225 ao instituir que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Assim, o meio ambiente e seus ecossistemas devem ser preservados, bem como deve ser estabelecido o seu manejo para racionalização dos recursos naturais. Para tanto, fica estabelecido no SNUC os critérios, normas para criação, implantação e gestão de UC. E por esse termo, entende-se como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p. 7).

Na legislação brasileira, não há uma definição específica para o termo áreas protegidas, sendo assim adota-se a semelhança do termo para unidades de conservação. O conceito adotado pela IUCN para áreas naturais protegidas são explicadas como:

Uma superfície de terra ou mar especialmente consagrada à proteção e preservação da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e culturais associadas, e gerenciada através de meios legais ou outros meios eficazes (SCHERL et al, 2006, p 7).

Quanto aos objetivos das UC's, o SNUC visa a:

- I – contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II – proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III – contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV – promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V – promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI – proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII – proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII – proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX – recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X – proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI – valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII – favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII – proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (BRASIL, 2000, p. 7).

O SNUC objetiva cooperar para a manutenção do meio ambiente à medida que contribui para a preservação, valorizar o ambiente e o desenvolvimento sustentável. Além de incentivar a pesquisa científica, favorece atividades que promovam o turismo ecológico com vistas para a educação e interpretação ambiental, isso se confere como um importante instrumento de sensibilização para a conservação dos ambientes naturais, bem como a possibilidade de incremento econômico e bem estar social.

Em suas diretrizes expostas no artigo 5º fica estabelecido os pontos interesses como a salvaguarda do patrimônio biológico, o envolvimento da sociedade na política nacional de unidades de conservação, bem como a participação das comunidades locais no processo de criação, implantação e gestão das áreas protegidas. Além disso, salientam-se as iniciativas de apoio e cooperação de organizações não governamentais, privadas e de pessoas físicas para estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, práticas de lazer e turismo ecológico, o monitoramento, manutenção e outras ações que contribuam para a gestão das UC's (BRASIL, 2000).

Para que todas as diretrizes e objetivos estabelecidos sejam alcançados, a gestão do SNUC é de responsabilidade de algumas instâncias, no caso esse órgão é consultivo e deliberativo e deve acompanhar a implantação do sistema e isso cabe ao CONAMA, o órgão central de gestão é o MMA que tem como função de coordenação e os órgãos executores são o ICMBio e IBAMA que além de implantar o sistema, deve contribuir para a criação e administração das UC's tanto em âmbito federal, estadual quanto municipal.

O SNUC categoriza as UC's em dois grupos de acordo com as suas características, conforme apresentadas no Quadro 1:

PROTEÇÃO INTEGRAL	USO SUSTENTÁVEL
1. Estação Ecológica	6. Área de Proteção Ambiental
2. Reserva Biológica	7. Área de Relevante Interesse Ecológico
3. Parque Nacional	8. Floresta Nacional
4. Monumento Natural	9. Reserva Extrativista
5. Refúgio de Vida Silvestre	10. Reserva de Fauna
	11. Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	12. Reserva Particular do Patrimônio Natural

QUADRO 1 - Categorias de Unidades de Conservação.

Fonte: SNUC, 2000.

Adaptado: Carvalho, 2017.

As UC's de Proteção Integral objetivam a preservação da natureza e permite o uso indireto dos recursos naturais. No quadro 2, são expostos os objetivos e características de cada categoria.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL		
CATEGORIA	OBJETIVOS	CARACTERÍSTICAS
Estação Ecológica	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação da natureza e realização de pesquisas científicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Domínio público; • Proibido visita pública, exceto com fins educacionais; • Pesquisa científica com autorização prévia do órgão responsável.
Reserva Biológica	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação integral da biota, sem interferência antrópica direta ou modificações ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Domínio público; • Proibido visita pública, exceto com fins educacionais; • Pesquisa científica com autorização prévia do órgão responsável.
Parque Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação dos ecossistemas naturais; • Realização de pesquisas científicas; • Desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Posse e domínio público; • Visitação pública conforme estabelecido pelo plano de manejo; • Pesquisa científica com autorização prévia do órgão responsável; • Criadas por Estado ou Município (Parque Estadual ou Parque Natural Municipal).
Monumento Natural	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação de sítios naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pode ser constituído de áreas particulares, desde que seja compatibilizado com os objetivos da unidade; • Em caso de incompatibilidade do privado e público a área é desapropriada conforme a Lei; • Visitas públicas de acordo com as condições e restrições do Plano de Manejo e do órgão administrativo.
Refúgio de Vida Silvestre	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção de ambientes naturais que asseguram a existência e reprodução de espécies da fauna e flora residente ou migratória. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pode ser constituído de áreas particulares, desde que seja compatibilizado com os objetivos da unidade; • Em caso de incompatibilidade do privado e público a área é desapropriada conforme a Lei; • Visitas públicas de acordo com as condições e restrições do Plano de Manejo e do órgão administrativo; • Pesquisa científica depende da autorização do órgão administrativo responsável.

QUADRO 2 - Categorias de Proteção Integral.

Fonte: SNUC. 2000.

Adaptado: Carvalho, 2017.

Na categoria de classificação de Uso Sustentável, o objetivo é compatibilizar o uso sustentável com a conservação dos recursos naturais dispostos no território brasileiro. No quadro 3 são apresentadas as categorias com seus objetivos e características.

UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL		
CATEGORIA	OBJETIVOS	CARACTERÍSTICAS
Área de Proteção Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção da diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Constituída por terras públicas e privadas; • Normas e restrições para utilização da propriedade privada localizada na área; • Pesquisa científica e visitação nas áreas de domínio público são estabelecidas pelo órgão gestor; • Pesquisa científica e visitação nas áreas privadas são estabelecidas pelo proprietário; • Dispões de conselho presidido pelos órgãos administrativos e composto por representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e da população residente.
Área de Relevante Interesse Ecológico	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de ecossistemas naturais de importância regional ou local e uso regular de modo compatível com os objetivos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana; • Constituída de terras públicas ou privadas; • Normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada na área.
Floresta Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Uso múltiplo e sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica com foco em métodos de exploração sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura florestal de espécies nativas; • Posse e domínio público, áreas privadas devem ser desapropriadas; • Permitida permanência de populações tradicionais; • Visita pública em conformidade com o plano de manejo; • Pesquisa permitida e incentiva mediante autorização do órgão responsável; • Conselho Consultivo presidido pelo órgão administrativo, e composto por representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e populações

Quadro 3 – Categorias de uso sustentável (continuação).

CATEGORIA	OBJETIVOS	CARACTERÍSTICAS
Reserva Extrativista	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção dos meios de vida e cultura das populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais. 	<p>tradicionais residentes, se for o caso.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Áreas utilizadas por populações extrativistas locais; • Domínio público, com uso cedido das populações extrativistas tradicionais; • Possui Conselho Deliberativo presidido pelo órgão administrativo e composto por representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e populações tradicionais; • Visitação pública permitida conforme os interesses locais e de acordo com o Plano de Manejo; • Pesquisa científica permitida e incentivada, desde que autorizada pelo órgão administrativo; • Plano de Manejo aprovado pelo Conselho Deliberativo; • Proibido exploração de recursos minerais e a caça amadora e profissional; • Exploração comercial dos recursos madeireiros conforme disposto no regulamento e Plano de Manejo.
Reserva de Fauna	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação de populações animais de espécies nativas, terrestres, aquáticas, residentes ou migratórias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Posse e domínio público, em caso de áreas particulares devem ser desapropriados; • Visitação pública permitida conforme normas do órgão administrativo; • Proibido caça amadora ou profissional; • Comercialização de produtos e subprodutos resultantes de pesquisa deve obedecer ao regulamento.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação da natureza e assegurar condições e meios para a reprodução e melhoria dos modos e qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, além da valorização das técnicas de manejo destas 	<ul style="list-style-type: none"> • Domínio público e áreas particulares devem ser, quando necessário desapropriado; • Possui Conselho Deliberativo presidido pelo órgão administrativo e composto por representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e populações tradicionais; • Permitida e incentivada a visita público conforme Plano de

Quadro 3 – Categorias de uso sustentável (conclusão).

CATEGORIA	OBJETIVOS	CARACTERÍSTICAS
	populações.	Manejo da área; <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa científica permitida e incentivada desde que autorizada pelo órgão administrativo responsável; • Equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação; • Admitida a exploração dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis; • Plano de Manejo define as zonas de proteção integral, uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos e devem ser aprovados pelo Conselho Deliberativo da unidade.
Reserva Particular do Patrimônio Natural	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação da diversidade biológica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Termo de compromisso que verifica a existência do interesse público; • Pesquisa científica permitida conforme regulamento; • Visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais conforme regulamento; • Orientação técnica e científica prestados pelos órgãos integrantes do SNUC para elaboração de Plano de Manejo ou de Proteção e Gestão da unidade.

QUADRO 3 - Categorias de Uso Sustentável.

Fonte: SNUC, 2000.

Adaptado: Carvalho, 2017.

É válido ressaltar que as categorias devem possuir plano de manejo atualizado e Conselho Consultivo ou Deliberativo, composto pelos órgãos públicos e sociedade civil envolvida. No quadro 4, são apresentadas as categorias agrupadas, com destaque ao quantitativo com base na esfera de criação.

CATEGORIA	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
PROTEÇÃO INTEGRAL			
Estação Ecológica	32	61	3
Reserva Biológica	31	23	8
Parque Nacional	72	205	118
Monumento Natural	3	28	11
Refúgio de Vida Silvestre	8	30	3
TOTAL	146	347	143
USO SUSTENTÁVEL			
Área de Proteção Ambiental	33	187	82
Área de Relevante Interesse Ecológico	16	25	9
Floresta Nacional	67	39	0
Reserva Extrativista	62	28	0
Reserva de Fauna	0	0	0
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	2	30	5
Reserva Particular do Patrimônio Natural	634	182	1
TOTAL	814	491	97

QUADRO 4 - Quantitativo de UC's em nível federal, estadual e municipal.

Fonte: CNUC, 2016

Adaptado: Carvalho, 2016.

As UC's são administradas pelo ICMBio, sendo 326 ao total. Cabe ressaltar que as categorias que pertencem ao grupo de Proteção Integral devem dispor de Conselho Consultivo. Enquanto em APA e Reserva Particular do Patrimônio Natural a pesquisa científica, necessariamente, não dependem de aprovação prévia e de fiscalização do órgão administrativo responsável. Quanto aos recursos e doações destinados as unidades, o artigo 34 do SNUC (2000) diz que:

Os órgãos responsáveis pela administração das unidades de conservação podem receber recursos ou doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com ou sem encargos, provenientes de organizações privadas ou públicas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com a sua conservação (BRASIL, 2000, p. 18).

Com base com no gráfico 1, destaca-se o quantitativo de UC's institucionalizadas a nível federal. A expansão na criação das categorias é percebida, principalmente, no segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso.

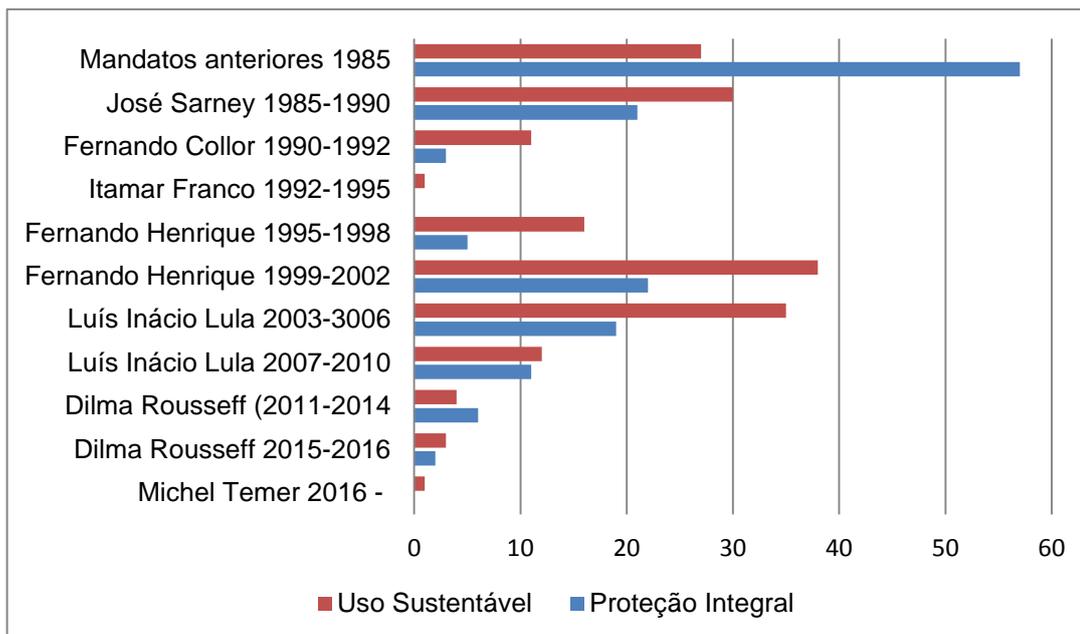


GRÁFICO 1 - Criação de UC's por mandato presidencial.

Fonte: Unidades de Conservação no Brasil, 2016.

Elaboração: Carvalho, 2016.

Observa-se que a quantidade expressiva de UC's criadas no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso coincide com a institucionalização do SNUC em 2000, e também como um dos resultados da Conferência Rio 92. A partir desses resultados, houve considerado crescimento na criação no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, e uma retração nos governos de Dilma Rousseff, uma crítica feita a isso, é o resgate do ideal desenvolvimentista adotado pelo Brasil na Conferência de Estocolmo. No entanto, esse governo foi marcado pela expansão de algumas categorias já criadas, o que gerou conflito com os ambientalistas, principalmente com relação ao desenvolvimento em contraposição ao território de comunidades tradicionais, que ficam sem representatividade expressiva nas políticas desenvolvimentistas.

Uma das medidas para fortalecer a divulgação das UC's no Brasil e seguindo o modelo de criação de parques nacionais nos EUA são as praticas turísticas nessas áreas.

3.3 APA e RESEX MARINHA DELTA DO PARNAÍBA – MARANHÃO, PIAUÍ E CEARÁ.

A APA Delta do Parnaíba foi criada pelo decreto de 28 de agosto de 1996, localizada nos municípios de Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia, no Piauí, Araisoses, Tutoia e Paulino Neves, no Maranhão, Chaval e Barroquinha, no Ceará. O bioma predominante é o marinho costeiro e possui a área de 307.590,51 hectares.

No seu decreto de criação são descritos os seguintes objetivos:

- I- proteger os deltas dos rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba, com sua fauna, flora e complexo dunar;
- II- proteger remanescentes de mata aluvial;
- III- proteger os recursos hídricos;
- IV- melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais;
- V- fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental;
- VI- preservar as culturas e as tradições locais (BRASIL, 1996).

No decreto, são estipuladas as medidas para implantação e gestão que devem ser adotadas na APA Delta do Parnaíba:

- I- elaboração do zoneamento ecológico econômico, a ser regulamentado por instrução normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA, definindo as atividades a serem permitidas ou incentivadas em cada zona e as que deverão ser restringidas e proibidas;
- II- utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção da biota, o uso racional do solo e outras medidas referentes à salvaguarda dos recursos ambientais;
- III- aplicação de medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental;
- IV- divulgação das medidas previstas neste Decreto, objetivando o esclarecimento da comunidade local sobre a APA e suas finalidades;
- V- promoção de programas específicos de educação ambiental, extensão rural e saneamento básico;
- VI- incentivo ao reconhecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural RPPN, instituída pelo Decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996, junto aos proprietários, cujas propriedades encontram-se inseridas, no todo ou em parte, nos limites da APA (BRASIL, 1996).

Essas medidas são importantes para o ordenamento das atividades. Quanto às atividades que são proibidas e/ou restringidas:

- I- implantação de atividades salineiras e industriais potencialmente poluidoras, que impliquem danos ao meio ambiente e afetem os mananciais de água;
- II- implantação de projetos de urbanização, realização de obras de terraplenagem, abertura de estradas e de canais e a prática de atividades agrícolas, quando essas iniciativas importarem em alteração das condições ecológicas locais, principalmente das zonas de vida silvestre;
- III- exercício de atividades capazes de provocar erosão ou assoreamento das coleções hídricas;
- IV- exercício de atividades que impliquem matança, captura ou molestamento de espécies raras da biota regional, principalmente do Peixe boi marinho;
- V- uso de biocidas e fertilizantes, quando indiscriminados ou em desacordo com as normas ou recomendações técnicas oficiais;
- VI- despejo, no mar, nos manguezais e nos cursos d'água abrangidos pela APA, de efluentes, resíduos ou detritos, capazes de provocar danos ao meio ambiente;
- VII- retirada de areia e material rochoso nos terrenos de marinha e acrescidos, que implique alterações das condições ecológicas locais (BRASIL, 1996).

A administração, implantação e fiscalização da APA Delta do Parnaíba são de responsabilidade do IBAMA, de acordo com o artigo 6º do decreto de criação, entretanto, na prática, essas atividades são realizadas pelo ICMBio. São atividades articuladas com os demais órgãos federais, estaduais e municipais e com ONGs. Ressalta-se ainda, conforme descrito no artigo 8º, a criação do Conselho da UC para auxiliar na administração, elaboração do zoneamento ecológico e econômico e do plano de gestão ambiental.

Para atender o artigo 8º, foi publicada a Portaria nº 27, em 10 de dezembro de 2007, sobre a criação do Conselho Consultivo da APA Delta do Parnaíba, com o objetivo de “contribuir com a implantação e a implementação de ações destinadas à consecução dos objetivos de criação”, e o Conselho Consultivo é presidido por esta instituição (BRASIL, 2007).

A RESEX Marinha Delta do Parnaíba foi instituída pelo decreto de 16 de novembro de 2000, com área de 27.021,65 hectares que abrange os municípios de Ilha Grande, no Piauí, Araioses e Água Doce do Maranhão, no Maranhão. O bioma característico da área é o marinho costeiro (BRASIL, 2000).

O objetivo de criação da RESEX Marinha Delta do Parnaíba é “garantir a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área” (BRASIL, 2000). Da mesma forma da APA, na RESEX Marinha Delta do Parnaíba cabe ao IBAMA a supervisão da área de modo que possa garantir o “uso gratuito com a população tradicional extrativista” (BRASIL, 2000).

Ao analisar as duas leis em UC's diferentes, percebe-se uma semelhança para a presidência dos Conselhos Consultivo e Deliberativo, que é a responsabilidade do ICMBio.

3.3.1 Caracterização Geoambiental da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba

A região dos deltas dos rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba é situada na região setentrional do Nordeste brasileiro, com complexas e originais condições fisiográficas e ecológicas.

Primeiramente, é necessário esclarecer o que é um Delta, Guerra o define como um:

Depósito aluvial que aparece na foz de certos rios, avançando como um leque, na direção do mar. Essa deposição exige certas condições como: ausência de correntes marinhas, fundo raso, abundância de detritos, etc. A denominação *delta* vem da forma da foz do rio Nilo (Egito) que lembra a quarta letra do alfabeto grego (GUERRA, 1993, p. 121).

Com base na explicação desse autor, o delta pode ser classificado como continentais e marítimos ou oceânicos. No caso da APA-RESEX Marinha Delta do Parnaíba é classificado como delta marítimo ou oceânico, pois há formação de um leque na foz dos rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba e que desembocam diretamente nos oceanos (GUERRA, 1993).

“O delta é integrado por um conjunto de ecossistemas embutidos em tabuleiros pré-litorâneos da Formação Barreiras” (IBAMA, 1998, p. 25). O Delta do Parnaíba desemboca no Oceano Atlântico e forma cinco barras, quatro delas estão localizadas no Maranhão, Baía de Tutoia, Melancieira, Caju e Canárias e apenas uma no Piauí, a de Igarauçu. Portanto, é uma configuração única em mar aberto nas Américas.

Nos rios Timonha e Ubatuba, há a ocorrência de planícies flúvio-marinhas recobertas por manguezais, justifica-se esse tipo de vegetação porque as planícies “são entalhadas por canais labirínticos por onde fluem e refluem as marés” (IBAMA, 1998, p. 26).

Nessa área dos deltas e seus estuários da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, as atividades socioeconômicas predominantes são a pesca artesanal e o extração de caranguejo-uça (*Ucides cordatus*) da região dos mangues, pelas populações tradicionais de baixa renda. Outra atividade importante na região é a prática do turismo, que tem sido uma importante prática por conta de seus atrativos naturais e diversidade biológica.

A região apresenta um extenso complexo dunar formado pelos sedimentos eólicos que “têm predominância de areais quartzosas com granulometria que varia de fina a média” (IBAMA, 1998, p. 26).

As feições de relevo características da APA e RESEX Delta do Parnaíba têm na área da planície litorânea, a disposição contínua dos sedimentos de praia, eólicos e marinhos. A faixa de praia é caracterizada por sedimentos marinhos e de outra natureza, constitui uma superfície arenosa, acumulada pelo mar e rios que demanda o oceano. Os campos de dunas é a parte mais significativa da área, pois há dunas moveis que são aquelas “onde as areias são postas em trânsito pelos ventos E-NE” (IBAMA, 1998, p. 27). Nas dunas moveis, não há cobertura vegetal e o seu comportamento migratório influencia no assoreamento de lagoas, recobrimento de estradas, aterro de residências e manguezais. Enquanto as dunas fixas, e podem ser associadas às móveis em alguns locais, caracterizando, assim, maior estabilidade, pois suportam a cobertura vegetal de maior porte. Ocorrem, ainda o tipo intermediário de dunas, semi-fixo, onde a cobertura vegetal é esparsa e tufos (IBAMA, 1998).

A hidrologia da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba é:

Constituída pela área drenada pelo baixo rio Parnaíba e pelos cursos inferiores pertencentes ao rio Ubatuba e bacias conjugadas em que se incluem os rios Camurupim/Cardos, Timonha e pequenos sistemas fluviais. A maioria dos rios são perenes ou intermitentes a secos em até três meses por ano (IBAMA, 1998, p. 29).

A cobertura vegetal da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba é caracterizada pela vegetação pioneira psamófica que está localizada na alta-praia,

sobre as dunas semi-fixas e em depressões inter-dunares, e são características de terrenos arenosos e salinos. A vegetação subperenifolia em dunas e com espécies de maior porte, também há a ocorrência de manguezais que são típicos de ambientes fluvio-marinhos, são caracterizados por ser uma área lodosa com cores escuras e parcial ou totalmente submersos. Os mangues frequentes são o *Rhizophora mangle* (mangue vermelho ou sapateiro), *Laguncularia racemosa* (mangue branco ou rajadinho) e *Conocarpus erectus* (mangue de botão ou de bolota) (IBAMA, 1998).

A vegetação de tabuleiro refere-se ao complexo florístico que inclui “espécies de matas, das caatingas, dos cerrados e dos cerradões. Fisicamente, apresenta predominância de um estrato arbustivo-arbóreo” (IBAMA, 1998, p. 33). As espécies frequentes são *Anacardium occidentale* (cajuzeiro), *Anacardium microcarpum* (cajuí), *Myracrodruon urundeuva* (aroeira), entre outras.

A mata ciliar de várzeas é frequente nas áreas de planície fluviais e planícies lacustres, a espécie típica e com maior utilização é *Copernicia prunifera* (carnaúba) muito frequente no município de Ilha Grande e chamada de árvore da vida pelo naturalista Humbolt, por conta de seus diversos usos, tais como:

Do caule – utilizado na edificação de casas e suas cercas, prédios rurais, quiosques de praia, além da utilização no artesanato, nos jarros decorativos para plantas; das Folhas, a extração do pó de carnaúba no período da estiagem continua sendo uma das finalidades dos carnaubais. Somente no Nordeste, a carnaúba tem a capacidade de produzir o pó cerífero. Isso é possível devido às características específicas de solos e clima dessa região. Ou seja, grande luminosidade durante quase todo o ano que possibilita a essa planta a produção desse pó, que submetido à fusão transforma-se em cera de carnaúba, produto de grande importância histórica, social e econômica, principalmente para os estados do Piauí e Ceará. O resíduo da produção do pó, chamado de bagana, é utilizado como cobertura morta na agricultura, ou mesmo na produção de celulose (em pesquisa). Outra finalidade das folhas é a confecção de artesanato e a cobertura de casas. Vale lembrar que o artesanato tem se expandido através da organização de trabalhadores especializados na confecção do artesanato da palha, da fibra ou do talo (pecíolo da folha) da carnaúba. Os frutos estão sendo utilizados em pesquisas para a produção de doces, geléias, biscoitos e outros itens alimentícios, além disso, são utilizados na alimentação de animais. As Sementes são utilizadas na produção artesanal de bijuterias; e as Raízes, juntamente com outros elementos, são utilizadas na composição de remédios (CRESPO, 2007, p. 15-16).

As características geoambientais da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba conferem peculiares atrativos naturais e mostram a importância e diversidade biológica e geográfica e como isso pode explicar uma série de fatores sociais que dão particularidades a áreas e às comunidades que ali vivem e retiram o seu sustento. Entretanto, é válido considerar a fragilidade desse ambiente e como as atividades, mesmo que extrativistas e de subsistência, devam ser planejadas e ordenadas em conformidade com a legislação ambiental existente e de acordo com os objetivos esclarecidos nos seus decretos de criação.

3.3.2 Caracterização Socioeconômica da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba

Os aspectos demográficos da região são apresentados no tamanho da população, área de abrangência e os limites dos municípios. Os dados gerais (Quadro 5) são apresentados utilizando como bases os dados fornecidos no *site* do IBGE com estimativa de 2016, a área territorial é com base no ano de 2015.

Município	UF	População	Limites	Área
Cajueiro da Praia	PI	7.482 hab.	Norte: Oceano Atlântico; Sul: Luís Correia; Leste: Chaval-CE; Oeste: Luís Correia.	271,707 Km ²
Luís Correia	PI	29.683 hab.	Norte: Oceano Atlântico Sul: Cocal-PI Leste: Cajueiro da Praia-PI Oeste: Parnaíba e Bom Princípio.	1.070,926 Km ²
Parnaíba	PI	150.201 hab.	Norte: Oceano Atlântico Sul: Buriti dos Lopes Leste: Luís Correia Oeste: Ilha Grande	435,573 Km ²
Ilha Grande	PI	9.242 hab.	Norte: Oceano Atlântico Sul: Parnaíba Leste: Parnaíba/Oceano Atlântico Oeste: Estado do Maranhão	134,318 km ²
Araioses	MA	45.680 hab.	Norte: Oceano Atlântico Sul: Magalhães de Almeida e São Bernardo Leste: Rio Parnaíba Oeste: Água Doce do Maranhão e Santana do Maranhão	1.782,600 km ²

Quadro 5 - Síntese das informações dos municípios da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba (conclusão).

Tutoia	MA	57.955 hab.	Norte: Oceano Atlântico Sul: Santana do Maranhão Leste: Araiões e Água Doce do Maranhão Oeste: Paulino Neves	1.651,650 km ²
Água Doce do Maranhão	MA	12.360 hab.	Norte: Tutoia e Araiões Sul: Araiões Leste: Araiões Oeste: Tutoia	443.267 km ²
Paulino Neves	MA	15,779 hab.	Norte: Oceano Atlântico Sul: São Bernardo Leste: Tutoia Oeste: Barreirinhas	979.178 hm ²
Barroquinha	CE	14.854 hab.	Norte: Oceano Atlântico Sul: Granja Leste: Camocim Oeste: Cajueiro da Praia	303,405 km ²
Chaval	CE	12.931 hab.	Norte: Barroquinha Sul: Granja Leste: Barroquinha Oeste: Cajueiro da Praia	238,234 km ²

QUADRO 5 - Síntese das informações dos municípios da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Fonte: IBGE, 2017

Elaboração: Carvalho. 2017

De acordo com os dados apresentados, percebe-se que entre os municípios pertencentes ao estado do Piauí, Parnaíba (150.201 hab.) é o que apresenta a maior população, entretanto, em termos de extensão territorial, Luís Correia (1.070,926 Km²) é o mais expressivo. No estado do Maranhão, o município de Tutoia (57.955 hab.) apresenta a maior população e em área é o município de Araiões (1.782,600 km²). Enquanto o estado do Ceará, Barroquinha representa a maior área (303,405 km²) e população (14.854 hab.). Por conta de sua localização privilegiada e desenvolvimento econômico, Parnaíba é tida como um importante centro comercial e educacional na região.

A área do Delta do Parnaíba abrange dois Estados, Piauí e Maranhão. A RESEX Marinha Delta do Parnaíba abrange os estados do Piauí e Maranhão (Ilha Grande, Araiões e Água Doce do Maranhão), enquanto a APA Delta do Parnaíba, por ser mais abrangente, inclui outras áreas contínuas a esses Estados, e se estende até a parte do estado do Ceará, dessa forma um território que sobrepõe duas UC's.

Os primeiros relatos de ocupação da região do Delta do Parnaíba apontam que o primeiro desbravador foi o navegador português Nicolau de Resende, que em 1571 durante um naufrágio perdeu toneladas de ouro no litoral nordestino, isso ocorreu nas proximidades da foz do Parnaíba, de acordo com os relatos, o navegante ficou a procura do tesouro por mais 16 anos sem sucesso.

De acordo com o estudo realizado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio Biodiversidade a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/ICMbio), a origem da ocupação é datada de 1600:

A origem da ocupação aconteceu em maio de 1600 com a chegada de uma caravela a região com fidalgos e colonos para explorar a região que antes era habitada pelos índios das tribos Tremembés ou terenembés e Aróios. A origem da ocupação ocorreu com as missões de jesuítas baseadas na exploração comercial do extrativismo comercial e extrativismo de exportação do século XVII. A ocupação atual da área aconteceu com as atividades de colonização e pecuária surgindo com as fazendas de gado (CNPT, IBAMA, 1999).

No lado maranhense, o município de Araiões tem seu histórico de ocupação por conta da tribo indígena Arayos, uma filiação dos Tremembés, e habitavam Tutoia. A região teve influencia das missões jesuíticas. Araiões, que até então era Nossa Senhora da Conceição dos índios Arayos, e em 1767 foi visitada pelo governador Joaquim de Melo e Póvoas, em 1893, é elevada a categoria de vila em 1938 conquista a emancipação. O povoamento do lado piauiense é caracterizado pelos “caminhos do gado” que vinham do interior do Piauí, e que em 1669, Leonardo de Sá desbrava a região, que hoje é conhecida por Parnaíba. Assim, como no Maranhão, o Piauí também tem a ocupação tardia do litoral, com a influência extrativista e agrária (MATTOS, 2006). Por conta desse histórico a agropecuária é marcante nos municípios de Araiões, Água Doce do Maranhão, Tutoia e Paulino Neves. A pecuária, também influencia na área do Ceará e Piauí em sua trajetória de ocupação (IBAMA, 1998).

Mavignier afirma que Domingos Dias da Silva era um português vindo do Rio Grande do Sul, e em 1758 chega à antiga Vila e adquire uma fortuna em ouro e prata, e torna-se um dos responsáveis pelo desenvolvimento comercial a Vila (MAVIGNIER, 2005).

Nesse período, a economia da região era baseada no comércio da carne seca, e, com a chegada de Domingos Dias da Silva, tem início o comércio de

charque, por meio da comercialização dos produtos pelo Brasil e exportando para alguns países da Europa como Portugal e Espanha. Para facilitar o escoamento da produção, cria-se em 1817 um porto para a exportação localizado as margens do rio Igarçu, que ficou conhecido como Porto das Barcas, e no seu entorno são construídos armazéns para o estoque de mercadorias. Posteriormente, com o declínio da pecuária, outras fontes foram exploradas na região, como o babaçu e a carnaúba. No período da II Guerra Mundial, o Porto Parnaíba tem localização privilegiada para o escoamento da produção de óleo de mamona, um produto importante para a indústria bélica. Parnaíba torna-se a cidade mais importante do Piauí no período da extração do pó da carnaúba, que é matéria prima para a produção da cera de carnaúba, com o pioneiro na região James Frederick Clark. Entretanto a demanda por esses produtos diminui e coincide com o período de construção das rodovias, que acarretou a decadência do Porto das Barcas (MATTOS, 2006).

A agricultura e pecuária são atividades complementares na região e são desenvolvidas por pequenos produtores, basicamente culturas de subsistência. As principais culturas são mandioca, milho, feijão e arroz (ZEE DO BAIXO PARNAÍBA, 2001). Outra cultura importante na região é a de caju:

O Cajueiro é uma espécie nativa do Nordeste que ocorre naturalmente na faixa litorânea. O produto mais importante para comercialização é o fruto (castanha), embora o pedúnculo também tenha um grande aproveitamento para a produção de sucos, doces, caju-ameixa, cajuína e outros. A cultura do caju desempenha papel relevante na economia do município de Barroquinha. A adaptação do cajueiro à região recomenda o incentivo ao plantio, principalmente nas áreas de dunas como forma de auxiliar na fixação das mesmas. Da mesma forma, a instalação de pequenas estruturas comunitárias para a produção de castanha e a disseminação entre os agricultores das técnicas de produção e acondicionamento de doces, conservas, cajuína etc. (ZEE DO BAIXO PARNAÍBA, 2001, p. 35).

Na região, a pesca artesanal é realizada em toda a faixa litorânea, enquanto a pesca industrial tem como principal produto o camarão e é muito importante em Luís Correia e Tutoia, que são os locais de desembarque. No entanto, no município de Água Doce do Maranhão, não há esses pontos, o que dificulta essa atividade. Enquanto em Barroquinha a pesca é muito importante pois é a principal atividade econômica da população (ZEE DO BAIXO PARNAÍBA, 2001).

Na região do Delta do Parnaíba, o principal produto proveniente da pesca artesanal é o caranguejo, na qual se observa que os pescadores são de comunidades do Piauí e do Maranhão. O principal destino para a escoamento da produção é para o estado do Ceará, e a região é a maior produtora do crustáceo, entretanto, “a extração excessiva deste animal causa desequilíbrio no meio natural” (MATTOS, 2006, p. 47). Os órgãos de defesa do meio ambiente estabeleceram o período de defeso, que é quando acontece a reprodução e é proibida a pesca e comercialização da espécie.

3.4. TURISMO NA APA e RESEX MARINHA DELTA DO PARNAIBA

O turismo é um fenômeno em que as pessoas saem do seu local de origem em busca de atividades de lazer, sem motivações financeiras. É uma atividade que provoca mudanças no destino de forma positiva e negativa. Beni conceitua turismo como:

É todo e qualquer deslocamento de um conjunto de turistas que se movimentam de uma direção a outra, unidirecionalmente, em um conjunto contexto espaço temporal delimitado, com um ponto comum de emissão e um ou vários pontos comuns de recepção (BENI, 2000, p. 433).

O turismo agrega no setor uma gama de serviços em suas atividades, que incluem as estruturas de hospedagem, agenciamento, equipamentos de alimentos e de bebidas, entretenimento, atrativos culturais e naturais, dentre outros. Entretanto, para que essa atividade aconteça, é necessário que seja planejada, e nesse caso em especial aplicado em UC's. Para tanto, Ruschmann afirma que é praticamente impossível que seja estabelecido de alguma forma “um modelo “universal”, que direcione e oriente o desenvolvimento dos equipamentos e dos fluxos turísticos nos espaços naturais” (RUSCHMANN, 1999, p. 165).

O turismo de natureza tem sido um segmento que cresce e atende aos mais variados perfis de turistas, pois estes fazem uso dos recursos naturais que estão preservados, e são englobados por esse segmento: o turismo de pesca, o turismo de aventura, o ecoturismo, dentre outros.

Beni afirma que “as áreas de conservação ambiental no Brasil são verdadeiros pólos potenciais de Turismo, deveriam merecer mais atenção das

autoridades no sentido de serem mais conhecidas da população” (BENI, 2000, p. 59).

Então, no âmbito da conservação, é justamente em UC's que a atividade de ecoturismo é desenvolvida, principalmente em Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, Florestas Nacionais e em APA's. Dessa forma o ecoturismo é definido como:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 1994, p. 19).

O ecoturismo é um segmento que abrange no seu conceito pontos importantes como incentivo para a conservação que corrobora com a interpretação ambiental interpretativa e valorização da cultura das populações tradicionais. Essa abordagem condiz com os objetivos propostos na criação da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba. No entanto, é importante que haja a articulação dos setores públicos com os privados e comunidades tradicionais, sendo também necessário infraestrutura turística e recursos humanos qualificados, para que haja o desenvolvimento ordenado do ecoturismo, uma vez que esse território estudado tem como objetivo a conciliação do uso de terras públicas e privadas.

Essas UC's apresentam uma vasta potencialidade de atrativos naturais e culturais. Dentre os quais se destacam o passeio Rota do Cavalo Marinho (figura 3), que é realizado na comunidade de Barra Grande (Cajueiro da Praia), os condutores de visitantes são os moradores locais. É realizado em pequenas embarcações movidas a remo em um dos braços do rio Camurupim. Ao longo do percurso, é possível observar as variadas espécies de mangue (vermelho e branco), aves, moluscos, crustáceos e o cavalo marinho, este é retirado da água em um recipiente transparente próprio para a observação e em seguida é devolvido ao seu ambiente.



Figura 3 – Trilha do Cavalo Marinho

Fonte: Leocadio, 2017.

Ainda nessa região do rio Camurupim, em específico no Ponto da Camboa, é realizada durante a maré baixa a Trilha das Ostras. Neste local é observada uma grande embarcação naufragada que está recoberta por manguezal. Nessa região, é realizado o cultivo de ostras (*Crassostrea rhizophorae* e *Crassostrea barasilin*). Ao longo do passeio os condutores demonstram como acontece a cata de ostras.

O passeio a Ilha das Garças, uma pequena ilha fluvial do rio Camurupim, localizado em Cajueiro da Praia (PI), ele é realizado por condutores locais em pequenas canoas para a avistagem de garças azuis, branca (grande e pequena) e a garça real, além de outras espécies de aves como siricóia, socó e o tomatião.

No município de Cajueiro da Praia (PI), está localizado o maior cajueiro do mundo, a área estimada de ocupação é de 8.810 km², e com idade aproximada de 200 anos. Os passeios são realizados por condutores de visitantes locais.

Ainda em Cajueiro da Praia (PI), município considerado o berçário de preservação do Peixe Boi Marinho, animal ameaçado de extinção; é realizado o projeto para o monitoramento destes animais com uma base fixa no rio Timonha. A sede do Centro de Mamíferos de Cajueiro da Praia possui um pequeno museu com a finalidade de sensibilizar os visitantes quanto à conservação da espécie. A observação no seu habitat natural pode ser realizada três vezes por semana, quando a equipe de biólogos realiza o monitoramento na base fixa.

No município de Cajueiro da Praia (PI), está localizada a Praia de Barra de Grande, uma das mais procuradas do litoral piauiense devido a sua tranquilidade (figura 4). Nesta praia também são realizadas caminhadas e a prática de esportes de aventura como o *kite surf*, é realizado por esportistas com uma pipa (*kite*) presa

com um cinto na cintura, e é colocado em cima de praça sobre a água. A partir da ação impulsionadora do vento na pipa, é possível deslizar sobre a água. O esportista possui uma barra para controlar o trajeto e a realização de saltos. A praia possui uma boa estrutura de meios de hospedagem e de A&B.



Figura 4 – Praia de Barra Grande
Fonte: Leocadio, 2017.

O município de Parnaíba (PI) possui o Centro Histórico, localizado às margens do rio Igarauçu. No seu apogeu econômico e político, Parnaíba foi um importante entreposto comercial para o escoamento da produção de charque e cera de carnaúba. Atualmente o local é utilizado para fins turísticos, com empreendimentos que comercializam artesanato, passeios turísticos e A&B (figura 5).



Figura 5 – Vista panorâmica do Porto das Barcas.
Fonte: Leocadio, 2017.

A Praia da Pedra do Sal, única localizada no município de Parnaíba (PI), distante 12 km da sede municipal. A mesma possui um farol entre um conjunto de rochas que divide o mar agitado, do leste, das águas mansas, do lado oeste. Devido à quantidade de sal que se forma nas cavidades das rochas recebeu esse nome (figura 6). No caminho de acesso é visível na paisagem a quantidade de torres para a captação de energia eólica. Da costa da praia, é possível ver o pôr do sol, que é considerado um dos mais bonitos do Piauí.



Figura 6 – Praia da Pedra do Sal
Fonte: Leocadio, 2017.

No município de Ilha Grande (PI), está localizada a Casa das Rendeiras do Morro da Mariana, onde é realizada a produção da renda de bilro, prática repassada entre gerações. Este é um produto de fama nacional e internacional por conta de sua qualidade e delicadeza.

A sede de Ilha Grande (PI), antes da emancipação política em 1994, era o povoado de Morro da Mariana, onde está localizado o Santuário de Nossa Senhora Mãe dos Pobres. Símbolo de religiosidade, a construção possui peças fabricadas pelos artistas locais com argila. A ideia para este Santuário é do padre italiano Pedro Quiritti, que, com o auxílio de outros sacerdotes, trouxe a imagem da Europa e fixou no ponto mais alto do Morro da Mariana em janeiro de 1989. A visitação no atrativo é gratuita e possui a estrutura de um mirante, de onde é possível visualizar a cidade.

A Trilha Ecológica da Caída do Morro é realizada em Ilha Grande (PI). Nessa trilha, é possível realizar caminhadas entre as dunas e, ainda aproveitar as lagoas que se formam devido ao período chuvoso. Nas dunas é possível praticar

sandboard, um esporte onde o esportista desliza nas dunas em uma prancha realizando manobras radicais.

As Praias do Pontal e da Cotia estão localizadas em Ilha Grande (PI), entretanto pouco é explorada. O acesso é realizado por embarcações, veículos 4X4 ou a pé. A Praia do Pontal é localizada na foz do rio Parnaíba, próximo a Ilha das Canárias (MA), a água é salobra devido ao encontro do rio com o mar. A praia da Cotia fica mais próxima da Praia da Pedra do Sal e possui o mar tranquilo e ondas pequenas.

O Porto dos Tatus, localizado em Ilha Grande (PI), é considerado o principal ponto de saída para os passeios na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba. O local possui uma estrutura simples de atracadouro para as embarcações de pescadores e turísticas, há poucos restaurantes e mercados. O Porto dos Tatus passará por uma revitalização financiada pelo governo do Piauí, o local possuirá estrutura de centro de recepção dos visitantes, mirante com plataforma de acessibilidade, banheiros públicos, centro administrativo, píer com passarela de madeira para embarque e desembarque, pórtico e iluminação adequada.

A Ilha das Canárias (MA) é a segunda maior ilha do Delta do Parnaíba, pertence ao município de Araisos (MA) (figura 7). Está situada na Barra das Canárias, limite entre os estados de Maranhão e Piauí. A população da Ilha das Canárias é composta por pescadores tradicionais e pequenos agricultores. Por ser um importante atrativo turístico, a ilha possui restaurantes e pousadas, ambos de iniciativa dos moradores locais, e um pequeno píer para atracar as pequenas embarcações com os visitantes.



Figura 7 – Ilha das Canárias.

Fonte: Leocadio, 2017.

A Ilha dos Poldros (MA) é composta por vegetação nativa preservada, com dunas e cercadas pelas águas do encontro do Rio Parnaíba e Oceano Atlântico. Na ilha é possível a prática de esportes a vela devido aos ventos constantes, e também é utilizada como um ponto para banho dos visitantes que realizam passeios do Delta Tradicional.

O Delta Tradicional é um passeio com duração média de seis horas, e é realizado por agências de turismo de Parnaíba e Ilha Grande (PI) em embarcações com capacidade para até 110 visitantes. Durante o percurso, há a possibilidade de avistagem da fauna e flora da região, o Igarapé dos Periquitos, rios e manguezais, encontro do Rio Parnaíba com o Oceano Atlântico. Ao longo desse passeio, são realizadas duas paradas para banho, uma na Ilha dos Poldros e no Morro Branco.

A Ilha do Caju (MA) é uma ilha privativa (Reserva Particular do Patrimônio Natural) que pertence à família Clark, mas é aberta para a visita. O acesso é realizado a partir do Porto dos Tatus em chalanas e lanchas. No percurso, cruza o Igarapé do Guirindó e Morro do Meio. Durante o passeio, é possível observar a diversidade de ecossistemas com mangues, dunas, matas, campos alagados de água salgada. Na Ilha, é observada a fauna com tatus, cotias, gato-maracajás, tucanos, jacaré de papo-amarelo, guaxinins, veados, raposas, pica-paus, macacos guariba e prego, guarás. O nome da ilha se deve a quantidade de cajueiros.

O passeio para a Revoada dos Guarás (MA) tem a duração média de quatro horas e é realizado em lanchas que saem do Porto dos Tatus, no percurso passa

pela Ilha do Caju, Ilha do Bananal, Guirindó, Manguinho, Engraça, Morro do Meio e das Cobras. O Guará (figura 8) é uma ave de coloração avermelhada, típica do Delta do Parnaíba, a coloração é explicada pela alimentação da ave ser à base de caranguejos.



Figura 8 – Revoada dos Guarás
Fonte: Leocadio, 2017.

O passeio do Delta Safari pode ser realizado durante o dia ou à noite em lancha rápida. A saída para o passeio é do Porto dos Tatuas (PI) e percorre um labirinto de ilhas do Delta do Parnaíba até o Igarapé do Guirindó. Nesse local, são observadas as pequenas ramificações de igarapés e as espécies como, macaco guariba e prego, cobras, morcegos, iguanas, jacaré do papo-amarelo, aves diversas e caranguejos. O passeio tem duração média de quatro horas.

O Delta Feijão Bravo (MA) é um passeio com duração média de quatro horas, e sai do Porto dos Tatus (PI) passando pelo Igarapé dos Periquitos, Baía das Canárias, Igarapé dos Poldros onde é realizada uma parada para banho na Ilha dos Poldros, segue em direção a Ilha da Barreira (MA) e em seguida a formação de dunas da Baía do Feijão Bravo.

O Balneário Barreiras está localizado em um bairro de Araiões (MA), é mais conhecido como Ilha do Amor. Tem paisagem única e o local é viável para banho e pescaria. No local, também são realizados eventos tradicionais como o carnaval.

O Balneário de Ponta Grossa é localizado na comunidade Aldeias (Araiões-MA). Destaca-se por possuir águas cristalinas do rio Magu, na região podem ser

realizados passeios de barco e a pesca. O Balneário Cana Brava também se localiza em Araioses (MA), é banhado pelo rio Magu e é mais utilizado para o lazer familiar.

O Balneário São Raimundo é localizado na comunidade de Cana Brava (município de Araioses-MA), é considerado como um paraíso do rio Magu devido à água cristalina e fria, o local é utilizado para o lazer familiar e pesca esportiva.

A Travessia Delta Tatus-Tutoia, tem duração média de quatro horas, é um passeio que sai do Porto dos Tatus passando pelo rio Parnaíba e seus igarapés, durante o deslocamento são realizadas paradas para banho e caminhadas ecológicas pelo Morro do Meio, Baía do Caju e Ilha Grande dos Paulinos, nessa ilha é possível conhecer a cidade fantasma, uma herança de uma salina em atividade em meados do século XX, depois segue sentido Tutoia (MA). A travessia também pode ser realizada no sentido Tutoia-Tatus.

Em Tutoia (MA) é realizada o passeio pelas Ilhas do Delta-Tutoia, a saída é do Porto de Tutoia em direção às ilhas do Delta do Parnaíba, passa pela Ilha do Cajueiro, Melancieira, Ponta da Melancieira e Coroatá, esta última é o ponto de parada para almoço, descanso e trilhas ecológicas. O passeio segue até a Ilha dos Guarás para observar a revoada.

O passeio Costa do Delta é realizado pelas praias e balneários da região de Tutoia-MA em veículos 4X4. O percurso passa pelas praias da Barra e Moita Verde, povoado Arpoador, Morro do Chora, Praia do Amor, no retorno é realizada uma parada na Lagoa de Maceió para contemplação da paisagem e depois segue para a comunidade de Tutoia Velha e Santa Rosa.

A Praia da Barra localiza-se no centro de Tutoia (MA) é uma das mais visitadas. A Praia da Andreza (Tutoia-MA) é tranquila e quase deserta, também é cercada por coqueiros. À Praia do Arpoador, (Tutoia-MA) o acesso só é possível com a maré baixa e nela vivem principalmente pescadores artesanais. A Praia do Amor, é uma praia quase deserta de Tutoia-MA, composta por pequenos lençóis de areia, alguns dele movediça. O lugar é ideal para *camping* e naturalismo.

Em Chaval (CE) é realizado o passeio a Pedra da Gruta, construída pelo sacerdote Monsenhor José Carneiro e o padre João Batista Araújo. O topo da rocha possui uma estrutura para abrigar a imagem de Nossa Senhora de Lourdes, o local é utilizado para festejos tradicionais e um ponto de observação da cidade.

O Cais do Porto é um local de produção de sal e que por muitos anos foi a principal fonte de renda de Chaval (CE), no entanto, a produção está estagnada.

A Trilha Ecológica do Parque do Oliveira é um dos principais atrativos turísticos de Chaval (CE) e de conservação ambiental. É possível realizar passeios para conhecer a cultura, as formações rochosas, cavernas, inscrições rupestres e açudes, esse conjunto conta a história e a cultura do município.

Em Chaval (CE), é possível realizar o passeio a Pedra do Céu, um atrativo representativo à luta pela sobrevivência dos moradores no período da seca em 1954, foi construída, nesse local, pelo Monsenhor José Carneiro uma piscina entre os monólitos para saciar a sede da comunidade. A Pedra da Carnaúba é o ponto mais alto do município. No topo, é possível encontrar uma cratera com carnaúbas em seu interior. No período chuvoso, são formados lagos na região, ainda é possível realizar rapel, escalada e camping. A Pedra da Santa é um atrativo localizado próximo ao Açude Cruzeiro e a Fazenda São Lino, entretanto tem difícil acesso devido à vegetação fechada e a formação rochosa íngreme.

A Pedra do Letreiro está localizada no lado oposto da Pedra Santa em Chaval (CE). Esse atrativo é rodeado por lendas devido algumas plantas possuem folhas que nunca secam e possuem o formato de letras. Uma dessas lendas conta que no local da rocha era um castelo com uma princesa, um bruxo local teve seu amor não correspondido e transformou o castelo em rocha. O encanto será quebrado quando alguém conseguir decifrar os escritos nas rochas.

O Porto do Mosquito é um dos atrativos turísticos mais visitados de Chaval (CE), é um local tranquilo para banho, caminhada, pescaria, prática de caiaque. É uma região de mata nativa pouco explorada pelo turismo. A Pedra das Trovoadas ou Pedra da Abelha recebe esse nome por se assemelhar a uma colmeia. Nesse local se encontram as principais inscrições rupestres da região, é de difícil acesso e para chegar ao topo é necessário realizar uma trilha até a fenda.

A Pedra da Baliza é localizada na extremidade norte de Chaval (CE), do topo da rocha é possível ter uma visão 360° da cidade. No passado foi utilizada por caçadores da região como localizador. A Pedra da Preguiça Gigante é localizada no interior de Chaval (CE), é considerada um local de relevante conservação ambiental, pois foram encontrados no interior da cratera fósseis de uma preguiça gigante, e desde então foi despertado o interesse para pesquisas paleontológicas.

O passeio de Canoa pela Baía de Chaval (CE) é realizado de canoa pelos rios Ubatuba e Timonha, que formam a Baía, durante o percurso é possível observar a pesca tradicional, a cata de caranguejo e siri. O local é uma área de preservação do Peixe Boi Marinho. A Barragem do Caldeirão localiza-se no interior de Chaval (CE), próximo a Tucuns, é um local tranquilo para caminhadas entre as rochas e a prática de pesca e banhos.

O Pontal das Almas fica localizado no extremo oeste de Barroquinha (CE), as margens da foz dos rios Timonha, Ubatuba, Chapada, Camelo e Carapina, que formam manguezais para a cata de caranguejo. A Praia Nova é uma praia reta em Barroquinha (CE), possui mar agitado com dunas e coqueiros que formam a paisagem. No local, há uma vila de pescadores tradicionais com casa de pau-a-pique, seguindo trilhas pela vila é possível chegar às lagoas dos Remédios e Salgada.

A Praia de Curimã localiza-se em Barroquinha (CE), por seu acesso complicado, a praia ainda é bem preservada, com o mar agitado e rochas espalhadas pela areia, também há uma vila de pescadores tradicionais. A Praia de Barra dos Remédios está situada no sangradouro da Lagoa dos Remédios e é represada pelas dunas.

A Praia de Bitupitá é uma das praias mais movimentadas de Barroquinha (CE) é caracterizada por ser uma praia reta, com larga faixa de areia escura, com ondas fortes, dunas brancas e coqueiros nativos, há uma vila de pescadores e um farol.

O Rio Timonha nasce no município de Chaval (CE) e possui manguezal, desemboca no Oceano Atlântico no Pontal das almas junto com rio Ubatuba e formam a Ilha Grande. O Rio Ubatuba nasce na Serra de Ubatuba e vem em direção ao norte até receber o riacho Santa Rosa, que divide os estados do Piauí e Ceará com o nome de São João da Barra.

Percebe-se que alguns dos atrativos naturais e culturais que estão localizados no Piauí e Ceará têm o Porto dos Tatus como principal ponto de saída. Além de essas UC's integrarem o roteiro turístico Rota das Emoções, a APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba apresenta potencialidade para o ecoturismo, pois é uma região que alia a "conservação do ambiente visitado, seja ele natural ou cultural; a conscientização ambiental, tanto do turista como da comunidade receptora; e o desenvolvimento local e regional integrado" (KINKER, 2002, p. 19).

A Rota das Emoções é um roteiro turístico que engloba o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, APA Delta do Parnaíba e Parque Nacional de Jericoacoara (Figura 9).

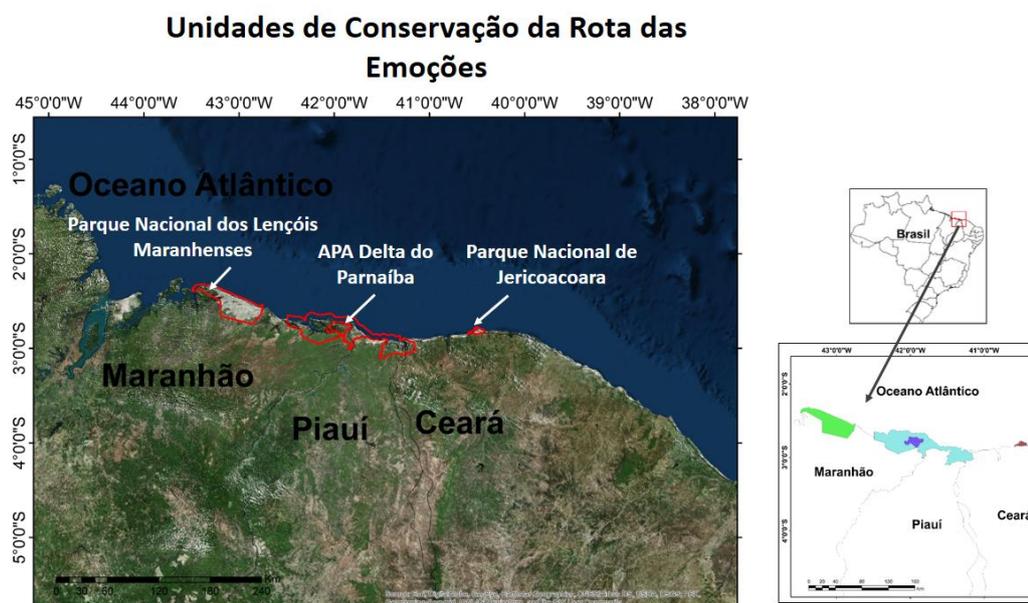


Figura 9: Unidades de Conservação da Rota das Emoções
Elaborado: Carvalho, 2017.

A Rota das Emoções é resultado do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros do Brasil, que se constituiu como uma política pública prevista no Plano Nacional de Turismo 2003-2007. O objetivo do PRT é o desenvolvimento do território de forma descentralizado e regionalizada, a partir do planejamento coordenado e participativo.

O ecoturismo é um segmento diferenciado frente aos demais da atividade turística, pois “implica planejamento que leva a sustentabilidade do ambiente natural e cultural, e que deve conduzir ao desenvolvimento regional sustentável” (KINKER, 2002, p. 70).

Logo, ao se pensar o ecoturismo é importante frisar que não é somente um segmento que está inserido em UC's, este deve ser intrínseco às práticas de educação ambiental, para assim perfazer a consciência dos visitantes e manter o ambiente equilibrado e sustentável.

Portanto, para atingir o nível de desenvolvimento regional sustentável, no caso da APA e RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, é importantes que haja um

esforço conjunto entre o poder público, órgãos ambientais, comunidades e setores privados.

4. AS TERRITORIALIDADES INSTITUCIONAIS E DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS TURÍSTICOS DA APA e RESEX MARINHA DELTA DO PARNAÍBA: suas inter-relações ao desenvolvimento territorial.

Aqui apresentamos os resultados da pesquisa, a partir da caracterização dos sujeitos e a territorialidade institucional e dos empreendimentos econômicos turísticos da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, com a caracterização do perfil do gestor das agências de turismo e sua atuação nesse território, com as abordagens nas atividades de planejamento, monitoramento e a importância do turismo para o desenvolvimento da região. Os visitantes são analisados de início para caracterizar o seu perfil para entendermos suas peculiaridades. Em seguida, é apresentada a maneira como é realizada a visitação do ponto de vista do usuário e suas opiniões para a conservação destas UC's.

As territorialidades da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba são descritas a partir das participações de quem faz uso da área, no caso as agências de viagem e os visitantes.

4.1 AS TERRITORIALIDADES DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS TURÍSTICOS E DOS VISITANTES DA APA E RESEX MARINHA DELTA DO PARNAÍBA

a) Perfil dos Gestores de Agências de Turismo da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

O levantamento do perfil dos gestores de agências de turismo que atuam nas UC's envolveu 10 empresas, em que são apresentados o gênero, faixa etária, procedência, formação acadêmica e o tempo de atuação na área.

O gênero dos gestores de agências de turismo corresponde a 60% masculino e 40% do feminino. Isso demonstra, ainda, a prevalência do homem nesse mercado. A faixa etária pesquisada dos gestores corresponde a 40% de 18 a 29 anos, 30% de 30 a 41 anos, 20% de 42 a 53 anos e 10% de 54 a 65 anos.

Do universo pesquisado, a procedência dos gestores corresponde a 90% ao estado do Piauí, em específico do município de Parnaíba e 10% do Ceará, que são

de Chaval. Esse dado reflete o critério de seleção da amostra, em virtude do cadastro ativo na plataforma CADASTUR, também nos leva a questionar os motivos de as demais agências não possuírem o cadastro, dada a sua elevada importância para o turismo na região.

Sobre a formação acadêmica dos gestores das UC's, 40% possuem o ensino superior completo, 30% têm ensino superior incompleto, 20% têm ensino médio completo e 10% possuem mestrado/doutorado. Isso demonstra que esses gestores possuem qualificação para atuar no mercado, e destaca-se entre os agentes que dois possuem formação na área de turismo. Espera-se que mais pessoas da área de turismo possam atuar na região. Além disso, percebe-se que nesse mercado os jovens têm a faixa etária mais expressiva (40%), e isso coincide com a formação acadêmica.

O tempo de atuação da agência de turismo no território da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba corresponde a 40% de 1 a 6 anos, 30% de 7 a 12 anos, 20% de 19 a 25 anos e 10% acima de 25 anos. Podemos correlacionar esse dado com a faixa etária dos gestores, pois isso demonstra que as empresas são novas no mercado e coincidem com as faixas etárias mais representativas, e também com a formação acadêmica.

No território destas UC's, o município de Parnaíba é o que apresenta a melhor infraestrutura para a atividade turística, além de ser um dos municípios inseridos no projeto dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Regional⁷, que atende aos objetivos do Plano Nacional de Turismo 2003-2007, possui um curso de formação superior em Turismo, ofertado desde 2006, no *Campus* de Parnaíba, vinculado a Universidade Federal do Piauí, em Parnaíba-PI⁸.

O perfil dos gestores das agências de viagens em sua maioria é do gênero masculino (60%), com faixa etária que corresponde a 18 a 29 anos (40%), os gestores são provenientes do estado do Piauí, e em específico do município de Parnaíba, pois é o polo receptivo mais desenvolvido do território da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

⁷ Os 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Regional são aqueles que possuem infraestrutura básica e turística além de atrativos qualificados e são capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que está inserido (BARBOSA, 2008).

⁸ Em 2016 a presidente Dilma Rousseff anuncia a criação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, atualmente a proposta segue em análise conclusiva pela Comissão de Constituição e Justiça e da Cidadania.

Nesse perfil a formação acadêmica dos gestores é o ensino superior completo, e entre eles destaca-se um turismólogo, que representa a importância desse profissional no fomento e desenvolvimento da atividade turística na região. Sobre o tempo de atuação da agência de forma geral são empreendimentos novos no mercado (1 a 6 anos), que pode ser explicado pelas iniciativas fomentadas em 2004 pelo PRT.

b) Atuação das Agências de Turismo na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba

De acordo com os questionários, o principal motivador do turismo nestas UC's (Gráfico 2) na opinião dos gestores é o Delta do Parnaíba correspondendo a 50%, 10% ao turismo ecológico na região, 10% aos atrativos turísticos, 10% aos atrativos naturais, 10% ao rico ecossistema e 10% optaram por não responder ao questionamento.

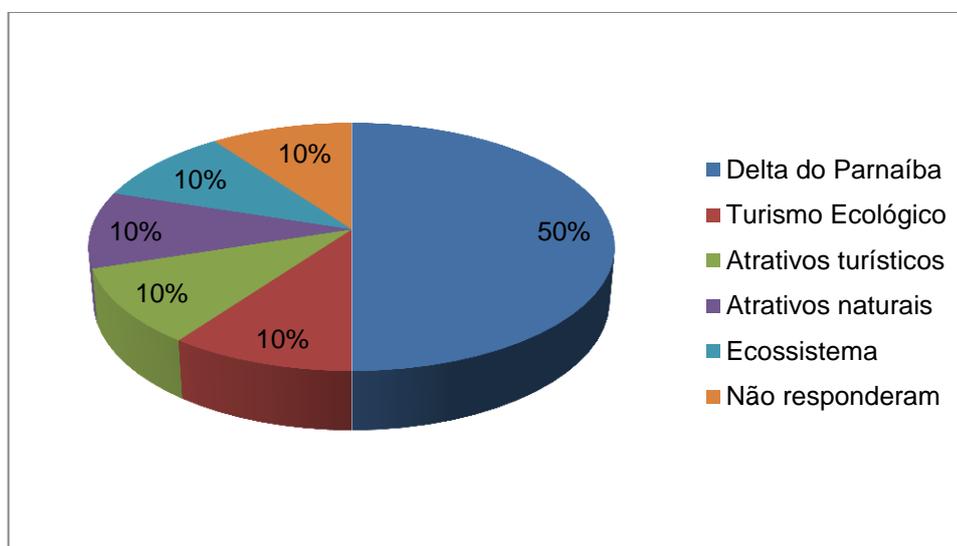


GRÁFICO 2 - Principal motivador do turismo na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Elaboração: Carvalho, 2017.

No quadro 6, é apresentada a opinião dos gestores de agências de turismo sobre a importância das UC's para o turismo na região. No entanto, do universo pesquisado três gestores optaram por não responder a esse questionamento.

AGT 01.	Não respondeu.
AGT 02.	A APA é de essencial importância, porém ela tem que ser vista mais como APA, porque com o interesse de muitos empresários, você não consegue levar para o turismo sustentável, mas muitos empresários e muitas agências não estão nem ligando para a APA, os órgãos ambientais, coisas desse tipo, é imprescindível falar da importância, mas os empresários e a sociedade precisa se conscientizar mais do que é uma APA.
AGT 03.	Porque quando juntam essas três forças (Estados) todas ganham.
AGT 04.	Não respondeu.
AGT 05.	Crucial, porque é o nosso maior atrativo.
AGT 06.	Muito importante, principalmente durante o passeio é tratado sobre a APA e a RESEX e passa para o turismo a importância para a região e que o turismo tem regras a serem cumpridas em relação ao meio ambiente e durante o passeio é falado sobre a preservação ambiental, o lixo e orientado para ser colocado nas lixeiras da embarcação, e quem faz esse tipo de passeio não observa que não há lixo nos mananciais, não somente o lixo, mas também com relação ao som, e que o principal objetivo é a preservação do meio ambiente.
AGT 07.	Prezar pela não degradação do turismo de massa.
AGT 08.	Uma grande importância na preservação do nosso ecossistema e para que nosso turismo seja ordenado e sustentável.
AGT 09.	Principal atrativo turístico.
AGT 10.	Não respondeu.

QUADRO 6 - Importância da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba para o turismo na região.

Elaboração: Carvalho, 2017

Com base nos dados apresentados, entende-se a importância do turismo para a região, com a integração entre os estados do Maranhão, Piauí e Ceará como forma de incrementar o turismo a partir da Rota das Emoções, tendo em vista que a APA Delta do Parnaíba é um dos atrativos que compõe esse roteiro turístico, entretanto a RESEX Marinha Delta do Parnaíba não está incluída.

Conciliar o desenvolvimento turístico com atividades de educação ambiental tem-se como objetivo a preservação do ecossistema, a fim de não degradá-lo com o turismo de massa, esse tem sido um dos problemas enfrentados devido à carência de ordenamento turístico na região. Por ser um ambiente frágil ecologicamente, o turismo deve ser pensado e planejado de maneira responsável, para que não cause danos permanentes e harmonize o seu uso consciente.

Outro problema na região é relacionada a gestão dos resíduos sólidos produzidos pelo turismo na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, que apesar de ainda não possuir um plano de gerenciamento de resíduos sólidos, algumas ações atenuantes poderiam ser tomadas, como a fixação de placas de orientação nas vias de acesso e a disposição de coletores nos pontos de maior concentração

de visitantes e nas saídas para os passeios turísticos, além de incluir essa discussão no Plano de Manejo das UC's.

Para que esse território seja realmente visto como uma UC, principalmente para conciliar os interesses públicos e privados sobre sua importância, e concomitantemente a inclusão das comunidades tradicionais deste território.

No quadro 7, são apresentadas as respostas das principais atividades turísticas comercializadas pelas agências de turismo na APA-RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

AGT 1	Passeios de lancha; Delta tradicional.
AGT 2	Trilhas ecológicas; Passeios de barco ao estuário do rio Timonha e Ubatuba; Salinas de Chaval, Visita do homem das cavernas; Pedra da preguiça gigante; Cata do sururu, caranguejo e pesca artesanal; Avistamento de aves migratórias; Escalada a Pedra da Carnaúba; Sitio trovoadas
AGT 3	Passeio de catamarã; Lanchas rápidas para Ilha do Caju, Guajiru, Feijão Bravo, Safari Noturno; Traslados para a integração entre Ceará e Maranhão.
AGT 4	Passeios de barco; Trilhas ecológicas; Trilhas de bicicleta.
AGT 5	Passeios náuticos (canoas, lancha rápida e barco); Tour de vivências com teatro histórico sobre Mandu Ladino e Nicolau de Resende; Cata de caranguejo e vida selvagem; Turismo nas comunidades.
AGT 6	Delta tradicional; Passeios em lanchas rápidas.
AGT 7	Passeios ao Delta em lancha rápida.
AGT 8	Passeios ao Delta do Parnaíba em lancha rápida (Revoada dos Guarás, Focagem de Animais (jacarés, cobras), Observação de Macacos, Ilha das Canárias, Travessia do Delta de Tutoia a Parnaíba); Delta tradicional; <i>Kite surf.</i>
AGT 9	Passeios em lanchas voadeiras.
AGT 10	Roteiros que levam a conhecer nossa riqueza cultura.

QUADRO 7 - Atividades turísticas comercializadas na APA-RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Elaboração: Carvalho, 2017

As agências que operam nestas UC's em sua totalidade ofertam passeios de barco e lanchas pelos atrativos naturais, porém como forma de diversificar a oferta turística são incrementados em suas atividades passeios que envolvem vivências

nas comunidades e sobre o modo de vida tradicional desse território, como a pesca artesanal e a cata de caranguejos nos manguezais, inserção dos atrativos culturais, além de trilhas ecológicas para interpretação ambiental.

No entanto durante a observação dessas atividades percebemos que a vivência no mangue para a cata de caranguejos acontece de forma massiva, ou seja, os barcos encostam num ponto do manguezal e um dos tripulantes faz a demonstração da atividade e o condutor de visitantes apresenta a diferença entre o caranguejo macho e fêmea dentre outros aspectos.

Ao se comercializarem as vivências em comunidades, é importante entender que isso vai além de uma pequena demonstração, se refere em vivenciar realmente o modo de vida tradicional dessas comunidades, onde seria possível passar um dia com pescadores e catadores de caranguejo para entender suas atividades e a importância da preservação do ecossistema do Delta do Parnaíba.

O planejamento das atividades que são comercializadas pelas agências de turismo demonstra que 30% das agências já possuíam algum tipo de equipamento de uso pessoal (lanchas ou barcos de pequeno porte), e passaram a utilizar para comercializar passeios. Entretanto, a AGT 7 já possuía o equipamento e o operacionalizava em outro atrativo natural (Lagoa do Portinho), e mediante a demanda, tem início a comercialização na região do Delta do Parnaíba.

Outra forma de comercialização é através de parcerias, que correspondem a 20%, tal como faz a AGT 10 que terceiriza os passeios de outras agências. Isso demonstra que apesar de concorrentes nesse setor, as agências realizam parcerias para o fortalecimento da atividade turística. No caso da AGT 2, houve uma parceria com a CARE Brasil e o SEBRAE através de cursos para elaboração de roteiros, manejo das atividades e de condutores de visitantes.

Do público pesquisado (gráfico 3) 20% apontaram que suas atividades foram planejadas com base em visitas técnicas, ou seja, os empresários observaram a potencialidade da região e aliaram o conhecimento empírico com o técnico para a formatação de roteiros e passeios, e outros 20% responderam que as atividades são planejadas de acordo com o perfil do cliente, por meio da personalização dos roteiros para atender grupos pequenos e privados que buscam maior contato e vivência com o ambiente visitado. No entanto, 10% optaram por não responder essa questão.

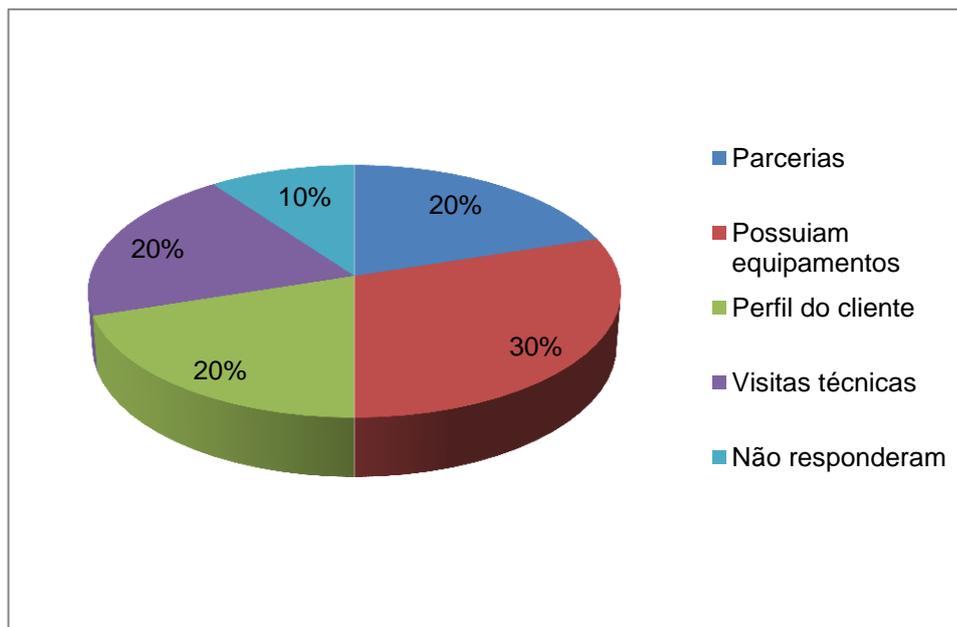


GRÁFICO 3 - Planejamento das atividades comercializadas na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Elaboração: Carvalho, 2017.

Esse questionamento nos apresenta que, em virtude do potencial ambiental da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, o turismo tem sido um vetor de desenvolvimento, apesar de seu início ter se dado das formas mais variadas por parte das agências de turismo, além de revelar a importância das parcerias tanto para a comercialização quanto no planejamento da atividade turística.

No gráfico 4, é apresentado o questionamento sobre o monitoramento/acompanhamento das atividades da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, 50% responderam que sim, 40% que não há o monitoramento e 10% que as atividades são parcialmente monitoradas. Esse dado revela que, por parte do ICMBio, o monitoramento/acompanhamento se dá apenas em práticas de crimes ambientais, fiscalização da pesca ilegal no período de defeso, e relacionada ao turismo, a Capitania dos Portos do Piauí (Marinha do Brasil) realiza o acompanhamento/monitoramento das condições das embarcações turísticas e da tripulação, e também da quantidade de passageiros permitidos por embarcação, essa atividade é realizada, principalmente, no Porto dos Tatus.

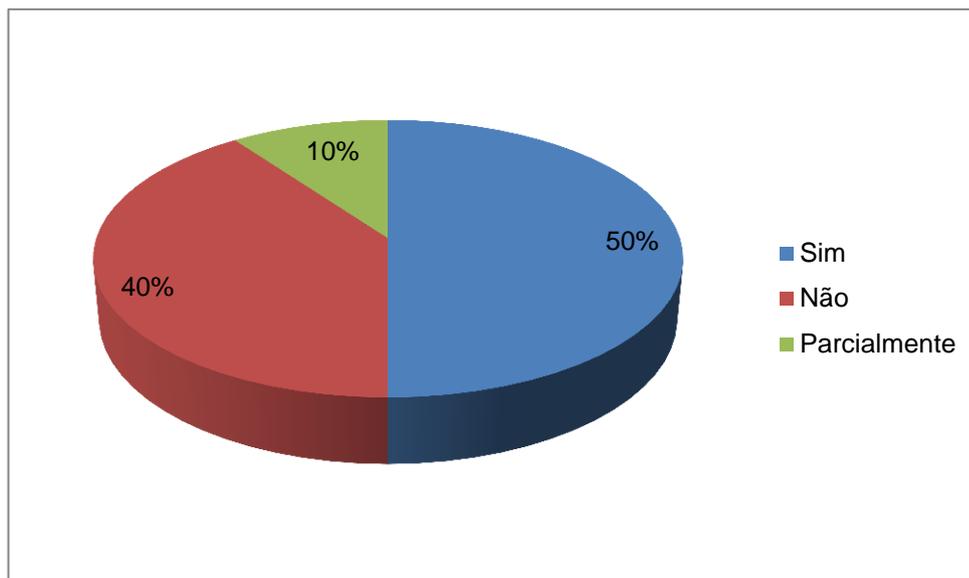


GRÁFICO 4 - Monitoramento/acompanhamento das atividades na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Elaboração: Carvalho, 2017.

No quadro 8 são dispostos os passeios comercializados pelas agências de turismo na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

AGT 1	Passeios ao Delta
AGT 2	Escalada a Pedra das Carnaúbas; Trilha ao Sitio Trovoadas; Passeios de barco.
AGT 3	Passeio de catamarã.
AGT 4	Trilhas ecológicas na comunidade Tatus; Tour vivencial em canoa nativa; Passeio Delta Tradicional; Passeios ao Delta em lancha rápida.
AGT 5	Baía do Feijão Bravo; Igarapé dos Periquitos, Morro Branco; Baía das Canárias; Igarapé do Guirindó; Igarapé do Galego; Baía do Caju; Revoada dos Guarás; Baía de Tutoia.
AGT 6	Delta tradicional.
AGT 7	Passeios ao Delta em lancha rápida.
AGT 8	Revoada dos Guarás; Baía do Feijão Bravo.
AGT 9	Baía das Canárias; Baía do Feijão Bravo; Revoada dos Guarás; Delta Safari Noturno; Travessia do Delta (Tatus-Tutoia).

Quadro 8 – Passeios comercializados na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba (conclusão).

AGT 10	Os roteiros são elaborados de acordo com os pontos turísticos que o público tem vontade em conhecer.
--------	--

QUADRO 8 - Passeios comercializados na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Elaboração: Carvalho, 2017

Percebemos que os passeios são bem diversificados para atender aos mais variados perfis de visitantes na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba. Além disso, em algumas agências de turismo, a formatação de novos passeios/roteiros acontece por meio de visitas técnicas realizadas juntamente com pescadores e catadores de caranguejos da região.

Sobre a comunicação entre o órgão gestor das UC's e as agências de turismo (Gráfico 5), 50% responderam que há a comunicação, 30% disseram que se dá de forma parcial e 20% que não existe o dialogo. Isso demonstra que o órgão gestor consegue diálogo com as agências para a orientação das atividades, pela participação nos Conselhos Consultivos e Deliberativos destas Unidades, em casos mais específicos de comunicação.

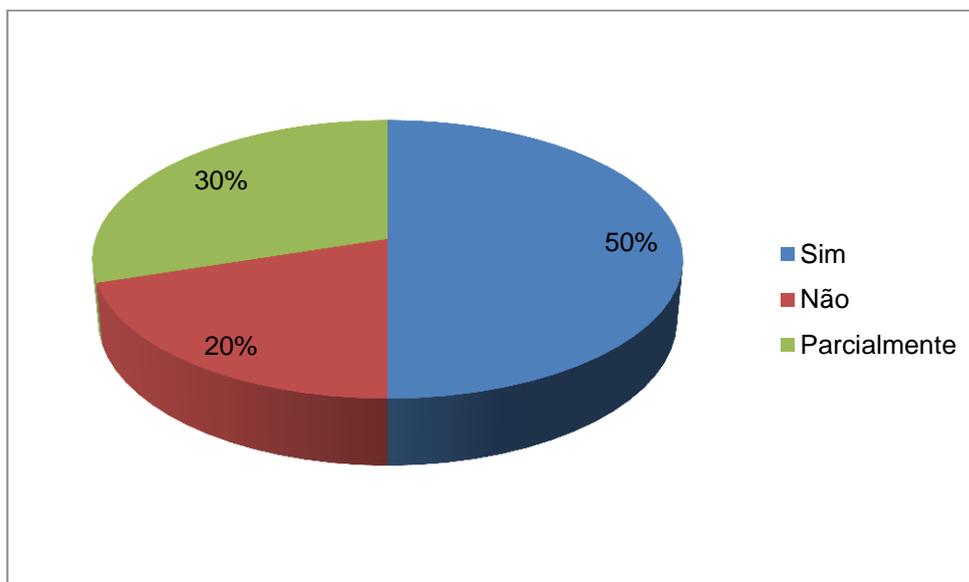


GRÁFICO 5 - Comunicação entre o ICMBio e Agência de Turismo na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Elaboração: Carvalho, 2017.

Quanto ao conhecimento das ações do ICMBio na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba por parte das agências de turismo, 50% disseram que conhecem,

20% disseram que não, 10% que tem o conhecimento parcial e 20% optaram por não responder essa questão. Podemos relacionar com o gráfico sobre a comunicação entre gestores e o ICMBio e das ações que acontecem no território. Esse dado demonstra que as agências de turismo, reconhecem a importância do órgão ambiental para a região, tanto para as questões de fiscalização de crimes ambientais quanto para os usos desse território.

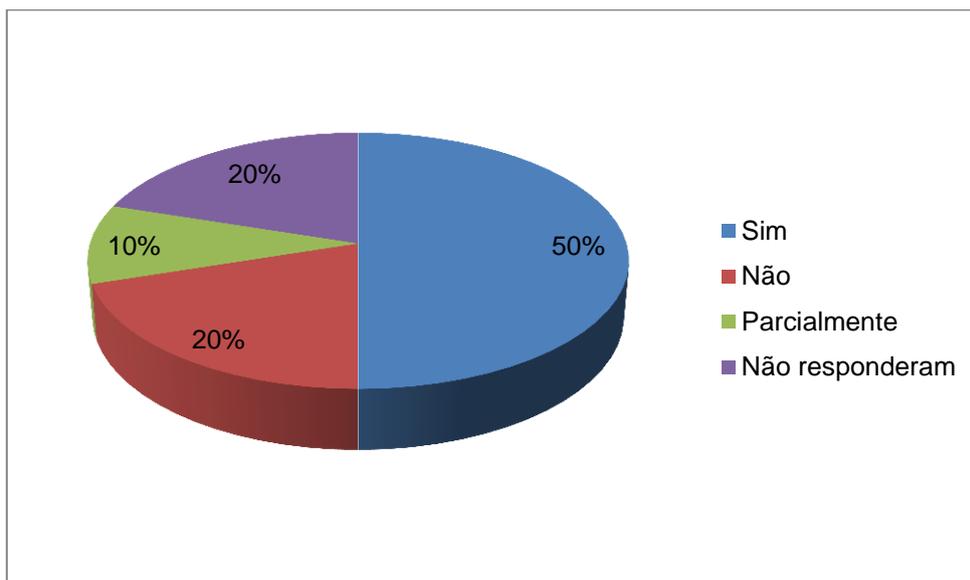


GRÁFICO 6 - Conhecimento das ações do ICMBio e Agência de Turismo na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.
Elaboração: Carvalho. 2017.

Entretanto, ao serem questionados sobre quais ações conhecem do ICMBio na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba 50% optaram por não responder ao questionamento e os demais elencaram as seguintes respostas:

- Monitoramento de peixes;
- Preservação do Peixe-Boi Marinho;
- Preservação das Tartarugas Marinhas;
- Fiscalização do Meio Ambiente;
- Conselho Consultivo da APA Delta do Parnaíba;
- Análises ambientais para pareceres de licenciamento ambiental;
- Período do defeso do caranguejo-uça.

As ações apontadas pelos gestores no questionamento são pontuais e dentre as respostas, o ICMBio tem algumas atividades de sua responsabilidade, tais como

a fiscalização do meio ambiente, Conselho Consultivo da APA Delta Parnaíba, análises de licenciamento ambiental e fiscalização em período de defeso. Nas demais (monitoramento de peixes, preservação do peixe-boi marinho e das tartarugas marinhas), o ICMBio é parceiro na realização de atividades de algumas instituições e ONGs, como o Projeto Tartarugas do Delta e a Comissão Ilha Ativa (CIA), e também da Marinha do Brasil que realiza o monitoramento das embarcações turísticas que trafegam no Delta do Parnaíba.

No gráfico 7 são apresentados os dados sobre a orientação para a visitação na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba realização pela agência de turismo. 60% responderam que há orientação, 20% que parcialmente e 20% optaram por não responder a essa questão.

As orientações apontadas são realizadas durante os passeios, onde os condutores de visitantes e pilotos de lanchas repassam aos visitantes informações sobre o Delta do Parnaíba, tais como vegetação, fauna, usos e ocupação da região, além de orientações sobre o turismo na região. No entanto, não é distribuído nenhum material de orientação, apenas o folder comercial nas agências de turismo. Uma alternativa para sanar essa dificuldade seria a fixação de placas de orientação em pontos de saída para os passeios na região.

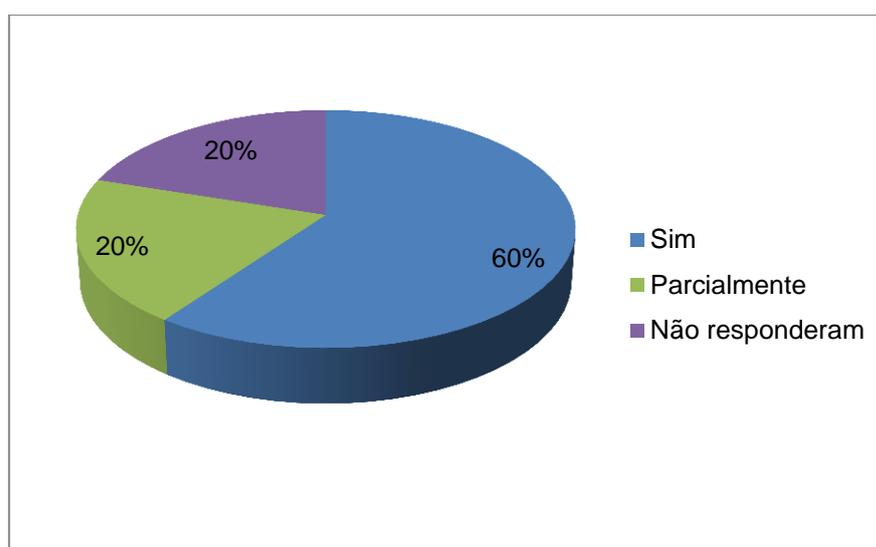


GRÁFICO 7 - Orientação para visitação na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.
Elaboração: Carvalho, 2017.

Na questão sobre a procedência do visitante da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba (Gráfico 8), os gestores das agências de turismo responderam que 50%

são de procedência nacional, 10% disseram que é internacional e 10% nacional e internacional a procedência do visitante e 30% optaram por não responder esta questão. Isso demonstra a região é reconhecida enquanto destino turístico, que é confirmado pelos projetos de desenvolvimento do turismo através da Rota das Emoções.

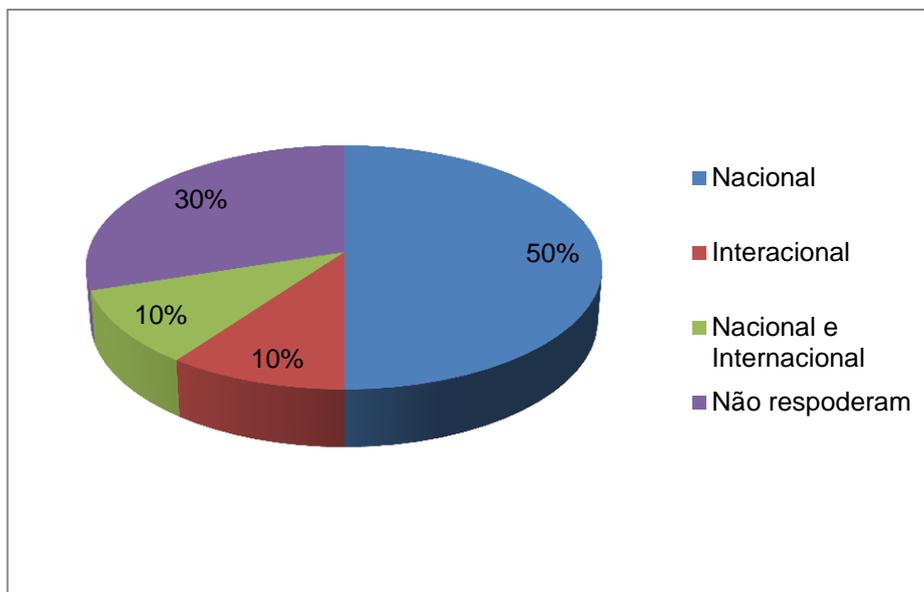


GRÁFICO 8 - Procedência do visitante na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Elaboração: Carvalho, 2017.

O questionamento aos gestores de agências de turismo a respeito do tempo de permanência do visitante na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba (Gráfico 9) demonstra que 40% permanecem no destino em média de 1 a 3 dias, 20% de 4 a 6 dias, 10% de 10 a 12 dias, 10% menos de 24 horas e 20% optaram por não responder essa questão. Isso demonstra que considerando todo o território Uc's, o município de Parnaíba se destaca ao possuir a maior e melhor oferta de serviços turísticos para atender as necessidades dos visitantes. Tais como serviços de hospedagem, alimentos e bebidas (A&B), equipamentos de entretenimento.

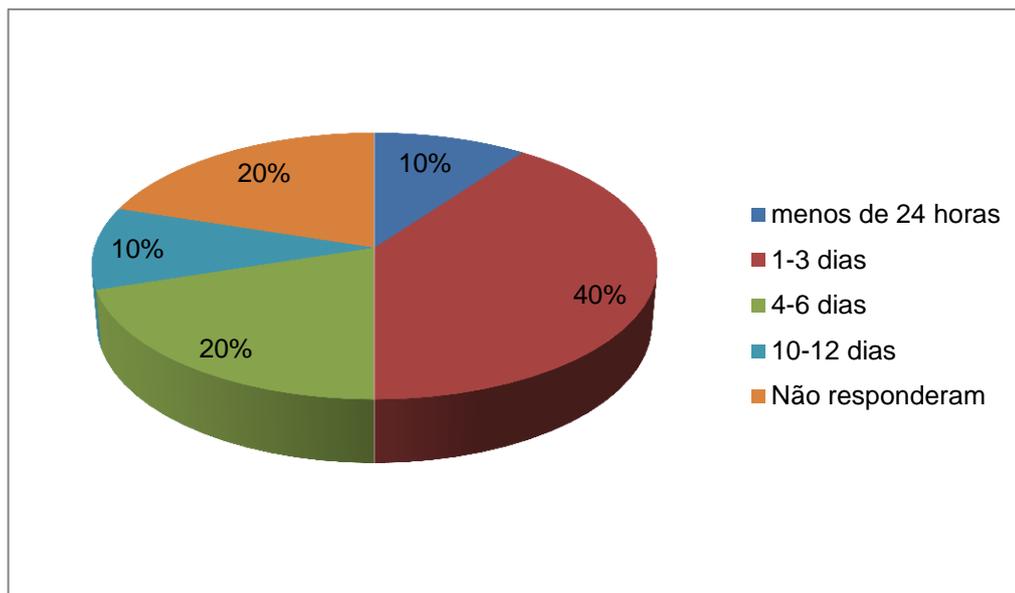


GRÁFICO 9 - Tempo de permanência do visitante na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.
Elaboração: Carvalho, 2017.

O gráfico 10 apresenta o período de maior fluxo de visitantes na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, de acordo com as respostas dos gestores das agências de turismo o mês de julho é o de maior fluxo com 20%, seguido de janeiro e agosto com 17%, dezembro com 11%, setembro com 9%, fevereiro com 8%, novembro com 6%, maio, junho e outubro representados com 3% e a porcentagem dos que optaram não responder a essa questão é de 3%.

Podemos analisar nesses dados, que o período de alta temporada brasileira está representado pelos meses de janeiro e dezembro e no mês de agosto que corresponde ao período com maior visitação internacional. Claro que nesse quesito é importante considerar os feriados nacionais que provocam alterações nesse período de visitação.

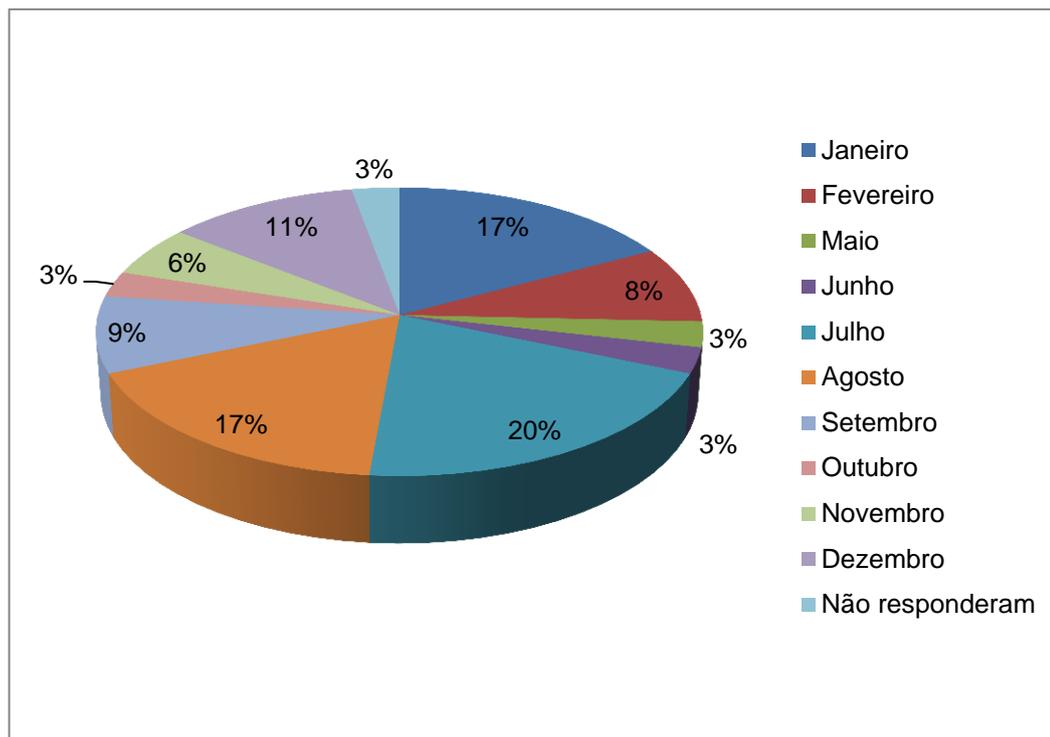


GRÁFICO 10 - Período com maior fluxo de visitantes na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Elaboração: Carvalho. 2017.

Na questão sobre o turismo ser considerado uma atividade que contribui para o desenvolvimento territorial. A maior parte dos gestores das agências de turismo responderam assertivamente que sim. E em seguida foram questionados sobre o porquê dessa contribuição, conforme descrito no quadro 9.

AGT 1	Mais desenvolvimento no comércio e necessita de mais investimento do governo e a acho sem muito foco o turismo no Delta sem atração.
AGT 2	Porque o câmbio do conhecimento, do dinheiro, a nossa necessidade em comum em gerir recursos, então com a demanda de turistas aumenta o elevado de dinheiro, a população ganha mais, cresce mais, não só isso, uma troca de conhecimento ela começa a ver uma coisa que ela tem aqui ela consegue dá outro valor que ela não via, pelo aumento da demanda.
AGT 3	Porque contribui para a geração de empregos diretos e indiretos nas comunidades e utiliza outros serviços além da agência como artesanato, restaurantes.
AGT 4	Não respondeu.

Quadro 9 - O turismo como atividade que contribui para o desenvolvimento territorial (conclusão).

AGT 5	Muito, porque gera emprego, é uma atividade de prestação de serviços, ela é uma espécie de exportação, incrementa a economia, e se bem feita e bem conduzida é uma indústria limpa, mas acho que ainda estamos nesse estágio ainda, mas se bem orientado movimenta toda uma cadeia para além dos três principais sustentáculos do empresariado (hotéis, agências e A&B) movimenta farmácia, hospital, posto de combustível, tem muita coisa, supermercado, turismo movimenta tudo. Nós, enquanto empresários precisamos ter uma associação que nos una, muito importante e que haja também o planejamento profissionalizado continuado do turismo, a nível estadual e municipal. A gente não vai a lugar sem isso, a gente até cresce, mas num ritmo lento.
AGT 6	Porque abriu um leque de oportunidades, na área das agências emprega muitas pessoas direta e indiretamente, no setor hoteleiro, gastronomia, setor imobiliário muitas pessoas vem porque gostam da cidade, compram uma casa e investem na cidade. E também para a parte cultural, nos temos uma geografia que é rara na natureza que você comparar com o Nilo e o segundo o Mekong e igual a esse só tem mais dois, e se torna uma questão grandiosa, e traz uma importância para a região e tem o privilegio de ter um lugar tão bonito na região.
AGT 7	Porque ele mexe com todas as cadeias da sociedade, vai do garçom ao empresário, uma pena que as pessoas não tomaram consciência disso e o turismo é uma das poucas atividades resilientes.
AGT 8	Não respondeu.
AGT 9	Não respondeu.
AGT 10	Não respondeu.

QUADRO 9 - O turismo como atividade que contribui para o desenvolvimento territorial.

Elaboração: Carvalho, 2017

O turismo é uma atividade que, quando bem planejada e ordenada, em especial na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, pode vim a contribuir para o desenvolvimento regional, pois gera oportunidades de emprego e renda tanto direta quanto indiretamente, também carece de investimentos públicos para que as estruturas dos atrativos possam ser acessíveis a todos os visitantes além de melhorar quesitos da infraestrutura básica, fundamentais para o incremento da atividade. Nesse interim, a formatação de políticas públicas, no âmbito de UC's, deve ser integrada às instituições e comunidades tradicionais que estão inseridas nesse território.

c) Perfil dos Visitantes da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba

A descrição do perfil dos visitantes envolveu 625 questionários. As questões descrevem o gênero, faixa etária, a renda, grau de escolaridade, procedência, tempo de permanência e a necessidade de pernoite dos visitantes.

O gênero dos visitantes apresenta que 57% são do gênero feminino enquanto 43% são masculinos.

A faixa etária (Gráfico 11) do universo pesquisado apresenta 29% pertence à faixa de 18 a 29 anos, 19% é dos 30 a 41 anos, 16% representa de 54 a 65 anos e 66 a 77 anos, 14% são de 42 a 53 anos, enquanto 6% são acima de 78 anos.

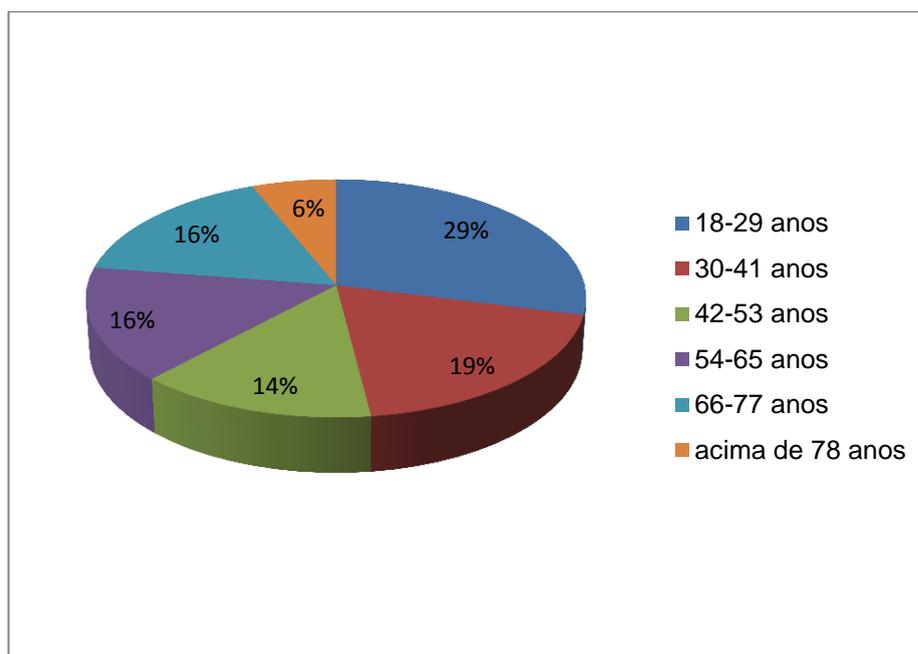


GRÁFICO 11 - Faixa Etária dos visitantes
Elaboração: Carvalho, 2017.

A renda dos visitantes (Gráfico 12) mostra que 54% dos questionados recebem de 1 a 3 Salários Mínimo (SM)⁹ - SM, 21% são a faixa de 4 a 6 SM, 16% não possuem renda, 4% são de 7 a 10 SM, 2% têm renda acima de 11 SM, enquanto 3% optaram em não responder esse questionamento.

⁹ Durante o período de aplicação da pesquisa, o valor do salário mínimo, de acordo com o Decreto nº 8.618, de 20 de dezembro de 2015 com fixação de 880 a partir de 01.01.2016. Para 01.01.2017 o valor passa a ser 937,00 (Decreto nº 8.948, de 20 de dezembro de 2016).

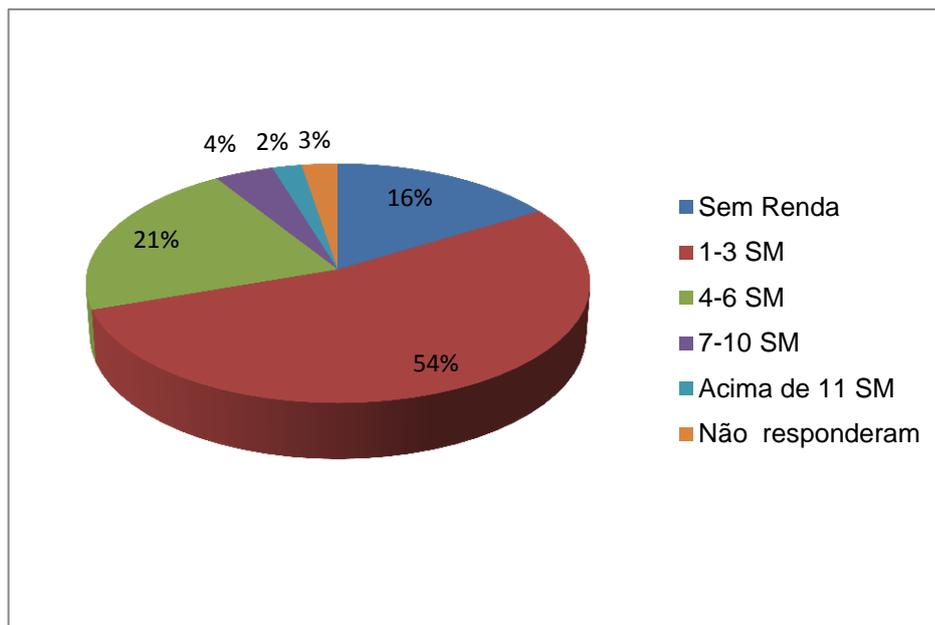


Gráfico 12 - Renda dos visitantes.
Elaboração: Carvalho, 2017.

Quanto ao grau de escolaridade (Gráfico 13), nos questionados, há que 20% tem especialização, 19% possuem o ensino médio completo, 18% têm o ensino superior incompleto e o ensino superior completo tem a mesma porcentagem. Quanto ao ensino médio incompleto 12% representam essa porcentagem, 7% tem a formação com mestrado/doutorado, 4% apresenta o ensino fundamental completo e 2% com ensino fundamental incompleto.

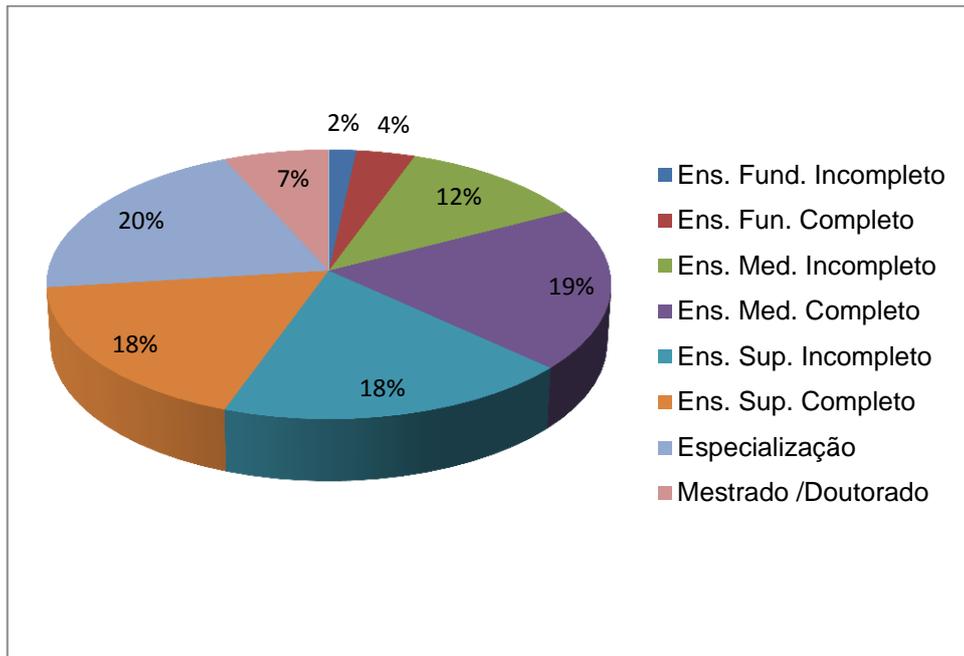


GRÁFICO 13 - Grau de Escolaridade dos visitantes.
Elaboração: Carvalho, 2017.

Quando questionados sobre a procedência (Gráfico 14), 60% dos visitantes são da região Nordeste, 21% são da região Sudeste, 9% são do Centro-Oeste, 7% do Norte e 3% do Sul. Esses dados demonstram que maioria dos visitantes (60%) procede do Nordeste, isso pode ser explicado pela proximidade da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

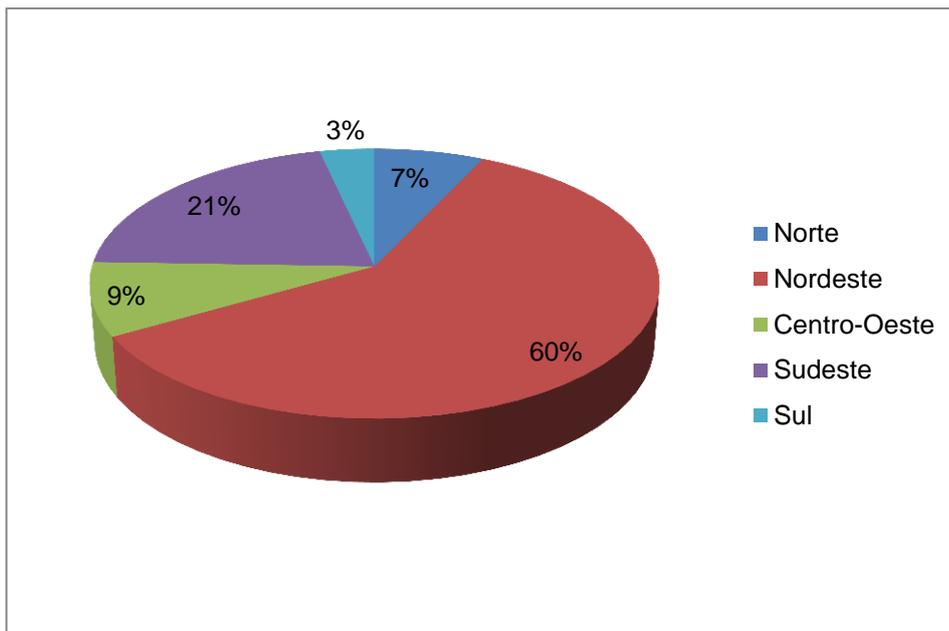


GRÁFICO 14 – Procedência dos visitantes
Elaboração: Carvalho, 2017.

Quanto ao tempo de permanência (Gráfico 15), a média dos questionados representa 62% pessoas ficam na região de 1 a 3 dias, 20% de 4 a 6 dias, 11% de 7 a 9 dias, 5% de 10 a 12 dias, 2% acima de 16 dias, enquanto 1% de 13 a 15 dias, e 13 pessoas não responderam ao questionamento.

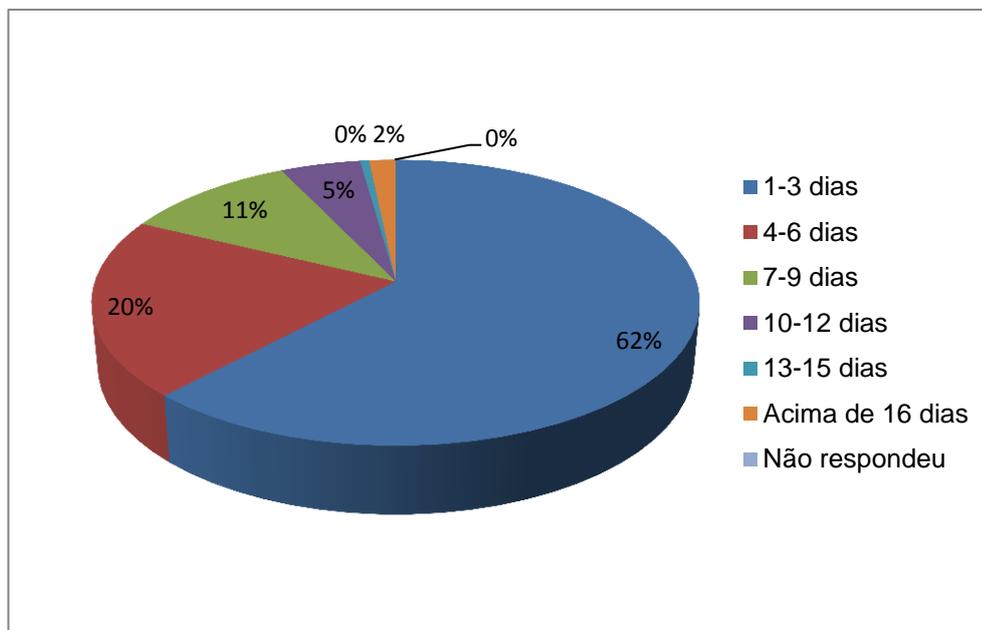


GRÁFICO 15 - Tempo de permanência dos visitantes.
Elaboração: Carvalho, 2017.

Quanto ao pernoite, 63% representam que não foi necessário pernoite, enquanto 36 % responderam que sim e 1% não respondeu a questão. Essa questão pode ser observada que apesar de no gráfico anterior (15) a porcentagem representativa aos que ficam no destino de 1 a 3 dias, pode entender que essas pessoas têm familiares na região e, portanto, não necessitam de pernoite.

d) Visitação na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba

Neste tópico, pretende-se analisar se os visitantes já conheciam a região, a frequência com que visitam a área, motivação para a visita e se pretendem retornar para a APA-RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Os visitantes foram questionados se já conheciam a APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, sendo que 76% já conheciam e 23% responderam que não e 1% não responderam a questão.

Sobre a visitação nas UC's (Gráfico 16), 40% responderam que visitam de 1 a 4 vezes a região, 27% disseram que era a primeira vez que vinham a APA-RESEX Marinha Delta do Parnaíba, 19% visitaram de 7 a 8 vezes, 11% fizeram de 9 a 12 vezes, 2% de 13 a 16 vezes e 1% optaram por não responder a essa questão.

Nesse questionamento podemos perceber que a maioria já visitou a área de 1 a 4 vezes, que coincide com a porcentagem de pessoas de já conheciam a APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba. Alguns desses visitantes são excursionistas que permanecem por menos de 24 horas no destino e não realizam pernoite.

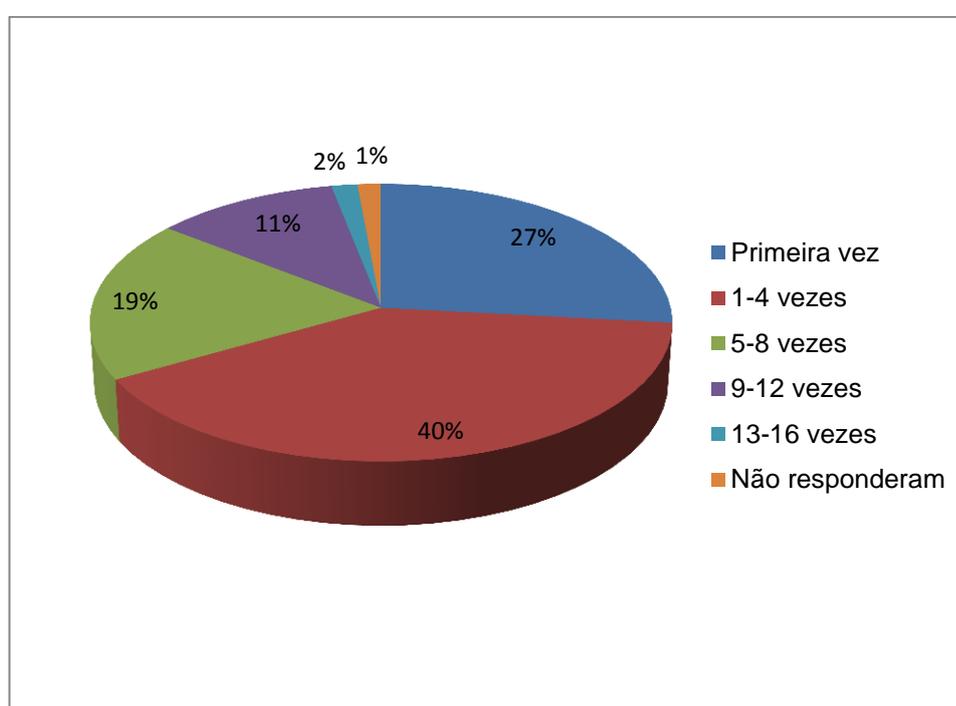


GRÁFICO 16 - Visitação a APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Elaboração: Carvalho. 2017.

Quanto à motivação para a visitação a APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba (Gráfico 17), 32% responderam que foram motivados por viagens anteriores a região, 30% foram motivados pela internet, 25% foram motivados por indicações de parentes e amigos, 8% se sentiram motivados pela televisão, cinema e rádio, 1% representa as campanhas governamentais e folder, revistas, jornais e livros e 3% disseram que tiveram outras motivações como curiosidade em conhecer a região, no caso, essas pessoas não foram claras quanto à forma que tomaram conhecimento, outras responderam que foi por missão religiosa, indicação de agências de viagem ou por que estavam se deslocando de Jericoacoara.

Esse deslocamento é explicado pelo motivo de o Ceará ser considerado umas das entradas para a Rota das Emoções, e o destino do Parque Nacional de Jericoacoara ser um dos mais conhecidos a nível internacional.

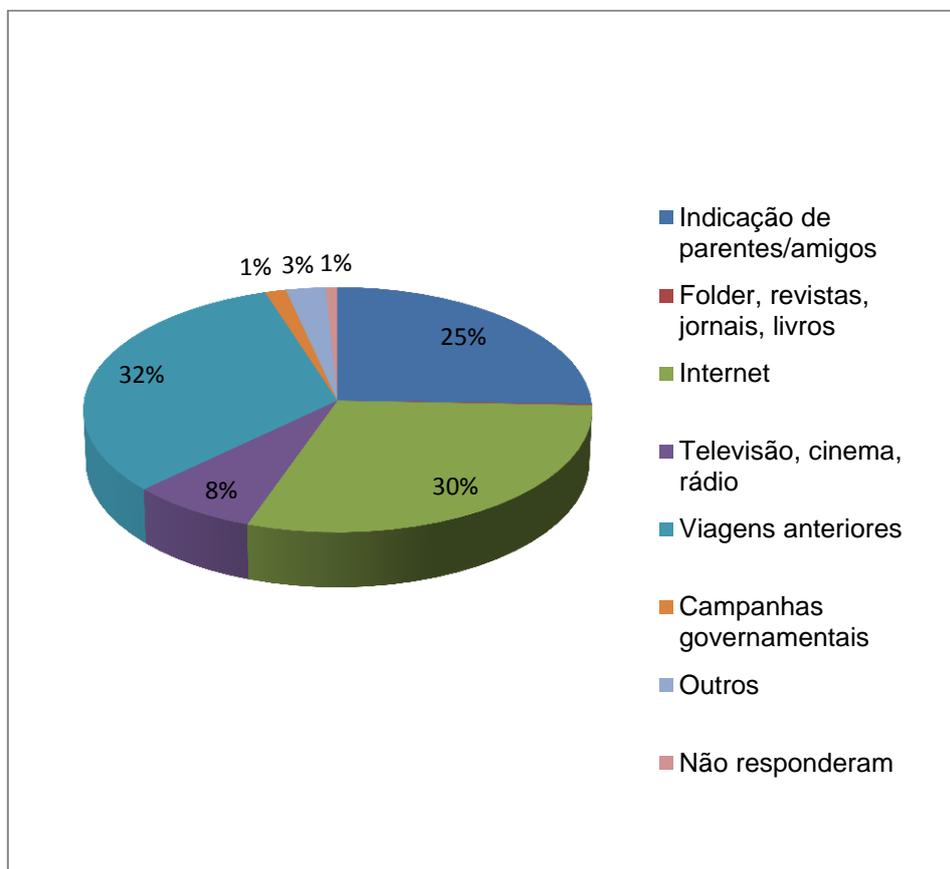


GRÁFICO 17 - Motivação para visitar a APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Elaboração: Carvalho, 2017.

Nesse caso, a APA Delta do Parnaíba faz parte do roteiro Rota das Emoções, que engloba o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e de Jericoacoara. É um roteiro fomentado pelo MTUR através do PRT. Esse programa atende aos princípios da Política Nacional de Turismo (PNT), e tem como objetivo dividir e agrupar as regiões de acordo com as suas características comuns e complementares.

Com relação à porcentagem de 30%, infere-se que esse tipo de estímulo pode ser descrito como a divulgação da região em redes sociais, como *Facebook* e *Instagram* por agências de viagens que atuam na região ou ainda pela rede de contatos que as pessoas têm em suas redes sociais que assim contribuem para a divulgação da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Quanto às pessoas que foram motivadas por indicações de amigos e parentes, se deve à segunda residência para a estadia na região e recebem os visitantes em suas casas, que assim contribuem para a porcentagem de pessoas que responderam que não necessitam de pernoite.

Sobre os 8% que disseram que foram motivados pela televisão, cinema e rádio se deve a gravação de programas de emissoras da região e nacionais¹⁰ que estiveram na região. Entretanto, a porcentagem que respondeu por campanhas governamentais e folder representa a incipiente campanha de marketing da região, um exemplo que podemos citar é o material de divulgação da Rota das Emoções produzido pela Secretaria Estadual de Turismo do Piauí¹¹.

Quanto à opinião sobre o principal atrativo da APA e RESEX Marinha do Parnaíba, as respostas foram agrupadas no quadro 10. Nesse questionamento, foi possível observar a variedade dos atrativos que a APA-RESEX Marinha Delta do Parnaíba possui, além de serviços agregados a essa oferta.

Naturais	Culturais	Outros
Delta	Gastronomia	Tranquilidade
Belezas naturais	Festas	Receptividade
Praias	Cultura	Turismo
Mangues	Homem lama	Passeio de quadriciclo
Morro Branco	Convívio com os pescadores	Trajeto dos barcos
Encontro das águas	Casa das Rendeiras	Conhecimento
Paisagem	Centro histórico de Parnaíba	Passeio de lancha
Pedra do Sal		
Dunas		
Rio Parnaíba		
Ecosistema		
Foz do rio Parnaíba		
Revoada dos Guarás		
Lagoas		
Fauna e flora		

QUADRO 10 - Principal atrativo da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba. Elaboração: Carvalho, 2017.

¹⁰ Quadro Tô de Folga do Jornal Hoje. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HZtNa5N-Lxl>>. 26 de outubro de 2012.

Quadro Mais Você na Estrada do Programa Mais Você. Disponível em <<http://gshow.globo.com/programas/mais-voce/videos/t/programas/v/mais-voce-na-estrada-nadia-bocchi-e-jimmy-ogro-mostram-as-belezas-do-delta-do-parnaiba/3871706/>> 5 de janeiro de 2015.

¹¹ Rota das Emoções. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h4q-SDIBWJE>>. 08 de dezembro de 2013.

Os questionados sobre a pretensão em retornar à APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, 85% responderam que pretendem retornar e 15% responderam que não.

Os visitantes foram questionados quanto às orientações para visita na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, 54% responderam que não receberam orientações, 28% responderam que parcialmente e 18% disseram que receberam orientações. As orientações acontecem durante os passeios na região pelos guias e condutores de visitantes e nas agências onde adquirem os passeios. Entretanto, nos pontos de saída para os passeios nas UC's Marinha Delta do Parnaíba não há placas de orientação e nem material de orientação divulgado pelo ICMBio.

Sobre os passeios realizados pelos visitantes nas UC's, foram apresentados os principais: a Baía das Canárias, Revoada dos Guarás, Safari Noturno, Baía do Feijão Bravo, passeios de chalana, Delta Tradicional, Tour de Praias, Praia da Pedra do Sal, Passeio do Cavalo Marinho e Igarapé do Guirindó.

Percebemos que os visitantes pretendem retornar à APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, apesar de já realizarem visitas anteriores (1 a 4 vezes), e que a motivação para a visita ser por viagens já realizadas ser a porcentagem mais expressiva. Quanto a pretensão em retornar a região, a maioria afirma que sim, no entanto, essas pessoas não receberam orientação para a visita.

e) Conservação da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba

Nesse tópico foram apresentados os gráficos e discussões sobre o conhecimento das ações do ICMBio na região e a importância da conservação da APA-RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Sobre o conhecimento das ações do ICMBio na APA e da RESEX Marinha Delta do Parnaíba 66% dos visitantes responderam que não conhecem, 26% disseram que parcialmente, 7% responderam que conhecem as ações do ICMBio, enquanto 1% optou por não responder ao questionamento.

A porcentagem expressiva para o não conhecimento das ações pode ser explicada pela ausência de material informativo na região ou de placas de sinalização.

Quanto à importância da conservação das UC's, 69% responderam que é importante que a região seja conservada, 29% disseram parcialmente, 2% responderam que não é importante à conservação.

Nessa questão, os visitantes puderam explicar o porquê de considerarem importante a conservação a APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, dentre as quais se destacam a manutenção do ecossistema, pois é rico em biodiversidade e também utilizado para o turismo sustentável, a conservação das áreas naturais, espécies nativas e manguezais, limpeza das praias, ações que protegem os rios de poluição, valorização da região do Delta do Parnaíba, práticas de turismo sustentável como uma fonte de renda para a população local e ações de educação ambiental que promovam a conservação da região.

Esses apontam que os visitantes têm a percepção da importância da região tanto do ponto de vista ambiental quanto social, uma vez que a região abriga diversas comunidades tradicionais, e que dependem diretamente dos recursos naturais para a manutenção do seu sustento.

A última questão do questionário foi sobre as sugestões para a melhoria na qualidade da visita na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, conforme são apresentadas no quadro 11.

Categoria	Sugestão
Estrutura pública	Gestão de resíduos sólidos; Transporte público; Melhoria no transporte alternativo; Melhoria nas estradas.
Turismo	Sinalização turística; Mapa turístico; Guias especializados e bilíngues; Estrutura de recepção ao visitante; Voos regulares para a região; Conservação do Porto das Barcas; Atrativos culturais; Melhorias nos equipamentos de passeio; Estrutura do Porto dos Tatus; Turismo responsável; Funcionamento das agências aos domingos; Salva vidas; Divulgação/marketing.

Quadro 11 – Sugestões de melhoria na qualidade da visita na região da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba (conclusão).

ICMBio	Repasse de dados; Controle de capacidade de carga; Portal na internet sobre as UC's; Divulgação das UC's em eventos científicos; Esclarecer a missão do ICMBio na região; Sinalização das áreas de risco; Realização de eventos para acesso as informações sobre as UC's.
Meio Ambiente	Ações mais eficientes para proteção da fauna e flora; Preservação dos rios; Limpeza de praias.
Econômico/Social	Emprego e renda para os moradores; Investimento do governo estadual; Participação da população; Relação custo-benefício; Estrutura de bancos.

QUADRO 11: Sugestões de melhoria na qualidade da visita na região da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba
Elaboração: Carvalho, 2017

Portanto, com base nas sugestões apresentadas e agrupadas na estrutura pública que trata sobre os resíduos sólidos, mas essa região não apresenta Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos, então nos passeios nos barcos os resíduos são estocados em embalagens e transportados até o lixão e os desejos de banheiro das embarcações são jogados no rio. Com relação ao transporte público e sua acessibilidade os municípios que compõem a APA e a RESEX Marinha Delta do Parnaíba não possuem transporte público, Parnaíba possui uma cooperativa de transporte municipal e duas empresas que realizam o trecho intermunicipal entre Parnaíba-Ilha Grande, que é um dos pontos com maior fluxo da saída de passeios.

A estrutura turística é carente em sinalização turística em todo o território, mas um passo já foi realizado no município de Parnaíba que está em fase de implantação. Quanto ao mapa turístico, o município de Parnaíba produziu, através da Superintendência de Turismo, o Guia de Bolso Turístico de Parnaíba, no ano de 2015, disponível na versão impressa, online e aplicativo para *Android*. Para a estrutura de recepção dos visitantes no Porto dos Tatus, já foram tomadas iniciativas para sanar esse problema por meio do Governo do Piauí por meio da construção da estrutura com estacionamento, atracadouro para embarcações e mirante de observação. Sugerimos que sejam reativados os pontos de informações ao turista

de Parnaíba, localizados na rodoviária e no Porto das Barcas e nos demais municípios do território.

Outro ponto tocante nesse quesito se refere aos voos regulares para Parnaíba, que facilitam o acesso dos visitantes tanto na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba quanto aos demais destinos da Rota das Emoções, a empresa Azul Linhas Aéreas operava voos do trecho Teresina-Parnaíba-Teresina e Fortaleza-Parnaíba-Fortaleza, porém foram cancelados por problemas para liberação do Aeroporto Internacional de Parnaíba para uma aeronave de maior porte, mas ainda são realizados voos aos sábados Recife-Parnaíba-Recife, todavia é importante que sejam inseridos mais trechos (Teresina, Fortaleza e São Luís) em períodos da semana estratégicos para atender a demanda. A empresa inseriu voos no trecho Campinas-Parnaíba-Campinas que são realizados aos sábados.

Em 2017 foram iniciados, no Aeroporto Regional de Jericoacoara, os voos pela empresa Azul Linhas Aéreas e Gol no trecho Recife-Jijoca de Jericoacoara-Recife, e depois ampliados para Campinas-Jijoca de Jericoacoara-Campinas operados pela Azul Linhas Aéreas.

As sugestões descritas em relação ao ICMBio foram pontuadas o repasse de informações e dados através de um portal na internet sobre a APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba. O site do ICMBio possui um Painel Dinâmico de Informações lançado em 06 de junho de 2017, mas ainda não foram inseridas as informações das UC's. Outra sugestão para facilitar o acesso a informações é por meio de eventos para divulgar as ações e projetos em andamento e concluídos.

Sugestões para o meio ambiente são ações voltadas para a preservação dos rios, limpeza das praias e proteção da fauna e flora da APA-RESEX Marinha Delta do Parnaíba, quanto aos aspectos econômicos e sociais foram apontados investimentos do governo estadual para promover melhorias no que tange ao emprego e renda para os moradores e maior participação das comunidades no processo de planejamento das atividades.

4.2 ANÁLISE SOBRE A GESTÃO DA APA e RESEX MARINHA DELTA DO PARNAÍBA E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Os dados coletados nas entrevistas guiadas são analisados no aspecto da gestão do território da APA-RESEX Marinha Delta do Parnaíba com os gestores de cada unidade de conservação pesquisada.

Categoria Inicial	APA Delta do Parnaíba	RESEX Marinha Delta do Parnaíba
Gênero	Masculino	Feminino
Idade	37 anos	40 anos
Procedência	Rio de Janeiro	São Paulo
Formação Acadêmica	Biologia	Direito

QUADRO 12: Categoria Intermediária 1 - Identificação dos gestores.

Elaboração: Carvalho, 2017.

De acordo com o gestor da APA, no cargo, exerceu atividades de coordenador geral substituto por cinco anos, e retornou a UC há uma semana como coordenador geral, a escolha para o cargo se dá por meio de nomeação. Apesar de pouco tempo na gestão atual, apresenta domínio devido as suas experiências anteriores. Enquanto a gestora da RESEX Marinha Delta do Parnaíba está atuando na UC há dois anos, a sua escolha como gestora se deu através da adequação do seu perfil técnico e da necessidade de um novo gestor para a Reserva.

Categoria Inicial	APA Delta do Parnaíba	RESEX Marinha Delta do Parnaíba
Tempo de gestão	1 semana	2 anos
Escolha para gestão	Nomeação	Adequação do perfil a necessidade
Quantidade de funcionários	3 analistas ambientais; 1 técnico ambiental; 1 auxiliar administrativo	2 analistas ambientais; 4 estagiários.
Formação acadêmica dos funcionários	Biólogo, oceanógrafo, geógrafo, cientista social e ensino fundamental.	Bacharel em direito, ecóloga, pedagogos e biólogos.
Funcionários suficientes na gestão	Insuficiente	Insuficiente
Equipamentos suficientes para a gestão	Equipamentos defasados e necessitando de manutenção.	Equipamentos defasados e necessitando de manutenção.

QUADRO 13: Categoria Intermediária 2 - Características organizacionais e operacionais.

Elaboração: Carvalho, 2017.

Na categoria intermediária sobre as características organizacionais e operacionais da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, percebe-se que, pela abrangência desse território, seria necessário maior número de funcionários para a gestão, entretanto a equipe apresenta formação variada que propicia novas abordagens e perspectivas para a área.

Com relação aos funcionários, a gestora da RESEX Marinha Delta do Parnaíba diz que:

[...], obviamente seria o ideal muito mais pessoas, é, mas a gente consegue, trabalha também de forma conjunta com a equipe da APA no escritório e a gente procura um apoiar o outro nas ações que são mais conjugadas, como fiscalização, essa questão de licenciamento, então tem várias, várias ações que a gente trabalha em conjunto, um ajudando o outro na gestão assim. Então não é suficiente claro, que se a gente tivesse uma quantidade de funcionários maior e mais recursos humanos, porque também só funcionário também num resolve, mas se tivesse mais recursos financeiros a gente poderia fazer muito mais. Mas, eu considero que a gente tá numa situação até razoavelmente bem assim que se a gente comparar com as unidades da Amazônia, por exemplo. Porque a equipe não é grande, mas o escritório tem uma equipe grande que acaba dando suporte (ENTREVISTA RESEX, 2017).

Com base nessa informação percebemos a atuação conjunta a APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba para suprir a carência de funcionários, e dar suporte às diversas atividades, e também de recursos financeiros que são importantes para a gestão desse território.

Com relação aos equipamentos para a gestão, o gestor da APA Delta do Parnaíba discorre que os equipamentos “Estão defasados. Tem equipamentos quebrados e outros precisando de manutenção” (ENTREVISTA APA, 2017). Enquanto a gestora da RESEX Marinha Delta do Parnaíba:

Então, equipamentos a gente tem um problema sério assim, carros muito antigos que têm problemas constantes, a gente tem uma embarcação que tá sempre quebrada e ela não responde a nossa real necessidade, por exemplo, a gente não consegue ir pra alto mar com ela, ela é muito pequena e insegura pra ir pra alto mar, então a gente tem que ter uma embarcação mais adequada, porque a gente tá falando de um arquipélago né, a reserva extrativista é um arquipélago, a gente só chega pro barco nela, isso é um problema porque a gente acaba dependendo de embarcação de terceiros, então assim, computador, escritório tudo isso a gente utiliza da APA e da coordenação regional, a gente não tem equipamento próprio (ENTREVISTA RESEX, 2017).

De acordo com os entrevistados, os equipamentos necessitam de manutenção, além de serem adequados para a realização das atividades, como é o caso da embarcação da RESEX Marinha Delta do Parnaíba, que conseqüentemente ocasiona a dependência de parceria com terceiros para o cumprimento das atividades. Ressaltando, ainda, que os equipamentos de escritório são utilizados de forma coletiva tanto pela APA Delta do Parnaíba quanto pela RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Categoria Inicial	APA Delta do Parnaíba	RESEX Marinha Delta do Parnaíba
Parcerias	Parcerias estabelecidas pelo Conselho Consultivo da APA Delta do Parnaíba.	Embrapa, UFPI, UESPI, Instituto Museu Emílio Goeldi, CIA, ONG Tamanduás Brasil, ONG CIA, Instituto Tartarugas do Delta, Polícia Federal, IBAMA, prefeituras.

QUADRO 14: Categoria intermediária 3 - Parcerias.

Elaboração: Carvalho, 2017.

Entende-se que as parcerias são fundamentais para complementar as atividades de gestão e fortalecimento do território, tanto na perspectiva institucional quando comunitária. Elas reafirmam a abordagem da territorialidade de Raffestin (1993), que não é restringida somente pelas suas relações de poder por parte das instituições que determinam o território, mas vai além ao incluir as relações de trabalho e no seu sentido mais simbólico de pertencimento das comunidades da APA-RESEX Marinha Delta do Parnaíba. Além disso, a construção de parcerias fortalece o compartilhamento de conhecimentos e ação conjunta para suprir os desafios de desenvolvimento territorial. As parcerias se tornam fundamentais para o desenvolvimento territorial em UC's, para trabalhar em ações integradas e assim atender a necessidade local.

Categoria Inicial	APA Delta do Parnaíba	RESEX Marinha Delta do Parnaíba
Atividades	Autorização para licenciamento ambiental; Atendimento a denúncias; Fiscalização de processos de carcinicultura; Projetos socioambientais para a educação ambiental.	Fortalecimento de parcerias com instituições e comunidades; Ordenamento do território; Fortalecimento da cadeia produtiva; Ordenamento da pesca do robalo e cata do caranguejo-uça; Projeto de educação ambiental; Telecentro comunitário; Acesso ao crédito; Monitoramento do mangue e selo do caranguejo; Turismo de base comunitária.

QUADRO 15: Categoria intermediária 04 - Atividades realizadas pela APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Elaboração: Carvalho, 2017.

As atividades realizadas tanto pela APA quanto pela RESEX Marinha Delta do Parnaíba se apresentam de forma pontual e complementares entre si, conforme já foi elucidado pela gestora da RESEX Marinha Delta do Parnaíba que, para suprir a carência de recursos humanos, as UC's trabalham em conjunto para a gestão e ordenamento territorial.

De acordo com o gestor da APA Delta do Parnaíba, as atividades de licenciamento ambiental, atendimento às denúncias e a fiscalização dos processos de carcinicultura, são assim descritos:

Autorização para licenciamento ambiental que a gente tem que dá anuência nos processos, o licenciamento é feito pelas secretarias estaduais de meio ambiente, mas no processo de licenciamento o ICMBio tem que ser ouvido e tem que dá a autorização, pra colocar os condicionamento nesses processos, além disso a gente é tem que tá dando a proteção, tem um foco de atendimento a denúncias que são regulares, que estão aqui aos mais diversos assuntos que passam por pesca, veículos na praia, desmatamento, queimadas, caça, por ai vai são os atendimentos que muitas vezes a gente não consegue nem dá e fiscalização de processos de carcinicultura que são atividades que existem atividades econômicas que exigem licenciamento ambiental (ENTREVISTA APA, 2017).

Essas atividades se desenvolvem numa perspectiva mais pontual para a gestão, enquanto as demais atividades se dão em formas de parcerias com ONG's e institutos locais, como discorre o gestor da APA Delta do Parnaíba:

[...] tem uma parte que a gente chama de projetos socioambientais que estão muito ligados à educação ambiental, a gestão socioambiental mesmo em geral a gente faz junto com outros parceiros que nos estamos à frente, mas a partir de várias outras ações que estão ligados aos projetos que a gente pode tá apoiando, por exemplo, a gente trabalhou junto com as Tartarugas do Delta que é um projeto que tá muito mais voltado pra conservação de espécies ameaçadas, a Comissão Ilha Ativa, a gente tá desenvolvendo uma parceria com o Pesca Solidária, então já é um projeto mais voltado pra várias ações que envolvem desde pesquisa, apoio a pesquisa que o projeto realizou, apoio a levantamentos pra fazer diagnósticos participativos da pesca nos estuários Timonha e Ubatuba, principalmente focar alternativas de vida, não estamos a frente dessas ações, a gente atua como parceiro dentro do projeto (ENTREVISTA APA, 2017).

A oralidade do gestor da APA Delta do Parnaíba deixa claro que as atividades estão sendo desenvolvidas de acordo com os objetivos de criação da UC, principalmente no que se refere à proteção dos estuários Timonha e Ubatuba.

O projeto Tartarugas do Delta, hoje Instituto Tartarugas do Delta, iniciado em 2006 para a conservação das tartarugas marinhas no litoral piauiense por meio do monitoramento de encalhes e os dados reprodutivos e, em 2016, a tartaruga marinha foi reconhecida como Patrimônio Natural (Luís Correia e Parnaíba) e como Patrimônio do Estado juntamente com o cavalo-marinho e o peixe-boi marinho (INSTITUTO TARTARUGAS DO DELTA, 2017).

A Comissão Ilha Ativa (CIA) é uma ONG que iniciou suas atividades em 2006 em Ilha Grande, em específico no território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba, e foram ampliadas para a APA Delta do Parnaíba em 2011. E a partir dessa ampliação territorial, foi desenvolvido o projeto Pesca Solidária com a finalidade de conservação do estuário dos rios Timonha e Ubatuba “através da introdução de políticas de gestão compartilhada e fortalecimento comunitário, com vistas ao uso sustentável da atividade pesqueira” (CIA, 2017).

As atividades realizadas e apresentadas pela gestora da RESEX Marinha Delta do Parnaíba estão organizadas com três princípios gerais para nortear e priorizar a gestão do território, e são apresentadas a seguir:

O primeiro é trabalhar o fortalecimento das parcerias tanto com as instituições que eu citei pra você quanto pra trabalhar com a comunidade, então a gente tem trabalhado nesse fortalecimento da parceria, da ação conjunta e do alinhamento né das ações com todas

as associações da comunidade. Esse ano que passou, nesses últimos dois a gente trabalhou muito, em todas as ações a gente trabalhou a questão do fortalecimento da comunidade em si, esse fortalecimento trabalhou nosso com a comunidade essa coisa que é um dos princípios basilares da nossa ação e ele em praticamente em todos os projetos. A gente trabalhou aí o segundo ponto é trabalhou o ordenamento do território, então assim é uma reserva extrativista que tinha um problema emergencial de uso muito precário, muito antigo, muito desatualizado e que não tinha sido implementado, então a gente começou a trabalhar nessa questão da priorização do ordenamento dos usos, e aí uma das coisas que entrou forte é o turismo, que é o seu tema, porque a gente tem uma atividade de turismo que acontece fortemente na reserva extrativista e que nunca foi objeto de ordenamento algum e que pouco valoriza a unidade de conservação, pra dizer que não valoriza nada assim praticamente, é um turismo que acontece ignorando aí a existência de uma reserva extrativista. E o terceiro ponto é o fortalecimento das cadeias produtivas a partir dos produtos da biodiversidade, da sociobiodiversidade da comunidade assim, então trabalhar esse potencial de fortalecimento das cadeias que já atuam pra que melhore a renda e a segurança alimentar dessas famílias. Esses são os três princípios basilares com os quais a gente trabalhou (ENTREVISTA RESEX, 2017).

Com relação ao primeiro ponto mencionado sobre o fortalecimento das parcerias, percebemos que é real a necessidade do fortalecimento das parcerias para o trabalho conjunto no âmbito da RESEX Marinha Delta do Parnaíba, como também é importante a reafirmação do sentimento de pertencimento dessas comunidades a esse território, além da participação destas em projetos inclusivos e na tomada de decisões para o planejamento e desenvolvimento. Na segunda etapa, é elucidado o ordenamento do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba, e com destaque para o turismo, uma vez que essa atividade acontece na UC, mesmo ainda não de forma ordenada e inclusiva com as comunidades. A terceira questão abordada é a questão do fortalecimento das cadeias produtivas que utilizam os produtos provenientes desse território, como uma estratégia para a melhoria da renda e para a segurança alimentar dessas populações.

Ainda relacionado ao ordenamento do território da RESEX Marinha Delta do Parnaíba, de acordo com a gestora, foram realizadas atividades para o ordenamento da pesca e valorização do robalo, bem como de seu ciclo produtivo. Essa atividade foi realizada em parceria entre Instituições de Ensino Superior (IES) e comunidade.

Outra atividade no âmbito do ordenamento territorial é a relacionada a cata do caranguejo-uça, a partir da criação do plano gestão para o caranguejo, que contempla as regras para a cata do crustáceo e suas estratégias de ação, dentre

eles, destaca-se o aumento no tamanho mínimo do caranguejo-uça de 6cm para 7cm, proibição para uso de equipamentos para pesca predatória, além de áreas de recuperação do crustáceo, que foram definidas por cada comunidade.

Uma estratégia também definida para esse ordenado foi à construção de selo para o caranguejo-uça que atua como ferramenta de valorização dessa atividade que acontece de forma peculiar na região do Delta do Parnaíba.

No ano que vem, também, a gente vai implementar o selo do caranguejo e a gente tá sendo piloto também no monitoramento do mangue, é um monitoramento feito pelas comunidades junto com a Embrapa e com a Universidade Federal do Piauí e a gente tá fazendo um trabalho para que esse monitoramento seja acompanhado na carga escolar das escolas comunidades, para que elas acompanhem as atividades e insiram o currículo escolar delas esse debate sobre os dados que saírem do monitoramento (ENTREVISTA RESEX, 2017).

Percebemos a importância da inserção dessa atividade como um requisito escolar. Por meio dessa intervenção, é possível sensibilizar os alunos quanto a educação ambiental e a importância desse ecossistema tão característico desta região. Enquanto a atividade relacionada ao caranguejo-uçá foi inserida na portaria nº 725/2017 do ICMBio, que estabelece as regras para o uso sustentável dos recursos provenientes do manguezal nas UC's.

Ainda nessa abordagem foi realizado, de acordo com a gestora da RESEX Marinha Delta do Parnaíba, o ordenamento da atividade do gado, da carnaúba, da construção de casas e cercados na UC. Assim, como as demais atividades descritas, a comunidade tem como responsabilidade realizar a solicitação de autorização para cada família, bem como fazer a análise e debate do pedido da associação, após isso, o pedido é enviado ao ICMBIO e avaliado.

Nessa perspectiva de ordenamento do território, foram realizadas parcerias com as ONG's mencionadas para projetos com as escolas voltados para a educação ambiental, além de reorganização de uma associação para a instalação de um tele centro comunitário com doze computadores para promover a inclusão digital da comunidade, e o trabalho é realizado em conjunto com os estagiários de pedagogia da RESEX Marinha Delta do Parnaíba, que atuam como monitores.

Uma importante conquista, de acordo com a gestora da RESEX Marinha Extrativista foi relacionada à regularização fundiária, conforme descrito a seguir:

A gente conseguiu o documento de regularização fundiária da reserva extrativista esse ano, depois de muito trabalho nesse sentido, aí a gente tá passando esse contrato de direito real para as comunidades, eles criaram uma associação mãe que engloba todas as associações da reserva extrativista e aí agora com acesso a esse documento eles também vão ter acesso ao crédito do INCRA, aí a gente tá trabalhando com o INCRA, a gente vai ser a reserva extrativista piloto nessa iniciativa de projetos de fortalecimento das cadeias produtivas do extrativismo com esse crédito do INCRA pra fomento, o crédito fomento produção e fomento mulher (ENTREVISTA RESEX, 2017).

A partir da regularização fundiária, as comunidades podem ter acesso ao crédito para que esses projetos mencionados possam ser realizados. Destacam-se projetos relacionados a produção de ostras, aquisição de material para a retirada do pó da carnaúba (árvore símbolo do Piauí), fomento a quintais agroecológicos, extração de óleo de coco, fortalecimento do artesanato, além de atividades voltadas para o fortalecimento do turismo comunitário. Os projetos serão realizados com a assistência técnica das parcerias estabelecidas pela RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

A partir desse ordenamento das atividades econômicas da RESEX Marinha Delta do Parnaíba, o turismo tem sido um ponto inserido nessa discussão.

A gente também tá trabalhando a questão do turismo de base comunitária, então a gente trabalhou esse ano com uma discussão com eles de que tipo de turismo eles gostariam de ter na reserva extrativista, então a primeira coisa foi discutir se eles gostariam de ter turismo na reserva extrativista ou se o turismo é uma atividade que prejudica eles. Eles escolheram ter o turismo, desde que o turismo fosse ordenado, então a gente começou a fazer uma discussão com eles agora através do conselho de que tipo de turismo eles gostariam que fosse desenvolvido na reserva extrativista, e quais as ações que eles entendem que é prioritária pra trabalhar na comunidade pra chegar nesse turismo que eles gostariam, e a partir disso a gente desenhou vários editais e agora a gente vai atrás de apoio financeiro pra fazer esse trabalho de turismo de base comunitária lá na Resex (ENTREVISTA RESEX, 2017).

Apesar da criação da APA e da RESEX Marinha Delta do Parnaíba terem acontecido no ano de 1996 e 2000, respectivamente, e no decreto de criação está especificado o fomento ao turismo ecológico, o turismo tem sido uma atividade que, apesar de consolidada na região, ainda necessita de ordenamento de suas atividades, principalmente para conciliar aos usos especificados entre as duas UC's.

Elucida-se que as comunidades reconhecem a importância do turismo, mas que deveria ser organizado como uma forma de valorizar a cultura e a riqueza das populações tradicionais.

Uma sugestão para o ordenamento do turismo nas UC's deveria ser do diagnóstico dos atrativos naturais e culturais que estão disponíveis na região, e esse trabalho deve ser realizado em conjunto as comunidades do Delta do Parnaíba, devido ao seu conhecimento vasto da região.

A partir dessas atividades descritas tanto pelo gestor da APA quanto da RESEX, que o ordenamento tem sido trabalhado com vistas a um desenvolvimento inclusivo dessas comunidades.

Conseguimos entender a complexidade deste vasto território ao elucidarmos a análise, discutida por Raffestin, das relações de poder, seja pelas suas ligações, conexões e redes que expressam as identidades das comunidades, e, também das transformações que são resultantes dessas novas parcerias para o fomento do ordenamento territorial da APA-RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Categoria Inicial	APA Delta do Parnaíba	RESEX Marinha Delta do Parnaíba
Criação	Portaria nº 27, de 10 de dezembro de 2007.	Portaria nº 36, de 21 de maio de 2008.
Característica	Consultivo	Deliberativo
Plano de manejo	Em construção	Não possui
Ações desenvolvidas	Fechamento do novo regimento e do plano de trabalho, entendimento dos conselheiros quanto ao funcionamento do conselho, capacitação dos conselheiros, discussão em câmaras temáticas.	Intercâmbio entre comunidades, participação das comunidades.

QUADRO 16: Categoria intermediária 05 – Conselhos de gestão
Elaboração: CARVALHO, 2017.

De acordo com o ICMBio, os Conselhos Unidades de Conservação podem ser Consultivos e Deliberativos:

Conselho Consultivo: decide sobre assuntos relacionados à forma de funcionamento do Conselho, prevista em seu Regimento Interno; atua de acordo com as competências definidas no Decreto nº 4.340/02; decide sobre o conteúdo do Plano de Ação do Conselho; emite recomendações e moções; emite manifestações sobre assuntos relacionados à gestão da unidade de conservação.

Conselho Deliberativo: decide sobre assuntos relacionados à forma de funcionamento do Conselho, prevista em seu Regimento Interno;

atua de acordo com as competências definidas no Decreto nº 4.340/02; decide sobre o conteúdo do Plano de Ação do Conselho; emite recomendações e moções; delibera sobre assuntos relacionados à gestão da unidade de conservação; emite resoluções.

De acordo com o gestor da APA Delta do Parnaíba, o Conselho Consultivo foi criado no final de 2007, a partir da preocupação com a criação do plano de manejo. Foram realizadas reuniões com as comunidades com que se tinham mais contato, e a partir dessas reuniões, o conselho foi regulamentado.

Já, o conselho deliberativo da RESEX Marinha Delta do Parnaíba, de acordo com gestora, ainda não tinha sido reformulado desde a sua criação, e também tinha pouca representatividade efetiva por parte dos conselheiros. Então, para reforçar esse ponto, os conselheiros têm realizado capacitações para entender qual a função de um conselheiro e a consequente importância da comunidade por ele representada no conselho.

As ações desenvolvidas pelo Conselho Consultivo da APA Delta do Parnaíba permitem a eficiência no trabalho, entretanto, o ritmo de trabalho tem sido lento por parte dos conselheiros, principalmente no entendimento do que é essa ferramenta de gestão e sua importância. Essa questão pode ser explicada por fatores variados como políticos e culturais de cada representante. Além do entendimento sobre as câmaras temáticas, plano de trabalho e das ações específicas do conselho.

Relacionado ao Plano de Manejo, o Conselho Consultivo da APA Delta do Parnaíba, tem importância fundamental em estar mais próximo às discussões com as comunidades, mas essas delimitações dependem da atuação dos conselheiros e de seus respectivos núcleos municipais.

O Conselheiro tem um papel fundamental no processo comunicativo e participativo, devido à representatividade dos interesses do seu grupo na da APA Delta do Parnaíba. A partir disso, as questões são discutidas nos núcleos municipais, que tem a função de receber e difundir as atividades a um nível mais local de gestão, e levar essas discussões para as Câmaras Temáticas, que são realizadas com os demais municípios do Estado, para que sejam compartilhadas e discutidas durante as reuniões do Conselho Consultivo da APA Delta do Parnaíba. E esse é um sistema duplo de entradas e saídas das discussões e decisões, conforme demonstrado na figura 10.

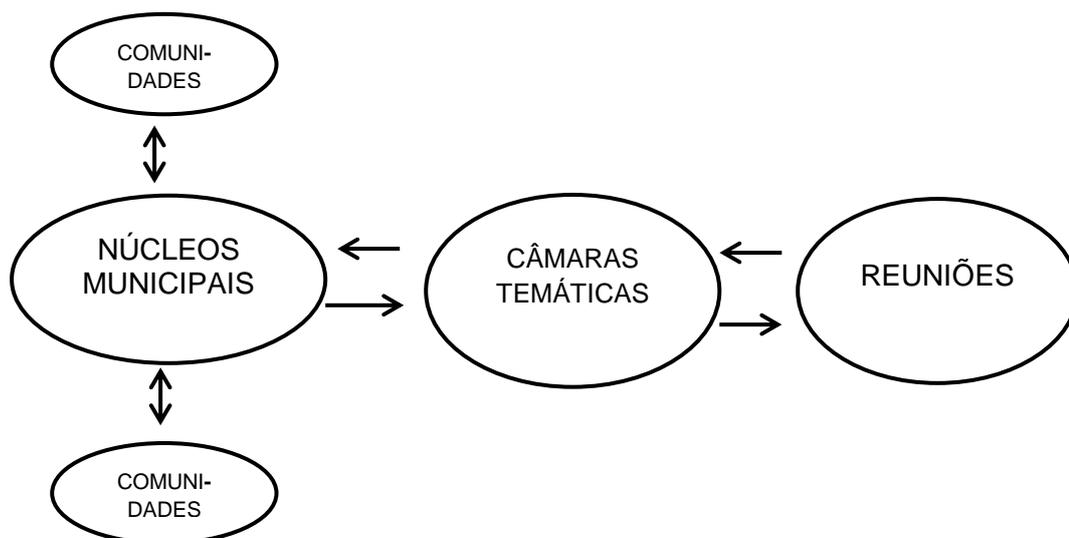


FIGURA 10 - Entradas e saídas de discussões no Conselho Consultivo da APA Delta do Parnaíba
Elaboração: Carvalho, 2017.

Uma das dificuldades do Conselho nessa última ação foi o agendamento da audiência pública do projeto no mesmo dia da reunião do Conselho, e os conselheiros decidiram participar da audiência para que fosse reconhecido perante a sociedade a sua importância e contribuição na APA Delta do Parnaíba. Um ponto importante é o Plano de Manejo, em fase de construção, onde o processo tem se dado de forma participativa com as comunidades que influenciam esse território e todos os setores envolvidos.

As ações desenvolvidas pelo Conselho Deliberativo da RESEX Marinha Delta do Parnaíba estiveram relacionadas ao intercâmbio para que as comunidades pudessem conhecer outras reservas extrativistas e suas realidades, e para fortalecer o seu vínculo ao território e incluídos numa estratégia de conservação, no âmbito social, ambiental e cultural. Além de atividades de aprovação de ações, já mencionadas. Uma ação mencionada pela gestora da UC é a aprovação por parte das comunidades às pesquisas que são desenvolvidas nesse território.

Categoria Inicial	APA Delta do Parnaíba	RESEX Marinha Delta do Parnaíba
Estudo de demanda	Em fase de estudo	Não
Capacidade de carga	Será contemplado no plano de manejo	Não

Quadro 17 – Categoria intermediária 06 – Visitação (conclusão).

Controle de acesso	Não	Não
Principal entrada	Não existe	Porto dos Tatus

QUADRO 17: Categoria intermediária 06 – Visitação.

Elaboração: Carvalho, 2017.

De acordo com o gestor, a visitação na APA Marinha Delta do Parnaíba não tem o controle no acesso, pois é uma área de domínio público e privado; mas, com relação ao turismo, tem se tentado realizar o acompanhamento, como afirmado pelo gestor da APA Delta do Parnaíba, principalmente se houver uma interferência maior na biodiversidade local e no modo de vida das comunidades. Também não há um trabalho efetivo de orientação quanto à visitação.

Relacionado ao turismo, foi realizada juntamente com a RESEX Marinha Delta do Parnaíba o início de uma ação em parceria com a UFPI e principalmente com a prefeitura de Ilha Grande, para o ordenamento do turismo e o levantamento de informações relacionadas ao Delta do Parnaíba, porém não se espera realizar um levantamento sobre a quantidade de visitantes.

Essa parceria para o ordenamento do turismo e, que também seja para estabelecer o controle da visitação e principalmente o suporte de carga, pois o Delta do Parnaíba é uma região já muito fragilizada pelo turismo, em especial ao passeio ao Delta Tradicional, pois nos períodos de alta temporada e feriados prolongados saem do Porto dos Tatus seis embarcações com capacidade de visitantes que variam de 59 a 200 visitantes, é um passeio que tem duração de seis horas. Com essa quantidade de visitantes muitos dejetos (sanitários e pias) são despejados nos rios e igarapés, além da poluição sonora causada a fauna local. Uma das embarcações integra música ao vivo e essa prática descaracteriza o ecoturismo desejado e o contato com natureza. Esse fluxo é explicado pelo valor do passeio que varia de 55,00 a 70,00 reais e já inclui a alimentação. Apesar das orientações dos condutores de visitantes é inevitável que algumas pessoas não deem a destinação adequada ao resíduo sólido durante o passeio. A APA Delta do Parnaíba está com o pregão ativo para a contratação de uma empresa e já foi elaborado o termo de referência para o plano de manejo desta UC.

A visitação na RESEX Marinha Delta do Parnaíba, de acordo com informações da gestora, não valoriza as características socioculturais das comunidades, e a questão ainda é de incipiente. Para trabalhar o turismo

relacionado à visitação, a gestora afirma que a comunidade tem que estar mais fortalecida, organizada e apropriada desta discussão, pois a região apresenta imenso potencial, porém ainda não é explorado da forma correta, pois da maneira que é realizada a atividade hoje, do ponto de vista ambiental, o rio está assoreado, detritos jogados diretamente no rio, as embarcações que realizam os passeios pela região não têm respeito com a atividade da pesca artesanal, pois além de prejudicar colocam em risco a vida dos pescadores. Então, apesar do potencial ambiental e cultural muito ainda tem que ser feito para valorizar e proteger a região.

Sobre as principais entradas de visitantes da APA Delta do Parnaíba, o gestor destaca que não há a principal, pois como a UC integra a Rota das Emoções, o visitante pode ter acesso por São Luís (MA), Teresina (PI) e por Fortaleza (CE). Consequentemente devido à extensão do território há a dificuldade no levantamento dos acessos, mas com o auxílio das prefeituras e secretaria de turismo seria possível realizar esse mapeamento.

De acordo com a gestora da RESEX Marinha Delta do Parnaíba, por se tratar de uma ilha é possível ter livre acesso embarcado. E a partir disso, tem-se a pretensão de desenvolver com a prefeitura de Ilha Grande – PI, tendo em vista que o maior fluxo de saída de visitantes é o Porto dos Tatus, uma forma de *voucher* de turismo e um trabalho de educação ambiental, com o objetivo de ordenar a atividade no Porto dos Tatus. Essa atividade de educação ambiental está relacionada à construção de um plano de capacitação de condutores, de acordo com a gestora, com o objetivo de efetuar o cadastro e a realização de um curso de capacitação obrigatório. Essa etapa será realizada em parceria com a ONG Tamanduás Brasil, UFPI, SEBRAE, Capitania dos Portos e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Quanto à orientação para a visitação na RESEX Marinha Delta do Parnaíba, há o projeto de capacitação dos condutores, e também existe um grupo de voluntários da UFPI, que estão sendo preparados nessa perspectiva de educação ambiental. Uma questão interessante é a discussão em Parnaíba – PI sobre a importância das UC's do Delta do Parnaíba, pois ainda são invisíveis e desconhecidos da população parnaibana.

Atividades têm sido realizadas em parcerias com os voluntários do Curso de Psicologia para desenvolver a questão do ponto de vista da identidade e das territorialidades, que são fundamentais para o trabalho continuado na perspectiva do

turismo, para elucidar o pertencimento ao território, bem como a valorização da sua identidade, que permite, desta forma, sentirem-se inseridos no processo de desenvolvimento e conseqüentemente possam determinar que tipo de turismo é vislumbrado para a RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Categoria Inicial	APA Delta do Parnaíba	RESEX Marinha Delta do Parnaíba
Interferência do turismo	Potencial para o desenvolvimento sustentável.	Acontece de forma positiva para algumas famílias.
Rede de comunicação	Conselho Consultivo	Conselho Deliberativo
Turismo e desenvolvimento	Ações pontuais do Conselho Consultivo sobre o turismo	Desenvolvimento de forma pontual
Contribuição do turismo	Ampliação de oportunidades e poucos os beneficiados.	Contribuição de forma pontual e incipiente.
Gestão do território	Ações pontuais de gestão	Pontos de convergência

QUADRO 18: Categoria intermediária 7 – turismo e desenvolvimento territorial.

Elaboração: CARVALHO, 2017.

A interferência do turismo na APA Delta do Parnaíba tem sido uma das preocupações, de acordo com gestor da UC, principalmente para conseguir dimensionar o impacto da atividade nessa região, através de estudos e pesquisas. É identificado o potencial para o desenvolvimento sustentável para a região, mas de forma ordenado, isso é um fator de preocupação na análise dos projetos de fomento ao turismo.

Para a gestora da RESEX Marinha Delta do Parnaíba, uma atividade que foi realizada pelo conselho deliberativo foi o debate sobre as pousadas que estão inseridas na região para verificar se esses empreendimentos são de pessoas vinculadas à comunidade.

Sobre a interferência do turismo na RESEX Marinha Delta do Parnaíba, para a gestora “acontece na reserva de forma positiva para algumas famílias que estão vinculadas diretamente ao turismo” (ENTREVISTA RESEX, 2017). Entre essas atividades relacionadas ao turismo destacam-se os pescadores e ex-pescadores que se tornaram condutores de embarcações de passeio, pessoas que tiveram a iniciativa de criar restaurantes e pousadas familiares, assim, a comunidade tem se beneficiado, todavia ainda de forma incipiente.

Um dos problemas que acontecem na RESEX Marinha Delta do Parnaíba está relacionado à atividade do *kitesurf* realizado na Barra das Canárias, pois interfere diretamente na entrada de peixes no estuário da reserva, outro ponto conflitante é relacionada às lanchas rápidas que fazem os passeios turísticos e, também do turismo de pesca esportiva, que retiram peixes de forma predatória e sem ordenamento.

Um fator impactante do turismo na fala da gestora da RESEX Marinha Delta do Parnaíba tem sido relacionado à falta de valorização da riqueza cultural das comunidades e da visão de sinônimo de pobreza compartilhada tanto pelas agências de turismo quanto pelas comunidades. Nessa linha de pensamento, o turismo vem a ser uma alternativa de conversão dessas pessoas de pescadores em funcionários dessas empresas.

Trabalhar a apropriação e valorização para que essas comunidades sintam-se pertencentes ao território da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, numa perspectiva inclusiva do turismo, além disso, essa atividade pode ser uma forma inclusiva para a valorização das experiências e vivências comunitárias, e suas atividades como a pesca, cata de caranguejo, bordados em renda de bilro podem ser atrativos e experiências aos visitantes.

A rede de comunicação entre o órgão gestor da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, comunidade e *trade* turístico é realizado na instância de seus Conselhos Consultivo e Deliberativo, respectivamente.

No âmbito da APA Delta do Parnaíba essa rede de comunicação se deve ao espaço destinado ao *trade* turístico no Conselho Consultivo, que antes era ocupado pela Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS) que teve suas atividades encerradas, e depois foi ocupado pela Associação das Empresas de Turismo da Rota das Emoções (AETRE), no entanto, após a finalização das suas atividades, esse diálogo ficou interrompido. Com a finalidade de re-estabelecer essa rede com os empresários, foi encaminhado o convite ao Litoral Piauiense *Convention & Visitors Bureau* e para a Associação de Pousadas e Barra Grande.

Pensar a contribuição do turismo para o desenvolvimento territorial da APA Delta do Parnaíba, de acordo com o gestor, está na ampliação das oportunidades na região, entretanto, questiona-se se realmente essas comunidades da APA são beneficiadas, e se esse desenvolvimento atende aos objetivos de criação da UC, que vão além da proteção da biodiversidade, mas também voltadas para as

populações tradicionais que tem como base atividades como pesca artesanal, agricultura familiar, e que poderiam ser incluídas nessa perspectiva inclusiva de desenvolvimento proposta pelo turismo. Para a gestora da RESEX Marinha Delta do Parnaíba, o turismo tem contribuído para o desenvolvimento ainda de forma muito pontual e incipiente, tendo em vista o vasto potencial que a região apresenta, por ter ainda o seu uso restrito a algumas famílias.

O turismo se circunscreve como uma atividade potencializadora de desenvolvimento para a região em que está inserido seja do ponto de vista estrutural, como do incremento a renda da comunidade, entretanto, na APA e na RESEX Marinha Delta do Parnaíba, o turismo tem acontecido de maneira excludente e pontual, sendo uma atividade desenvolvida por algumas famílias que dominam o setor e que consideram que a única forma de tirar essas comunidades da pobreza é por meio da oferta de empregos e que não viabilizam oportunidade de crescimento. Como tem se observado, os gestores das UC's têm iniciado o ordenamento do turismo nesse território, como uma forma de fortalecer os arranjos produtivos locais e ainda fomentar novas oportunidades de desenvolvimento turístico de forma inclusiva e participativa com as comunidades da APA-RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Sobre como a gestão das UC's realiza suas atividades tendo em vista a APA e a RESEX abrangem mais de um Estado. De acordo com o gestor da APA a participação se dá por meio das parcerias que são realizadas do Conselho Consultivo com os demais órgãos públicos de cada município, para que assim possam ampliar as discussões e viabilizar o desenvolvimento territorial. Uma forma de gestão se deu através da participação dos gestores no debate do Plano Diretor dos municípios de Cajueiro da Praia e Ilha Grande, ambos no Piauí,

Uma discussão mais ampla realizada no âmbito da APA foi a política pública do Polo do Delta, sobre que formas de segmento turístico seriam desenvolvidas nesse território, no caso, em Barra Grande (praia localizada em Cajueiro da Praia-PI) e no Delta do Parnaíba seria priorizado o turismo ecológico e o de base comunitária. Enquanto a gestão, no ponto de vista do gestor da RESEX Marinha Delta do Parnaíba, se permite em articular os pontos de convergência e priorizar o trabalho nos espaços mais emergenciais, tais como a participação em audiências públicas, questões de financiamento público para o turismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interdisciplinaridade na abordagem da geografia e do turismo permitiu o entendimento da territorialidade institucional e dos empreendimentos econômicos turísticos da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, principalmente ao serem utilizados os conceitos de território e territorialidades discutidos na geografia, para assim ser possível ter uma abordagem mais ampla e completa nesta pesquisa.

A abordagem teórica da origem do pensamento preservacionista e conservacionista permitiu compreender como aconteceram suas bases de preservação da natureza do nível global para o nacional, e como essas ideias articularam e resultaram no atual SNUC, que classifica e discorre sobre as categorias de UC's, para que assim seja possível entender, por meio da legislação, como o território da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba é organizado de maneira institucional e como, a partir dos seus atrativos naturais e culturais o turismo, tem sido uma possibilidade de desenvolvimento.

Pensar o turismo em UC's vai além da massificação de sua atividade. É propor uma forma de organização inclusiva desde o planejamento até a concepção de suas ações que busca conciliar o uso do atrativo e a educação ambiental como forma de desenvolvimento sustentável, por exemplo.

As agências de turismo utilizam o discurso do turismo sustentável para comercializar seus passeios na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, entretanto, não se preocupam com a capacidade de carga do Delta do Parnaíba logo, apesar de não haver estudos nesse sentido ainda na região, deveria se pensar em formas de transformar o discurso aplicado do ecoturismo em um turismo ecológico responsável.

O ambiente destas UC's se apresenta fragilizado no seu ecossistema, como foi apresentado pela gestora da RESEX Marinha Delta do Parnaíba seja pelo assoreamento do rio, e pela quantidade de resíduos que são encontrados.

Apesar das medidas de ordenamento da atividade da cata do caranguejo e da proteção de suas áreas de recuperação do manguezal, seria necessário um trabalho em conjunto entre os órgãos gestores e as agências de turismo, para se apropriarem desse ordenamento. Tendo em vista que as embarcações de passeios turísticos causam interferências ambientais negativas nesse ambiente.

Uma alternativa que está de acordo com os objetivos propostos na criação das UC's se refere à valorização das comunidades tradicionais da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba. Então, é importante que, no ordenamento dos usos e do turismo desta área, as comunidades sejam incluídas no planejamento e nas atividades turísticas. Uma forma de inclusão pode está relacionada à vivência das atividades cotidianas e dos arranjos produtivos locais desse território, assim seria promovido a valorização da identidade local, além de viabilizar a apropriação essas comunidades ao território.

Os visitantes têm o entendimento da importância da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, mas também apontam que poderiam ser realizadas medidas mais incisivas para a proteção da região. Apesar de serem realizadas atividades para o ordenamento do órgão gestor das UC's, ainda há a dificuldade no acesso a informação por parte dos visitantes, tanto que nesse sentido são apresentadas alternativas como, a realização de eventos para a divulgação de atividades e pesquisas na área, e também canais de divulgação mais acessíveis, como aplicativos para *smartphones*.

Quanto ao acompanhamento e comunicação das agências de turismo com os órgãos gestores das UC's percebemos que, apesar de 50% afirmarem que há essa relação, nos dados apresentados pelos gestores, o diálogo entre esses empreendimentos ainda está em fase de reestabelecimento, tendo em vista que as representações anteriores (ADRS e AETRE) foram mitigadas por questões políticas e empresariais. O Litoral Piauiense *Convention & Visitors Bureau* tem sido considerado o próximo representante dos empresários de turismo do Delta do Parnaíba, pois até o momento da pesquisa ainda não foi formalizado a sua efetividade no conselho.

Percebe-se, ao longo da pesquisa, que os visitantes destas UC's reconhecem a relevância desta área, mas que ainda necessita de investimentos e organização. Enquanto os empreendimentos econômicos turísticos se apropriam desse território e produzem novas territorialidades, ao considerarem medidas mitigadoras de pobreza ao oferecem oportunidades de emprego como condutores de visitantes aos pescadores, todavia não estão realmente preocupados com a sustentabilidade das UC's, uma vez que só visam o lucro.

Os órgãos gestores tem a preocupação de discutir o ordenamento dos usos da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba, mas, antes de tudo, tem buscado

despertar o sentimento de pertencimento destas comunidades que se veem como “pobres” ou inferiorizados, apesar da potencial riqueza ambiental e cultural da região. As parcerias são um importante articulador para esse fortalecimento, pois é possível trabalhar variados projetos de forma concomitante, além de estabelecer novos vínculos com as comunidades.

As questões políticas e a instabilidade econômica brasileira vêm a dificultar o trabalho desses órgãos, principalmente na carência de recursos financeiros que são importantes para a aquisição de novos equipamentos e contratação de recursos humanos para o auxílio na gestão, mas percebemos que, apesar desses empecilhos, o trabalho tem sido satisfatório devido às parcerias que foram realizadas com outras instituições, universidades como, UFPI e UESPI, ONG's e institutos ambientais.

A APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba são UC's que têm potencial amplo de uso responsável, mas que carecem ainda de medidas de ordenamento, que estão sendo trabalhadas, no entanto, necessitam ainda mais que, tanto as comunidades tradicionais quanto do seu entorno, se apropriem de medidas de preservação e de conhecimento sobre esse território, que não seja apenas um local bonito para passar o dia, mas sim uma região que deve ser preservada e admirada.

A geografia e o turismo permitem, por suas teorias, uma abordagem integradora para que sejam analisados nesse território e nas suas territorialidades, que ao se conciliar suas abordagens e iniciar sua aplicação, se permita o desenvolvimento territorial da APA e RESEX Delta do Parnaíba seja uma consequência. Mas, que seja uma estratégia de desenvolvimento que considere essas comunidades tradicionais como protagonistas.

A pesquisa não se esgota. Novos estudos devem apontar para abordagens integradas de valorização das comunidades tradicionais, nesse aspecto deve ser considerado o turismo comunitário como uma forma construtiva e participativa de planejamento, mas ainda deve ser instigado o ordenamento da atividade turística tal como acontece atualmente com novas ações integradas à necessidade local a serem apresentadas aos empreendimentos econômicos turísticos, com a finalidade de promover novos direcionamentos, com novas tecnologias e parcerias em UC's.

Espera-se que essa pesquisa possa contribuir com um novo olhar e abordagem integrada da ciência geográfica e do turismo em áreas naturais protegidas, e ainda que estas UC's possam ser uma estratégia positiva de

desenvolvimento, apesar dos seus conflitos. A perspectiva do território e das territorialidades nos permitiu entender como está organizada a região e os seus usos em especial, além de fornecer outra interface de análise no âmbito territorial, em que é possível se pensar em um estudo do ponto de vista das comunidades e de sua organização territorial na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARBOSA, Luís Gustavo Medeiros. **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional** – Relatório Brasil. Brasília: Ministério do turismo, 2008.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

BERTRAND, Georges; BERTRAND, Claude. **Uma geografia transversal e de travessias**: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Ed. Massoni, 2007.

BRASIL. **Lei nº 6.902**, de 27 de abril de 1981. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6902.htm>. Acesso em 15 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. Brasília, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 89.336**, de 31 de janeiro de 1984. Dispõe sobre as Reservas Econômicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico, e dá outras providências. Brasília, 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d89336.htm>. Acesso em 22 jun. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 22 maio. 2017.

BRASIL. **Lei nº 7.735**, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis e dá outras providências. Brasília, 1989. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7735.htm>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto de 28 de agosto de 1996**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará, e dá outras providências. Brasil, 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1996/Dnn4368.htm>. Acesso em: 11 mar. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de

Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 22 out. 2016.

BRASIL. **Decreto de 16 de novembro de 2000**. Cria a Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba, no município de Ilha Grande de Santa Isabel, Estado do Piauí, e nos municípios de Araisos e Água Doce, Estado do Maranhão, e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/dnn9084.htm>. Acesso em: 17 abr. 2017.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de Conservações: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume Fapesp, 2003.

CARVALHO, J. A conservação da natureza e dos recursos naturais na amazônia brasileira. In: Simpósio sobre a biota amazônica 7, 1967:1-47. In: **Simpósio sobre a biota amazônica 7**, 1967.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

CAVALCANTI, José Costa. **Relatório da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, Estocolmo, 1972**. Brasília, 1972.

CIA. Comissão Ilha Ativa. **Projetos em execução**. Disponível em: <<http://comissaoilhaativa.org.br/projetos/>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

CORTÊ, Dione Angélica de Araújo. **Planejamento e gestão de APAs: enfoque institucional**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, 1997.

CRESPO, Maria de Fátima Vieira. **Estratégia de desenvolvimento do arranjo produtivo local da carnaúba em Ilha Grande de Santa Isabel (PI) – Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) UFPI/Tropen/PRODEMA, 2007.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CURY, M. J. F. **Visitação em áreas naturais protegidas: um estudo comparado dos Parques Nacionais del Iguazú e do Iguazu**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação, Área de concentração em Relações Públicas, Propaganda e Turismo), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DRUMOND, Maria Auxiliadora. Oficina sobre Gestão Participativa em Unidades de Conservação. **Anais**, Fundação Biodiversitas. Belo Horizonte, 1997.

EMBRATUR. Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Brasília: EMBRATUR, 1994

GUERRA, Antonio Teixeira. **Dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

GUIMARÃES, Roberto Pereira.; FONTOURA, Yuna Souza dos Reis da. Rio + 20 ou – 20? Crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente e Sociedade**. São Paulo. V. XV, n. 3, p. 19-39, set./dez. 2012.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 19-44, 2007.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de gestão e Diagnóstico Geo-Ambiental e Socioeconômico da APA do Delta do Parnaíba**. Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 1998.

IBAMA. CNPT. **Caracterização Sócio-econômica da área do Delta do Parnaíba a ser transformada em Reserva Extrativista**. Parnaíba, Piauí. Brasília, 1999.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 de mai. 2017.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Portaria nº 27**, de 10 de dezembro de 2007. Cria o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/apa_do_delta_do_parnaiba.pdf>. Acesso em 15 jun. 2017.

ITD – Instituto Tartarugas do Delta. **Projeto Tartarugas do Delta**. Disponível em: <<https://www.institutotartarugasdodelta.org/quem-somos>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papirus, 2002.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Conferências de desenvolvimento sustentável**. Brasília: FUNAG, 2013.

LEOCADIO, Janaina Nunes. **Arquivo pessoal**. Disponibilizado em: 11 jun. 2017.

MATTOS, Flávia Ferreira. **Reservas morais: estudo do modo de vida de uma comunidade na Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba**. (Dissertação). Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRJ - Rio de Janeiro: Seropédica, 2006.

MAVIGNIER, Diderot. **No Piauí na terra dos Tremembés**. Parnaíba, 2005.

MCCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso**: a história dos movimentos ambientalistas. Rio de Janeiro: Dumará Distribuidora de Publicações, 1992.

MEDEIROS, Rodrigo A. **Proteção da Natureza**: das Estratégias Internacionais e Nacionais às demandas Locais. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ/ PPG. 2003.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Zoneamento Ecológico Econômico do Baixo Parnaíba (relatório preliminar)**. Brasília, 2001.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Pregão eletrônico nº 61/2010**. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/licitacoes/2010/4.PR%2061%20-%20Plano%20de%20Manejo%20Parnaiba.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>>. Acesso em: 31 out. 2016.

MILANO, Miguel Serediuk. Unidades de Conservação: técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In: BENJAMIN, Antônio Hernan (org.). **Direito ambiental das áreas naturais protegidas – o regime jurídico das unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

MORETTI, E. C.; RODRIGUES, A. M. Atividade Turística e Transformação Territorial: discurso e ação do Estado no Pantanal – MS. In: GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira; MENDES, Iandara Alves (organizadora). **Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades**: Temas da Geografia Contemporânea. Rio Claro: Programa de Pós Graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia Teórica – AGETEO, 2001. P. 269-281.

MOSCOVICI, Serge. **Hommes domestiques, hommes sauvages**. Paris: Union Générale d'Éditions, 1974.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista – 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PIAUI, Governo do Piauí. **Autorizada abertura do processo licitatório para o Porto dos Tatus**. Teresina, 08, março, 2017. Disponível em: < <http://www.pi.gov.br/materia/desenvolvimento/autorizada-abertura-do-processo-licitatorio-para-o-porto-dos-tatus-129.html>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REBOUÇAS, André. **Excursão ao Salto do Guairá**: o Parque Nacional. Rio de Janeiro: 1876.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2014.

RUMMEL, J. Francis. **Introdução aos procedimentos de pesquisa em educação**. Porto Alegre: Globo, 1981.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas/SP: Papirus, 1997.

SACK, Robert. Human Territoriality: a theory. **Annals of the Association of American Geographers**. 1983.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, Milton. O retorno do território. Em **OSAL: Observatório Social de América Latina**. Buenos Aires, ano 6, n. 16, 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio. Território. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas. (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre o território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SCHERL, LEA M. (et al). **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza?** Oportunidades e limitações. IUCN. Gland: Suíça e Cambridge, Reino Unido. 2006.

TOMELIN, Carlos Alberto. Mercado de Agências de Viagens e Turismo. São Paulo: Aleph, 2001.

APENDICE A

Entrevista com o órgão gestor das UC's

1. Gênero
() Feminino () Masculino
2. Idade:
3. Procedência
Estado
4. Formação acadêmica
5. Tempo de gestão na UC?
6. Como é realizada a escolha do gestor
() Indicação () Eleição
() Outra: _____
7. Qual a quantidade de funcionários na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?
8. A quantidade de funcionários é suficiente para a gestão da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?
() Sim () Não
9. Os equipamentos são suficientes para a conservação da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?
() Sim () Não
10. Qual a formação da equipe que atua na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?
11. Quais os órgãos/instituições parceiros do ICMBIO?
12. Quais as atividades realizadas na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?
13. Como acontece a visitação?
14. Há algum estudo de demanda (visitação)? Se sim, qual a média de visitantes?
() Não () Sim
15. Existe ou já foi realizado algum estudo de capacidade de carga da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?
() Sim () Não
16. A APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba possui plano de manejo?
() Sim () Não
17. As entradas de visitantes na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

() Sim () Não () Parcialmente

18. Quais as entradas para a APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?
19. Qual a principal entrada da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?
20. Qual a interferência do turismo na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?
21. Existe alguma orientação para a visitação na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?
22. Como e quando se deu a criação do Conselho da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?
23. Quais as ações desenvolvidas pelo conselho?
24. Como a atividade tem refletido no desenvolvimento da região, considerando as características econômicas, políticas, ambientais e sociais?
25. Existe uma rede de comunicação entre o órgão gestor, comunidade e o trade turístico?
26. O turismo tem contribuído para o desenvolvimento territorial, considerando que a APA Delta do Parnaíba abrange três estados?
27. Como a gestão da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba realiza suas atividades considerando as políticas públicas específicas de cada Estado?

APÊNDICE B

Questionário aplicado aos gestores das agências de turismo da APA e RESEX
Marinha Delta do Parnaíba

1. Gênero

Feminino Masculino

2. Idade

3. Procedência

Estado:

4. Formação Acadêmica

Ensino Fundamental Incompleto Ensino Técnico
 Ensino Fundamental Completo Ensino Superior Incompleto
 Ensino Médio Incompleto Ensino Superior Completo
 Ensino Médio Completo Pós-Graduado

Outro: _____

5. Há quanto tempo exerce atividades na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

6. Qual o principal motivador no turismo na região?

7. Qual a importância da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba para o turismo na região?

8. Quais as atividades turísticas comercializadas pelo seu empreendimento na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

9. Como foram planejadas as atividades que são comercializadas?

10. Essas atividades são monitoradas/acompanhadas pelo órgão gestor da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

Sim Não Parcialmente

11. Quais os principais passeios comercializados?

12. Existe a comunicação entre o ICMBIO e a empresa?

Sim Não Parcialmente

13. Conhece as ações do ICMBIO na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

Sim Não Parcialmente

Quais? _____

14. Existe alguma orientação para a visita na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

Sim Não Parcialmente

15. Procedência do turista (nacional/internacional)?

16. Tempo de permanência médio?

17. Período de maior fluxo de turistas?

18. Considera o turismo como uma atividade que contribui para o desenvolvimento regional?

Sim Não Parcialmente

APÊNDICE C

Questionário aplicado visitantes da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba

1. Gênero

Feminino Masculino

2. Idade: _____

3. Renda

1 a 3 salários mínimo

4 a 6 salário mínimo

7 a 10 salários mínimo

A partir de 11 salários mínimo

4. Grau de escolaridade

Ensino Fundamental Incompleto Ensino Superior Incompleto

Ensino Fundamental Completo Ensino Superior Completo

Ensino Médio Incompleto Especialização

Ensino Médio Completo Pós-Graduação Mestrado e/ou Doutorado

Outro: _____

5. Procedência

Estado: _____

6. Tempo de permanência no destino

7. Foi necessário pernoite?

Sim Não

8. Já conhecia a APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

Sim Não

9. Quantas vezes visitou a APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

10. Qual o principal atrativo da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba em sua opinião?

11. O que estimulou/motivou a visitar a APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

Indicação de parente/amigos

Folder, revistas, jornais, livros

Internet

Televisão, cinema, rádio

Viagens anteriores

Campanhas governamentais

Outros?

Especificar: _____

12. Qual o passeio a ser/ou já realizado pela APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

13. Recebeu alguma orientação para a visita na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba por parte da agência que adquiriu o passeio/organização ou pelo ICMBIO?

Sim Não Parcialmente

14. Pretende retornar a APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

Sim Não

15. Conhece as ações do ICMBIO na APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

Sim Não Parcialmente

16. Considera importante a conservação da APA e RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

Sim Não Parcialmente

Explique: _____

17. Quais as suas sugestões para a melhoria da qualidade da visita na região?

ANEXO I

UNIOESTE - CENTRO DE
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AS TERRITORIALIDADES EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS: ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DELTA DO PARNAÍBA (MA, PI E CE) E AS INTER-RELAÇÕES AO DESENVOLVIMENTO

Pesquisador: RITA DE CASSIA PEREIRA DE CARVALHO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 68251517.4.0000.0107

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.087.182

Apresentação do Projeto:

Essa pesquisa tem como objetivo analisar as territorialidades da Área de Proteção Ambiental (APA) e Reserva Extrativista Marinha (RESEX) Delta do Parnaíba e como as inter-relações para o desenvolvimento regional. Ao longo do trabalho pretende-se descrever as relações da geografia com a paisagem, a região, o território e as territorialidades associadas às Áreas Naturais Protegidas, para que possa caracterizar a APA-RESEX e analisar como tem se dado as inter-relações territoriais dessa área protegida para o desenvolvimento regional. Para subsidiar o estudo é necessário entender os principais conceitos da geografia e para essa compreensão deve-se partir de estudos que priorizem características como a natureza, a paisagem,

a região, o território e as territorialidades. Tais abordagens permitem a compreensão de maneira integrada e como os fenômenos são interligados e inter-relacionados em sua composição. O método escolhido para a pesquisa é o indutivo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as territorialidades da APA-RESEX Delta do Parnaíba (MA, PI e CE) e as inter-relações ao desenvolvimento regional

Endereço: UNIVERSITARIA

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR **Município:** CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3272

E-mail: cep.pppg@unioeste.br

UNIOESTE - CENTRO DE
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 2.087.182

Objetivo Secundário:

- a) Descrever as relações na vertente da paisagem, da região, do território, das territorialidades associada às áreas naturais protegidas;
- b) Caracterizar a APA-RESEX Delta do Parnaíba (MA, PI e CE);
- c) Avaliar as possíveis inter-relações territoriais das áreas naturais protegidas ao desenvolvimento regional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos da pesquisa se referem a incapacidade do sujeito em participar para dar o consentimento livre e esclarecido, sendo necessário a representação por outra pessoa, em conformidade a legislação brasileira vigente.

Benefícios:

Os benefícios a serem destacados se referem a contribuição da pesquisa para a discussão das territorialidades em áreas naturais protegidas, em especial APA-RESEX Delta do Parnaíba e essas podem contribuir para o desenvolvimento regional, numa análise geográfica, bem como proporcionar novos diálogos com os interessados e em novas pesquisas na área de maneira a integrar o turismo e geografia.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Indica ser importante para a área e para os envolvidos

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Presentes e em conformidade com a Resolução 466/12

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: UNIVERSITARIA
 Bairro: UNIVERSITARIO CEP: 85.819-110
 UF: PR Município: CASCAVEL
 Telefone: (45)3220-3272 E-mail: cep.pppg@unioeste.br

UNIOESTE - CENTRO DE
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 2.057.152

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_917175.pdf	11/05/2017 22:51:41		Aceito
Outros	tmpBGGNiz_DOC_59923.pdf	11/05/2017 22:50:45	RITA DE CASSIA PEREIRA DE CARVALHO	Aceito
Outros	autorizacaopesquilsadecampo.pdf	11/05/2017 22:50:27	RITA DE CASSIA PEREIRA DE CARVALHO	Aceito
Outros	termodecompromissousodedados.pdf	11/05/2017 22:49:04	RITA DE CASSIA PEREIRA DE CARVALHO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao.pdf	11/05/2017 22:48:09	RITA DE CASSIA PEREIRA DE CARVALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projotodepesquilsa.pdf	11/05/2017 22:46:56	RITA DE CASSIA PEREIRA DE CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	11/05/2017 22:45:39	RITA DE CASSIA PEREIRA DE CARVALHO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	11/05/2017 22:45:23	RITA DE CASSIA PEREIRA DE CARVALHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CASCADEL, 29 de Maio de 2017

Assinado por:

Fausto José da Fonseca Zamboni
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIA

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCADEL

Telefone: (45)3220-3272

E-mail: cep.pppg@unioeste.br

ANEXO II
ENTREVISTA GUIADA 01: APA DELTA DO PARNAÍBA

1. Sexo

() Feminino (X) Masculino

2. Idade: 37 anos

3. Procedência

Estado Rio de Janeiro

4. Formação acadêmica

Biólogo

5. Tempo de gestão na UC?

Coordenador geral substituto por 03 anos; Coordenador geral substituto por 02 anos e há uma semana voltei para a APA.

6. Como é feita a escolha do gestor?

(X) Indicação () Eleição () Outra: Cargo de confiança.

7. Qual a quantidade de funcionários na APA Delta do Parnaíba?

03 analistas ambientais, 01 técnico ambiental e 01 auxiliar administrativo.

8. A quantidade de funcionários é suficiente para a gestão da APA Delta do Parnaíba?

() Sim (X) Não (x) insuficiente

9. Os equipamentos são suficientes para a conservação da APA Delta do Parnaíba?

() Sim (X) Não Estão defasados. Tem equipamentos quebrados e outros precisando de manutenção

10. Qual a formação da equipe que atua na APA Delta do Parnaíba?

Biólogo, oceanógrafo, geógrafo, cientista social e ensino fundamental.

11. Quais os órgãos/instituições parceiros do ICMBIO?

Do ICMBIO não, da APA tem o Conselho da unidade, tem já boa parte dos parceiros envolvidos, todas as instituições publicas são potenciais parceiros e nessa analise de território que a gente vai fazer no conselho para readequar, existe uma nova in do ICMBIO de formação e modificação de conselho das unidades que bebeu muito dessa fonte do conceito de território. Hoje as unidades vão está passando, reanalisar enquanto pertencente a um território, ai vai haver uma setorização base nessa setorização a gente identifica os parceiros de influencia no território a gente identifica os parceiros diferentes no território, então a gente de fato precisa

implementar os setores do território, e que os setores se façam representar no conselho, mudando um pouco da lógica de representação do conselho.

12. Quais as atividades realizadas na APA Delta do Parnaíba?

Autorização para licenciamento ambiental que a gente tem que dá anuência nos processos, o licenciamento é feito pelas secretarias estaduais de meio ambiente, mas no processo de licenciamento o ICMBIO tem que ser ouvido e tem que dá a autorização, pra colocar os condicionamento nesses processos, além disso a gente é tem que tá dando a proteção, tem um foco de atendimento a denúncias que são regulares, que estão aqui aos mais diversos assuntos que passam por pesca, veículos na praia, desmatamento, queimadas, caça, por ai vai são os atendimentos que muitas vezes a gente não consegue nem dá e fiscalização de processos de carcinicultura que são atividades que existem atividades econômicas que exigem licenciamento ambiental, então faz parte dessa ação nossa, e tem uma parte que a gente chama de projetos socioambientais que estão muito ligados a educação ambiental, a gestão socioambiental mesmo em geral a gente faz junto com outros parceiros que nos estamos a frente, mas a partir de vários outras ações que estão ligados aos projetos que a gente pode tá apoiando, por exemplo, a gente trabalhou junco com as Tartarugas do Delta que é um projeto que tá muito mais voltado pra conservação de espécies ameaçadas, a Comissão Ilha Ativa, a gente tá desenvolvendo uma parceria com o Pesca Solidária, então já é um projeto mais voltado pra várias ações que envolvem desde pesquisa, apoio a pesquisa que o projeto realizou, apoio a levantamentos pra fazer diagnósticos participativos da pesca nos estuários Timonha e Ubatuba, principalmente focar alternativas de vida, não estamos a frente dessas ações, a gente atua como parceiro dentro do projeto.

13. Como acontece a visitação?

Como é uma área que permite público e privado não há como a gente fazer controle, a não se que fosse feito um tipo de pesquisa com essa intenção, mas que isso ninguém fez ainda.

No atual patamar de gestão da APA, a participação no turismo é mais no acompanhamento e se, existe um movimento turístico que causa um impacto grande seja na biodiversidade, seja no modo de vida tradicional de alguns pescadores, ai a gente pode intervir, ai já mais na linha da proteção. No debate do turismo existe um esforço de conversas com a Embrapa, com as secretarias de turismos dos três estados, mais o mais forte é esse debate com o Piauí e com o Ceará, tá, e com o

pessoal da Embratur, mas sempre assim pra vê o que que tá acontecendo na rota das emoções, pra trazer alguma informação pro conselho, mas não pra gente participar como a frente do debate pro turismo isso aqui não tem aqui na APA, mas a gente não tem levantamento de visitação esse tipo de coisa.

Uma ação que estamos iniciando junto com a RESEX que é a questão do ordenamento do turismo aqui, é uma ação que estamos iniciando junto com a RESEX do Delta que é uma ação e que talvez a gente consiga algumas informações principalmente com relação ao Delta, mas o objetivo dela não é fazer, não é aferir essa estimativa de visitação, o objetivo dela como a gente tá trabalhando com a questão do turismo embarcado e há uma preocupação exatamente de ter um controle maior em função do suporte de carga que tá sendo realizado no esforço de que tá sendo realizada existe uma parceria junto com a universidade federal desse estudo e que também tem com algumas prefeituras, principalmente com a prefeitura de Ilha Grande, inclusive é o portal de entrada do delta aqui no Piauí e ai se, essa a, todas as agências estarão sendo entrevistadas nesse trabalho que a UFPI tá fazendo, e talvez a gente tenha ai sim começando a ganhar um pouco de informações, mas é uma coisa que demora ai, como eu disse é uma pesquisa, é um trabalho de levantamento que tá sendo feito, não é que a gente tenha esse controle dessa visitação, a ideia é que a partir do estudo de suporte de capacidade de carga, principalmente na área do turismo embarcado, a gente tenha ação que possam diminuir e agregar os dois planos de manejo que estão sendo realizados, tanto da APA ai também da RESEX que ai possa definir os critérios mais concretos em a esse controle da visitação.

14. Há algum estudo de demanda (visitação)? Se sim, qual a média de visitantes?

Não Sim - em fase de estudo

15. Existe ou já foi realizado algum estudo de capacidade de carga da APA Delta do Parnaíba?

Sim Não – vai ficar pro plano de manejo

16. A APA Delta do Parnaíba possui plano de manejo?

Sim Não Em fase de construção

17. Como foi/é o processo de construção do plano de manejo?

O processo de construção a gente fez uma defesa bastante interessante, ai assim tem que colocar só uma palavra que é participativa, queremos ouvir realmente as pessoas que são influenciadas por esse território, todos os setores envolvidos.

18. As entradas de visitantes na APA Delta do Parnaíba são fiscalizadas?

() Sim (x) Não () Parcialmente

19. Quais as entradas para a APA Delta do Parnaíba?

Você tem Delta, você tem Jericoacoara e tem Lençóis, basicamente esses três sentidos da Rota das Emoções, vai ter gente que vai vim de São Luís, que vai vim por Teresina que vem diretamente ao Delta e tem gente vem de Fortaleza. Ai a dificuldade maior de você ter num digo nem controle, mas de levantamento, você imagine levar essa abertura de possibilidades né, você precisa ter um trabalho de integração muito grande tanto entre os Estados como também entre municípios principalmente, que essa é a maior dificuldade de ser construído isso com cada município.

20. Qual a principal entrada da APA?

Difícil, você tem Delta, Jericoacoara e Lençóis que são exatamente os três sentidos da Rota das Emoções. Tem gente que vai vim de São Luís, vai vim de Teresina e tem gente que vai vim de Fortaleza. Não existe uma principal. Dai uma dificuldade maior de você ter, num falo nem controle, é levantamento, porque você imagine essa abertura de possibilidades, você precisa ter um trabalho de integração muito grande tanto entre os estados como também com os municípios principalmente e essa é a maior dificuldade, tem que ser construído isso com cada município.

21. Qual a interferência do turismo na APA Delta do Parnaíba?

A gente não pode precisar, mas tá no bojo desse estudo do plano de manejo que a gente quer começar a ter mais alguma.

Inclusive assim é esse é o estudo que falta e umas das preocupações é que a gente propôs nesse estudo sobre o turismo principalmente no Delta como é que tá interferindo a gente sinalizou a possibilidade de apoio de vocês que estudam de um outro, como é que fala de uma autorização do empreendimento que é do Porto dos Tatus né a partir disso, com essa preocupação de conseguir de dimensionar um pouco exatamente o impacto que o turismo tá tendo aqui nessa região, mas precisa assim que também tá muito em aberto ainda por não ser feito pela gente, mas que teria feito é o governo estadual, mas que é uma demanda importantíssima que a

gente tem pra gente conseguir enxergar melhor né o que o turismo tá trazendo de benefícios e de malefícios.

Então assim é de fato já se identificou o potencial que tem tanto trazer o desenvolvimento sustentável para a região, mas se for desordenado tem um potencial muito grande de denegrir, então é todos os projetos de grandes obras de fomento ao turismo quando a gente vai emitir a autorização a gente se preocupa em condicionar auxílio e aporte pra esse tipo de análise.

22. Existe alguma orientação para a visitação na APA?

Orientação pra visitação, talvez nesse debate saiam algumas, num sei se a gente já vai colocar no plano de manejo, isso vai ser muito durante a construção.

23. Como e quando se deu a criação do Conselho Consultivo da APA Delta do Parnaíba?

Então o conselho da APA foi formado em 2007, no final de 2007, eu peguei bem o fim desse processo, na verdade ele começou pelo menos dois anos antes. Praticamente se deu com essa preocupação de um plano de manejo, de uma forma mais participativa, começaram se organizar as reuniões com cada comunidade, claro que não todas, mas naquelas na época que se tinha mais contato, a partir dessas reuniões, dois anos de reuniões, nos municípios, nas comunidades mais importantes dos dez municípios, ai sim o regulamento dele mesmo foi em 2007, começou na verdade no início de 2006, foram feitas reuniões ao longo de 2006, ao longo de 2007, ai só no fim de 2007 foi a criação, assim só depois de setembro praticamente que começou a funcionar, então a partir de setembro começou a construir o evento final de lançamento que foi em novembro.

24. Quais as ações desenvolvidas pelo conselho consultivo?

Então a gente, essa nova gestão ela, a gente teve duas dificuldades, o conselho já teve o tempo de ampliação que foi ampliada pela gestão na época que foi 2012, 2013, tiveram muita dificuldade de implementar esse plano de ação nessa época, e praticamente em 2014-2015 começou o processo de renovação do conselho que tá essa gestão atual e ai eu tenho depois que conferir a data direitinho. O que aconteceu, nós é 2015 nós fizemos uma reunião do conselho, duas reuniões e a última de 2015 conseguimos fechar um novo regimento e ai nós partimos muito, qual era a realidade que a gente teve, praticamente uma série de pessoas novas com muita dificuldade de se apropriar do funcionamento do conselho, então praticamente de 2015 pra cá nós nos debruçamos muito internamente é essa ideia de tentar

arrumar a casa, botar o conselho pra funcionar, então coisas desde 2007, coisa que nunca tínhamos feitos, a gente não conseguia fazer aquela discussão sobre as câmaras temáticas, jamais o conselho teve câmaras temáticas, que a ideia é que seria exatamente um espaço pra assessoramento do conselho para várias questões que são consideradas mais prioritárias, depois o conselho depois desse primeiro plano de trabalho não tinha mais um plano de trabalho então a gente ficou muito com essa preocupação de tipo assim arrumar a casa primeiro e nos preparar né pra essa ano e coincidentemente com essa história do plano de manejo tá começando, então muito mais a gente ainda comentou isso, olha a gente num pode tá levando a frente o plano de manejo lá voltado pra dentro pra gente discutindo né o funcionamento do conselho, então foi uma coisa muito de capacitação desses conselheiros e infelizmente a gente tem um ritmo devagar, a gente vê que existe uma dificuldade enorme, primeiro dos conselheiros que tão representando as suas entidades em entenderem melhor o próprio funcionamento de um conselho, mesmo depois de você trabalhar o conceito entendeu, em exemplo, a gente conversamos fizemos um trabalho imenso sobre câmaras temáticas entendeu e depois quando a gente propôs pros núcleos né municipais que começaram aqui com essa novo regimento que estava prevendo ele ah quando a gente pede pros núcleos se reunirem e trazerem sugestões de câmaras temáticas, as propostas concretas mostravam que as pessoas tinham dificuldade imensa em identificar o que que é uma câmara temática, o que é um plano de trabalho, o que é uma ação específica, pontual, então muitas vezes a gente vê a gente dá um passo na frente, mas a gente tem que voltar atrás e refazer um pouco esse plano. Então essa é isso é que a gente tem grande, e assim em relação ao plano de trabalho nós fechamos um plano de trabalho que se você for ver é muito simples, é tem algumas ações voltadas exatamente pra fazer aquela atualização da nossa gestão junto as prefeituras, é algumas ações em relação a alguns temas que ainda não entraram como propostas nas câmaras temáticas, mas que o pessoal procurou resgatar isso como por exemplo as queimadas, sensibilizar pra questão das queimadas, das ações de educação ambiental e principalmente pra é trabalhar a questão do plano de manejo nas comunidades a gente tem colocado que o conselho vai ter um papel fundamental em trazer a discussão colocando mais próximo dessas comunidades, mas própria participação da comunidade no processo de elaboração do plano de manejo tá e muito dependendo da atuação dos conselheiros e dos núcleos

municipais, mas vamos dizer assim é muito é modesto ainda se você pensar do ponto de vista, se conseguir realizar já é uma grande coisa porque qual é o problema, é quando a gente fez o plano de 2012 até final de 2014 praticamente nada foi realizado então acaba sendo um plano de trabalho que fica no papel [ele: a dificuldade ai é da implementação das ações.

25. Como a atividade tem refletido no desenvolvimento da região, considerando as características econômicas, políticas, ambientais e sociais?

Eu diria que enquanto instituição pública nossa interferência embora participando dos debates tem se dado ainda muito no bojo dos grandes projetos do turismo.

Patrícia: um exemplo que são ações pontuais é interessante aquela estrada que liga Cajueiro a Barra Grande que no projeto inicial era asfalto e ai houve isso em 2009-2010 uma interferência grande da APA eles trocaram por bloquete. É que nós participamos da elaboração do plano diretor, ai dentro da discussão do plano diretor vinha essa ideia de fazer asfalto e ai foi um posicionamento que a gente teve e que o resto da comunidade também teve, então isso é um exemplo. Outro exemplo eu acho, são exemplos pontuais num é, vamos dizer assim, não tem um aspecto de continuidade e muito de reação, então é diferente de você ser propositivo, ou seja, você é propositivo dentro daquele aspecto de um problema que possivelmente trará consequências. Ah foi uma ação que o conselho teve quando o governo do estado, se não me engano foi em 2013, quis fazer o projeto de urbanização do Porto dos Tatus e vem um mega projeto que previu uma torre que a gente chamava de disco voador, então era uma torre de concreto, só essa torre levava perto de 2 milhões do projeto, um torre que se dizia de observação que ia ser construída lá e que o conselho se posicionou de uma forma totalmente contraria, porque isso é uma coisa que a gente até falou, olha fazer uma torre dessa no parque do Ibirapuera em São Paulo beleza, um projeto bonito, mas fazer uma torre dessa no Delta, com entrada pro Delta não tem nada a ver com a paisagem, ai o conselho inclusive parou a reunião porque estava tendo uma audiência pública que eles marcaram no mesmo dia da reunião do conselho, e ai o conselho inteiro saiu e foi pra essa reunião, e ai foi uma ação que realmente teve interferência porque o projeto não foi pra frente [ele: e foi reconhecido a importância da contribuição porque muitas vezes você faz o debate toma tempo, mas tanto na questão que eu citei e nessa que a Patrícia tá citando foi refeito o projeto do Porto dos Tatus e do Porto lá de Luís Correia também passou um pouco por isso também, é e ai se muda o projeto e a gora nós já

autorizamos novo Porto dos Tatus muito mais integrado para as questões do Piauí, dessa gente que mora aqui e que o turista tem destacado importante quando ele vem ou o que a gente tem ouvido, embora o que eu tô falando aqui ainda tá bastante empírico, a gente não tem tanta pesquisa.

26. Existe uma rede de comunicação entre o órgão gestor, comunidade e o trade turístico?

Acredito que o Conselho se propõe a essa instância mesmo assim [Patrícia: acho que não existe nada formal até porque o trade tinha um espaço dele no conselho que era ocupado por duas entidades, que uma era aquela Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS) e acabou, então depois pela Associação das Empresas de Turismo da Rota das Emoções (AETRE), inclusive a AETRE nós passamos praticamente, a ADRS a gente já tinha conseguido substituir num processo de renovação do conselho em 2015, a AETRE não, porque ainda participaram, é que ainda era o representante era o Moraes Brito e logo depois a AETRE parou completamente de atuar, e agora a gente (você também viu) tá conversando sobre a substituição, então esse dialogo que poderia se dá através do conselho ficou completamente interrompido, porque o conselho era o único espaço que existia né, então estamos reconstruindo isso agora para no momento a gente tá fazendo o convite para o *Convention Boureau* e pro pessoal da Associação das Pousadas de Barra Grande e pro Instituto Macapá, inclusive naquele dia da reunião eu sai da reunião pra ir na Barra Grande que tinha uma reunião com o Instituto Macapá Meu Amor e com a associação de pousadas de barra grande junto com o Elcio do Sebrae, pra poder fazer esse dialogo, que o conselho já tomou a decisão de fazer convite pra todas essas associações, pedir o estatuto, etc e tal. E foi legal porque aquela discussão que a gente teve do Instituto Macapá entra ou não, porque o Macapá tá fora da área e na própria reunião eles se colocaram dessa forma, então até tipo assim justificando que era muito mais importante Barra Grande tá dentro do conselho do que eles, que eles estão começando a fazer esse dialogo de forma mais continua, então eu acho que ainda é uma coisa a se pensar pra frente né de construir.

27. O turismo tem contribuído para o desenvolvimento regional, considerando que a APA Delta do Parnaíba abrange três estados?

Eu acho que vou dá uma opinião um pouco mais pessoal do que institucional, eu acho que o turismo ele tem grande potencial de desenvolvimento e os três estados

já tem bebido disso, todavia precisa é se escolher o projeto de desenvolvimento que se quer para os territórios da APA e aí a partir do momento tem a decisão de que o turismo tem o potencial a gente tem que demonstrar isso com ações que tragam mais turistas, que reflitam isso, porque isso vai de confronto com outros projetos de desenvolvimento, não vou citar A, B ou C, mas existe outros projetos.

Eu diria assim que quando a gente fala de desenvolvimento regional a gente tem que para pra se perguntar que desenvolvimento regional que beneficia a quem, e porque a gente percebe que claro que o turismo tem ampliado essas possibilidades, mas a gente pergunta exatamente se essas comunidades estão sendo beneficiadas por esse desenvolvimento, e quando eu falo essas comunidades que existem aqui na APA, ocupando esse território né há 150, 200 anos, e muitas vezes o desenvolvimento que é legal que exista pode tá excluindo essas comunidades quando tá beneficiando outros setores, outros segmentos, inclusive segmentos que vem de fora, inclusive e, mesmo alguns que são daqui, mas que acabam repercutindo pra essas comunidades se beneficiarem também disso, e aí a gente tem que lembrar uma questão que é fundamental assim do ponto de vista dos objetivos da unidade, desse território, como existe entre outros objetivos da APA, que além de proteger a biodiversidade, proteger os ecossistemas, existe um objetivo fundamental também que é proteger as populações tradicionais que vivem de, com base nessas atividades mais tradicionais como pesca, agricultura familiar, que poderiam tá sendo incluídas dentro dessa perspectiva de desenvolvimento que o turismo traz, e agente vê muito pouco isso, a gente vê a outra ação que é cada vez mais, não vou dizer que isso seja no território da APA, mas aonde o turismo tem impactado mais coloca essas populações em risco, muito mais do que traz benefícios, são poucos os que realmente são beneficiados.

28. Como a gestão da APA Delta do Parnaíba realiza suas atividades considerando as políticas públicas específicas de cada Estado?

Bom, aí a gestão da unidade pautada nos princípios legais influenciam as políticas públicas assim quando nos é protegido ou demandado, então tem essas nossas atribuições legais de interferência da política pública mesmo, é outra questão aí vem pro âmbito do conselho onde então a gente junta atores do território faz um debate de algo que tá influenciando na unidade e tenta fazer com que esse conselho tenha voz ante aos atores públicos aqui envolvidos e aí não o caso, mas a gente poderia

colocar estado e município, é muito importante que a gente consiga dialogar com os municípios e contribuir.

Existem espaços, principalmente de, existiram esses espaços sendo criados há dois, três anos atrás, então é, esses espaços que você tem a oportunidade de exercer alguma interferência nas políticas públicas, a gente buscou participar, um exemplo o Plano Diretor foi um dos espaços onde a gente foi facultar, nos pra falar a verdade dentro do território da APA nos participamos apenas de um plano diretor, um dos que foi o de Cajueiro da Praia e de Ilha Grande, no de Cajueiro da Praia com mais ênfase muito por conta da preocupação, Ilha Grande não tanto, mas participou também, e a dificuldade muitas vezes é que esses espaços de elaboração e criação de políticas públicas existem, muitas vezes aconteceu da gente simplesmente não ficar sabendo que aconteceu, por exemplo os outros municípios quando foram elaborados os planos diretores a gente não teve conhecimento, infelizmente a gente não consegue está nos dez municípios acompanhando tudo que tá acontecendo, existe uma dificuldade ainda institucional de ver o ICMBIO como um órgão que tem gestão de um território que do ponto de vista ela precisa tá sendo convidado a participar dentro desse espaço de elaboração e atuação das políticas públicas, aqui no Piauí teve momento muito rico, assim como o próprio plano diretor que teve aqui de desenvolvimento da região meio norte que participamos de desenvolvimento regional que ficou com várias audiências, assim nos estados do Piauí, Maranhão e Ceará também, a própria política do polo do Delta que também foi outro espaço importante de formulação de políticas públicas, mas assim uma opinião pessoal também eu me recinto muito dessas políticas públicas que são formadas e depois viram gaveta, porque eu vou dá um exemplo do que foi a criação do programa polo do Delta, é sai no posicionamento final de você trabalhar com ações, segmentos turísticos de forma diferente conforme o território, então uma das propostas foram atuadas exatamente que você estaria incentivando os segmentos em mar, principalmente na área da Atalaia, que é Luís Correia, e que a partir do Coqueiro, Barra Grande e Delta a gente trabalharia com o turismo ecológico, principalmente na área de Barra Grande, foi proposto o de base comunitária também, claro que é uma orientação, não que dizer que, mas praticamente a gente não viu de lá pra cá nenhum tipo de ações que essas políticas definidas entendeu que estejam ligadas ao que foi discutido, porque muitas vezes você tá vendo que Barra Grande você tá sentindo o segmento de sol e mar e hoje você tem situações como a gente já viu de

no réveillon ter 20, 30 mil pessoas num município que comporta 7 mil, então o que nos preocupa é isso, quer dizer e uma das coisas que a gente tem dificuldade é como vincular o plano de manejo com essas políticas pública também, porque é como se o plano de manejo estivesse todo atrás. No plano diretor de Cajueiro, por exemplo, a gente conseguiu colocar dentro do plano diretor essa questão de que era preciso que o plano de manejo passa a ser outro referencial entendeu do ponto de vista da gestão do território, mas só foi no de Cajueiro e foi porque nós estávamos participando de praticamente do processo inteiro.

ANEXO III

ENTREVISTA GUIADA 02: RESEX MARINHA DELTA DO PARNAÍBA

1. Sexo

(x) Feminino () Masculino

2. Idade: 40 anos

3. Procedência

São Paulo

4. Formação acadêmica

Direito, com especialização em direito ambiental.

5. Tempo de gestão na UC?

02 anos

6. Como é feita a escolha do gestor

() Indicação () Eleição (X) Outra: Adequação da necessidade com o perfil

Então, na verdade eu trabalhava em Brasília, tava a 14 anos trabalhando em Brasília, lá num cargo de confiança e aí eu resolvi ter a experiência de trabalhar na gestão de uma unidade, e eu queria trabalhar numa reserva extrativista, queria ter essa experiência de reserva extrativista, e eu sempre quis trabalhar numa reserva extrativista marinha, então eu procurei, essa reserva extrativista tinha uma chefia, mas que tava querendo sair né, ela tinha o histórico de déficit de gestão, então eu escolhi vim trabalhar nela, sempre tive vontade de trabalhar no Maranhão também, ela fica no Maranhão a maior parte dela... e também meu marido é gestor ambiental, então a gente também tinha que acertar a locação dele, tinha que ser um local que desse pra ele trabalhar em outra unidade, que não fosse a mesma pra gente não ficar se degladiando no escritório e em casa depois. Acho que aqui foi um concertação do ICMBIO mesmo né, o perfil técnico com a necessidade da gestão assim.

7. Qual a quantidade de funcionários na RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

Então, nós somos hoje duas analistas ambientais trabalhando diretamente que sou eu e a Luciana e ai a gente tá agora recentemente contratando o quarto estagiário, mas isso a gente conseguiu nos últimos seis meses, até então erámos só nós duas.

8. A quantidade de funcionários é suficiente para a gestão da RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

() Sim () Não (X) insuficiente

Não, obviamente seria o ideal seria muito mais pessoas, é mais a gente consegue, trabalha também de forma conjunta com a equipe da APA no escritório e a gente procura um apoiar o outro nas ações que são mais conjugadas, como fiscalização, essa questão de licenciamento, então tem várias, várias ações que a gente trabalha em conjunto, um ajudando o outro na gestão assim. Então não é suficiente claro, que se a gente tivesse uma quantidade de funcionários maior e mais recursos humanos, porque também só funcionários também num resolve, mas se tivesse mais recursos financeiros a gente poderia fazer muito mais. Mas eu considero que a gente tá numa situação até razoavelmente bem assim que se a gente comparar com as unidades da Amazônia, por exemplo. Porque a equipe não é grande, mas o escritório tem uma equipe grande que acaba dando suporte.

9. Os equipamentos são suficientes para a conservação da RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

() Sim () Não

Então equipamentos a gente tem um problema serio assim, carros muito antigos que tem é problemas constantes, a gente tem uma embarcação que tá sempre quebrada e ela não responde a nossa real necessidade, por exemplo, a gente não consegue ir pra alto mar com ela, ela é muito pequena e insegura pra ir pra alto mar, então a gente tem que ter uma embarcação mais adequada, porque a gente tá falando de um arquipélago né, a reserva extrativista é um arquipélago, a gente só chega pro barco nela, isso é um problema porque a gente acaba dependendo de embarcação de terceiros, então assim, computador, escritório tudo isso a gente utiliza da APA e da coordenação regional, a gente não tem equipamento próprio.

10. Qual a formação da equipe que atua na RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

Direito

Ecologia

Estagiários: biologia e pedagogia.

11. Quais os órgãos/instituições parceiros do ICMBIO (Conselho)?

Então a gente trabalha em parceria com a Embrapa, com a UFPI, UESPI, a gente desenvolveu um trabalho grande agora em parceria com o Instituto Museu Emilio

Goeldi, é do Pará, a gente tem parceria com ONGs locais, CIA, Tamanduás do Brasil, Tartarugas do Delta, é, deixa eu ver o que mais, a gente tem uma parceria com Polícia Federal na parte de fiscalização, com o IBAMA também a gente estabelece várias ações conjuntas de fiscalização, a gente trabalha também com o governo federal do Maranhão bastante e a gente tem parceria com as prefeituras, e depende muito da gestão que tá.

12. Quais as atividades realizadas na RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

A gente faz muita coisa.

A gente tá trabalhando com três princípios gerais para nortear, assim de prioridade pra gestão. O primeiro é trabalhar o fortalecimento das parcerias tanto com as instituições que eu citei pra você quanto pra trabalhar com a comunidade, então a gente tem trabalhado nesse fortalecimento da parceria, da ação conjunta e do alinhamento né das ações com todas as associações da comunidade. Esse ano que passou, nesses últimos dois a gente trabalhou muito, em todas as ações a gente trabalhou a questão do fortalecimento da comunidade em si, esse fortalecimento trabalhou nosso com a comunidade essa coisa que é um dos princípios basilares da nossa ação e ele em praticamente em todos os projetos. A gente trabalhou aí o segundo ponto é trabalhou o ordenamento do território, então assim é uma reserva extrativista que tinha um problema emergencial de uso muito precário, muito antigo, muito desatualizado e que não tinha sido implementado, então a gente começou a trabalhar nessa questão da priorização do ordenamento dos usos, e aí uma das coisas que entrou forte é o turismo, que é o seu tema, porque a gente tem uma atividade de turismo que acontece fortemente na reserva extrativista e que nunca foi objeto de ordenamento algum e que pouco valoriza a unidade de conservação, pra dizer que não valoriza nada assim praticamente, é um turismo que acontece ignorando aí a existência de uma reserva extrativista. E o terceiro ponto é o fortalecimento das cadeias produtivas a partir dos produtos da biodiversidade, da sociobiodiversidade da comunidade assim, então trabalhar esse potencial de fortalecimento das cadeias que já atuam pra que melhore a renda e a segurança alimentar dessas famílias. Esses são os três princípios basilares com os quais a gente trabalhou.

Então, no último ano trabalhou com o ordenamento da pesca do robalo e a valorização dessa pesca do robalo, parceria com a universidade com a comunidade local pra entender melhor a pesca, entender essa cadeia econômica, fazer pesquisa

sobre o ciclo de vida do peixe, situação da pesca, a gente fez esse trabalho em uma das comunidades a gente fez um trabalho forte de ordenamento da questão da cata do caranguejo, a gente criou um plano de gestão para o caranguejo, então não só regras pra cata do caranguejo, mas também a gente trabalhou também com os catadores e pra eles uma estratégia de ações que a gente tinha que fazer pra melhorar a questão da cata do caranguejo. Ai nessa estratégia saiu várias ações, eles aumentaram o tamanho mínimo do caranguejo, então o caranguejo por lei é de 6 cm e dentro da reserva extrativista passou a ser de 7 cm, eles proibiram qualquer uso de apetrecho dentro da reserva extrativista e eles criaram áreas de recuperação do caranguejo, cada comunidade escolheu a sua. Além disso, a gente conseguiu construir um selo do caranguejo, pra valorizar esse caranguejo que tirado do Delta de forma tão diferente, com tanta preocupação ambiental e agora a gente conseguiu uma parceria com o MAPA que o ministério da agricultura e do desenvolvimento social, eles vieram aqui há duas semanas atrás para conhecer a reserva extrativista e o trabalho dos catadores, adoraram e a gente acordou que a reserva extrativista vai ser piloto pra essa marca, pra esse do caranguejo. Além disso, a gente tá trabalhando com foro para os catadores, a gente tá trabalhando com os materiais didáticos para as escolas e pros catadores, com o plano de gestão sobre a relação de vida deles com o mangue, a gente trabalhou também o ordenamento da atividade do gado, o ordenamento da atividade da carnaúba, o ordenamento da construção de casas e a construção de novos cercados na reserva extrativista. Isso tudo é feito junto com as comunidades, as associações de cada comunidade são responsáveis por fazer o pedido de autorização de cada família, analisar esse pedido e fazer um debate na associação sobre a posição da comunidade em relação aquele pedido. Então, toda nova casa, novo cercado, nova atividade de criação que fosse feita é analisada pela comunidade antes e depois esse pedido é enviado para o ICMBIO, ai a gente faz a análise no escritório. A gente trabalhou também fortemente com as escolas, então esse projeto de educação ambiental em parceria com as ONGs que eu falei pra você, a gente fez várias ações de educação ambiental, a gente conseguiu ajudar a associação da principal comunidade a fazer uma reforma na associação, a gente instalou lá um tele centro comunitário do governo federal com doze computadores, e agora em parceria com a escola, a gente tá fazendo a inclusão digital da comunidade que pela primeira vez estão tendo acesso a computador, que eles não tinham, está tendo acesso a internet, ai a gente conseguiu

dois estagiários que da comunidade, que são estudantes de pedagogia, que estão num período integral no telecentro ensinando as criação a mexerem no computador e as pessoas da comunidade também.

Além disso, a gente tá trabalhando com acesso ao crédito, a gente conseguiu o documento de regularização fundiária da reserva extrativista esse ano, depois de muito trabalho nesse sentido, ai a gente tá passando esse contrato de direito real para as comunidades, eles criaram uma associação mãe que engloba todas as associações da reserva extrativista e ai agora com acesso a esse documento eles também vão ter acesso ao crédito do INCRA, ai a gente tá trabalhando com o INCRA, a gente vai ser a reserva extrativista piloto nessa iniciativa de projetos de fortalecimento das cadeias produtivas do extrativismo com esse crédito do INCRA pra fomento, o crédito fomento produção e fomento mulher.

A gente tá com projetos pilotos, bases pra que as comunidades usem esses projetos de acesso a crédito do INCRA, então dentre eles tá a produção de ostra, é compra de material para retirada do pó da carnaúba, quintais agroecológicos, atividades para trabalhar com extração do óleo de coco, atividades para fortalecer o artesanato, atividade para fortalecer o turismo de base comunitária e daí isso ai tudo vai entrar como um projeto com essas parcerias que eu citei pra você que vão fazer a assistência técnica dentro da implementação desse crédito. Além disso, a gente tá discutindo o perfil desse beneficiário esse ano com eles, a gente começou ontem a fazer essa discussão, então nos vamos criar o perfil de beneficiário e a lista de beneficiários da reserva extrativista no ano que vem.

No ano que vem, também, a gente vai implementar o selo do caranguejo e a gente tá sendo piloto também no monitoramento do mangue, é um monitoramento feito pelas comunidades junto com a Embrapa e com a universidade federal do Piauí e a gente tá fazendo um trabalho para que esse monitoramento seja acompanhado na carga escolar das escolas comunidades, para que elas acompanhem as atividades e insiram o currículo escolar delas esse debate sobre os dados que saírem do monitoramento.

A gente também tá trabalhando a questão do turismo de base comunitária, então a gente trabalhou esse ano com uma discussão com eles de que tipo de turismo eles gostariam de ter na reserva extrativista, então a primeira coisa foi discutir se eles gostariam de ter turismo na reserva extrativista ou se o turismo é uma atividade que prejudicam eles. Eles escolheram ter o turismo, desde que o turismo fosse

ordenado, então a gente começou a fazer uma discussão com eles agora através do conselho de que tipo de turismo eles gostariam que fosse desenvolvido na reserva extrativista, e quais as ações que eles entendem que é prioritária pra trabalhar na comunidade pra chegar nesse turismo que eles gostariam, e a partir disso a gente desenhou vários editais e agora a gente vai atrás de apoio financeiro pra fazer esse trabalho de turismo de base comunitária lá na RESEX.

Além da burocracia infernal e infinita de Brasília, das ações de fiscalização, das brigas de vizinhos, das brigas políticos do território, além do prefeito que não quer recolher o lixo.

A gente fez um mutirão de plantio de mangue, recebeu o ministro esse ano pra discutir a pesca, cobrou o plano de manejo, ampliação da RESEX.

13. Quais as pesquisas que já foram desenvolvidas na RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

Tem milhares, eu imagino que tem muito mais do que a gente tem conhecimento. Tem pesquisa com relação ao caranguejo, muitas pesquisas em relação a pesca, de fauna, do tamanduá, eu posso te dizer com certeza, que o pessoal do Tamanduá é parceiro nosso, a gente tem pesquisa de geologia, geomorfologia, do turismo, bastante, não vou saber tudo de cabeça.

14. Como acontece a visitação?

O turismo aqui é assim, num tá, ele é feito todo dentro da reserva extrativista, mas não ele para na comunidade, ele não valoriza essa questão do sociocultural que a gente tem da comunidade, e o ambiental é muito incipiente, a gente quer priorizar a questão do turismo no ano que vem, porque a gente entende assim, que primeiro precisava ter uma comunidade mais fortalecida, mais organizada, mais apropriada da discussão pra gente poder avançar nesse sentido, mas a gente entende que se tem muito pra se discutir ainda para o turismo e a gente entende que tem um potencial para o turismo muito interessante que não é o explorado na região assim. Além de que o turismo que acontece aqui é um turismo tem problemas do ponto de vista ambiental, a gente tem problemas com o assoreamento do rio, tem problemas com os dejetos que são jogados diretamente no rio, ai tem uma séria de discussões, a gente tem um problema com embarcações que não respeitam a pesca artesanal, que prejudicam os pescadores, que colocam em risco a vida dos pescadores artesanais, então tem muito problema pra ser resolvido, além de ter muito potencial

pra se tornar uma coisa que a comunidade possa se beneficiar mais, possa valorizar mais a região e conseqüentemente proteger melhor a região.

15. Há algum estudo de demanda (visitação)? Se sim, qual a média de visitantes?

Não Sim

A gente tem uma média de visitantes no Delta estimada pelo SEBRAE de em média de 100 mil visitantes ao ano. Eu tenho trabalhado essa questão do turismo bastante com a prefeitura de Ilha Grande, a gente tem trabalhado bastante em parceria com a secretaria de turismo, então a gente tava buscando dados para criar a câmara setorial de turismo de Ilha Grande que a gente criou semana passada.

16. Existe ou já foi realizado algum estudo de capacidade de carga da RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

Sim Não

Então a gente tem uma pessoa da universidade fazendo esse estudo, mas eu não tive acesso ao resultado desse trabalho.

17. A RESEX Marinha Delta do Parnaíba possui plano de manejo?

Sim Não Em fase de construção

Não, a gente vai ano que vem fazer o plano de manejo da APA e ai a gente tá com uma previsão orçamentária ano que vem pra sair o plano de manejo da RESEX, mas tá tudo muito inseguro por conta do governo.

18. As entradas de visitantes na RESEX Marinha Delta do Parnaíba são fiscalizadas?

Sim Não Parcialmente

Não

19. Quais as entradas para a RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

Ela é uma ilha, então embarcado você consegue entrar na ilha toda. Então a gente quer trabalhar com a prefeitura de ilha Grande pra esse turismo de fluxo maior que sai do porto dos tatus, a gente ter um controle de entrada com o voucher e um trabalho de educação ambiental com o pessoal ali antes de ir pro Delta, a gente trabalhou esse ano todo com essa projeção de criar um voucher, estabelecer um ordenamento ali no embarque, a gente criou também uma lei municipal pra trabalhar o porto dos tatus, ali naquela atividade, a gente trabalhou também ali na construção de um plano de capacitação de condutores, então a gente vai cadastrar os condutores de turismo, e vai obrigatório fazer um curso de capacitação que vai ser

dado em parceria com a ONG Tamanduás do Brasil, pela UFPI pelo SEBRAE, capitania dos portos e ANVISA, é um projeto pra após temporada.

20. Qual a principal entrada da RESEX Marinha?

Porto dos Tatus, o maior fluxo de visitantes, praticamente 90%.

21. Qual a interferência do turismo na RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

Um das coisas que eu esqueci de falar, quando foi votado no conselho sobre a possibilidade de ter visitação e de ter o turismo dentro da reserva extrativista, a gente também apresentou pra eles a situação das pousadas, que eram pousadas de pessoas vinculadas a comunidade pra checar com eles se aquelas pousadas podiam ser passíveis de autorização direta do ICMBIO, então a gente fez essa construção com eles, eles aprovaram né, reconheceram que as comunidades, as pousadas são realmente de pessoas, pousadas familiares de pessoas vinculadas a comunidade, e então eles aprovaram que seria possível de autorizar elas também, então a gente fez também esse processo de ordenamento dessas pousadas.

Eu acredito que o turismo acontece na reserva de forma positiva pra algumas famílias que estão vinculadas diretamente ao turismo, então pescadores, ex-pescadores que viraram condutores de embarcação, por exemplo, as pessoas que vivem de quadriciclo, são condutores de quadriciclo dentro da reserva extrativista que levam o turista pra passear na área interna da reserva extrativista, algumas famílias que já tomaram a iniciativa de ter um restaurante ou de ter uma pousada mais familiar, assim tem se beneficiado, mas ainda é incipiente, sabe, ainda tem bastante problema ainda. Eu acho que o principal problema hoje ainda é vinculado ao impacto sobre a pesca sabe... é, então a gente tem por exemplo atividades de kitesurf que acontecem na barra das canárias que impacta diretamente a entrada do peixe dentro do estuário da reserva extrativista, e a falta de ordenamento dessa atividade tem gerado vários conflitos entre pescadores e kitesurfistas. Então outro problema que a gente tem é o das embarcações das lanchas rápidas, ou das pessoas que vem fazer turismo de pesca esportiva e levam muito peixe embora porque não tem ordenamento assim, e os pescadores ficam muito chateados com essa situação, então tem várias questões ai para serem trabalhadas.

Eu acho que um fator forte de turismo que tá relacionado a falta de valorização dessa riqueza cultural e da importância dessas comunidades sabe, então existe uma visão meio linear entre, tanto as agências de turismo e também das comunidades que aquilo ali é sinônimo de pobreza sabe, e que o turismo é uma oportunidade pra

converter esses pescadores em funcionários de empresas de turismo assim, sabe, então assim, eu tenho uma sensação sendo uma pessoa de fora de que as empresas não levam o turista lá porque acreditam que as pessoas vão achar que ali é um lugar pobre e feio, e que as próprias comunidades não conseguem enxergar o valor da riqueza cultural, da qualidade de vida e do encantamento que eles tem pra oferecer pro turista assim sabe, e a gente tem trabalhado isso na comunidade para que eles compreendam que existe outro tipo de turismo que valoriza essa experiência e essa vivência e que gostaria de sair pra pescar com o pescador, ver como é feita a cata do caranguejo, ficar hospedado na comunidade onde tem menos luz, onde você tem uma vida mais tranquila e viver a experiência ou acampar num lugar assim ou fazer uma caminhada num lugar assim, estão muito acostumados com uma visão assim dum turista que quer ir pra um resort e quer passear de lancha onde o *kitesurf*, mas não enxerga a comunidade assim. Uma forma de turismo muito excludente.

22. Existe alguma orientação para a visitação na RESEX Marinha?

Hoje a gente ainda não consegue fazer, o que a gente faz é pra trabalhar, a gente ainda tá se preparando pra trabalhar os condutores de turismo fazerem essa orientação assim, seria impossível pra nós fazer esse trabalho de orientação antes do turista embarcar pro delta, mas a gente vem se preparando pra trabalhar pra isso, quando tiver a reforma do porto dos tatus e que a gente tiver capacitado os condutores, que eu acho que hoje é a prioridade, que eu acho que os condutores façam esse papel de conversar com o turista, explicar essas questões pra eles né e valorizar também essas questões pro turista, mas a gente vem se preparando também, a gente tá com um grupo de voluntários da UFPI e a gente tá começando a trabalhar com eles nessa perspectiva também. E também nessa perspectiva de fazer essa discussão em Parnaíba sobre a importância das unidades de conservação do delta, assim porque elas ainda são muito invisíveis para a população de Parnaíba.

A gente tem feito um trabalho forte de entrar na universidade, a gente tem ido em todo seminários, conversado, a gente formou um grupo de voluntários da universidade, estamos com estudantes de turismo como voluntários também, mas tem engenheiro agrônomo, tem engenheiro de pesca, tem biólogo, tem um grupo bem legal, tem psicólogo como voluntário, a gente tem feito um trabalho também com os jovens pra poder, tem um grupo da psicologia lá da UFPI que tá com a gente

com o pessoal do ensino médio, formando um grupo de jovens na RESEX, e trabalhando essa questão da perspectiva, identidade, territorialidade, toda esses fatores que são fundamentais pra depois a gente trabalhar essa perspectiva do turismo por exemplo, ele ter esse pertencimento, essa valorização da identidade deles, fundamentar pra depois a gente poder ordenar o turismo e escolher que turismo a gente vai querer, se eles não se enxergarem nesse processo não adianta.

23. Como e quando se deu a criação do Conselho Consultivo da APA Delta do Parnaíba?

Conselho Deliberativo.

Então o processo de criação do conselho é bem antigo, mas quando eu cheguei aqui há dois anos atrás ele nunca tinha sido reformulado, então a gente tinha o mesmo grupo de conselheiros praticamente da criação dele e tinha pouca representatividade efetiva né dos conselheiros. Então a gente fez um trabalho de reformulação do conselho, trocamos todos os conselheiros e estamos trabalhando agora numa capacitação do pessoal do conselho que pra entender qual a função do que é ser conselheiro de uma reserva extrativista né, que tinha uma visão muito deturpada de que o conselheiro é um fiscal do ICMBIO na comunidade e na verdade o conselheiro é justamente o contrário, ele é um representante da comunidade nas decisões da gestão, então a gente fez esse ajuste aí no entendimento de qual é o papel do conselheiro e também renovamos esses conselheiros.

Esse ano a gente trabalhou muito nessa questão dos intercâmbios, então a gente fez uma agenda forte pra que as comunidades tivessem a oportunidade de conhecer outras comunidades, outras reservas extrativistas e outras realidades, isso ajudou muito, pra que eles se sentissem mais fazendo parte de uma estratégia de conservação, social, ambiental e cultural muito mais forte né, e eles perceberem que não estão isolados nessa luta e que tem muitas coisas boas e muitas coisas difíceis ainda pra serem superadas.

24. Quais as ações desenvolvidas pelo conselho deliberativo da RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

O conselho tem um papel fundamental na aprovação de todo o processo que eu coloquei pra você, o conselho tem um papel fundamental aí em aprovar todas essas ações, a gente discute isso tudo, todas essas ações que a gente colocou pra você elas foram construídas junto com o conselho, essas estratégias de gestão, prioridades de gestão, prioridades de atuação, todos esses apontamentos foram

construídos em parceria com o conselho, através do conselho, e aí a gente também aprova atividades como, por exemplo, pesquisa que envolva comunidade tem que ser aprovada no conselho ou pelo menos ser aprovada pela comunidade que vai ter acesso a essa pesquisa, mas todas as ações maiores são construídas assim em parceria com o conselho.

25. É realizado algum projeto de desenvolvimento regional para o ordenamento das atividades da RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

Então a gente tem trabalhado assim o ordenamento em várias ações, a gente trabalhou no plano de gestão do caranguejo, das normas pra cata do caranguejo, a gente trabalhou na discussão do robalo também, a gente instituiu áreas de restrição de pesca do robalo que foram definidas pela própria comunidade, a gente tá trabalhando no ordenamento do gado, no ordenamento das outras criações, então assim, todos esses regramentos estão sendo registrados e fazem parte desse processo de ordenamento, o próximo passo é fazer o ordenamento do turismo, isso a gente tem feito em parceria com a prefeitura de Ilha Grande, com a universidade, com outras instituições, a ideia é que isso tudo se traduza depois num plano de manejo.

26. Como a atividade tem refletido no desenvolvimento da região, considerando as características econômicas, políticas, ambientais e sociais?

Então, a ideia é que assim a reserva extrativista é criada para a cultura e o meio ambiente e o modo de vida dessas populações tradicionais, então ela de cara já impacta no território porque ela protege esse território de uma especulação imobiliária, por exemplo, porque esse passa a ser um território, que se ele não for um território da união vai ser objeto de desapropriação e vai virar uma área da união e vai ser concedida para essas comunidades, que é esse passo agora que nós estamos agora na reserva extrativista, então você não vai ter propriedade privada dentro da reserva extrativista, a área é uma área de uso coletivo da comunidade para a comunidade, só quem é beneficiário da reserva extrativista que pode morar dentro dela, então isso já restringe e impacta o território de forma significativa, além disso, as comunidades fazem a gestão de forma participativa com o ICMBIO, então toda a construção de regramento é feito em conjunto com as comunidades, então esse regramento também vão impactar nas atividades econômicas da região, a ideia é que esse regramento contribua pra o desenvolvimento dessas comunidades também, pra proteção, mas também pro desenvolvimento econômico e social

dessas comunidades e que isso impacte positivamente o território consequentemente. Além disso, a gente tem trabalhado nessa questão de fomentar um turismo, a reserva extrativista, o delta é um dos três atrativos da Rota das Emoções, ele é o único atrativo que não é um parque, ele é uma reserva extrativista, a nossa ideia é fomentar aqui dentro da reserva extrativista um turismo diferenciado, um turismo de vivencia mesmo, que o extrativismo e essa característica cultural e socioambiental que tem nesse território seja um atrativo do turismo pra cá, seja um fator de atração e de valorização de um turismo pensado pra essa região, claro que essa expectativa bem diferente hoje do setor de turismo que tá instalado aqui, a gente vai ter que fazer esse encantamento coletivo ainda mostrando que isso é um potencial e que a gente pode trabalhar nesse sentido também assim, também tem espaço pra manutenção da atividade, não da forma que ela é feita hoje, porque ele tem impactos realmente negativos, a gente vai precisar fazer alguns ajustes, mas tem espaço para os dois tipos de turismo na região.

27. Existe uma rede de comunicação entre o órgão gestor, comunidade e o trade turístico?

Sim, um dos espaços de comunicação nesse sentido é o conselho, o conselho tem assento pra representantes do turismo, do órgão gestor e das comunidades, mas, além disso, a gente tem trabalhado na perspectiva de ter aqui um grupo de turismo na região em que a gente tá começando a fazer a inserção das comunidades nesse grupo também de discussão sobre que tipo de turismo que a gente quer e quais são ações necessárias para a região, por enquanto é mais um setor turístico junto com o ICMBIO, a gente devargazinho, a gente vai fazer o primeiro seminário, a primeira oficina pra discutir o ordenamento do *kite*, todo mundo junto, junto com as comunidades agora no dia 14 de dezembro, então vai ser o primeiro momento que a gente vai ter um grande grupo do setor de turismo com o SEBRAE, e ICMBIO e comunidade pra discutir essa questão específica do *kitesurf* que é uma questão latente de conflito com os pescadores e que nós vamos começar a discutir, mesmo antes de começar o plano de manejo.

28. O turismo tem contribuído para o desenvolvimento regional, considerando a abrangência estadual da RESEX Marinha Delta do Parnaíba?

Eu acho que esse tipo de turismo contribui pro desenvolvimento da região, mas de forma ainda muito pontual e incipiente assim, eu acho que existe muito mais

potencial do que é utilizado hoje, do que é explorado hoje, e ele ainda fica muito restrito na mão de algumas empresas.

Eu acho que tem todo um atrativo aí, por exemplo, pra ser mais concreto assim, a gente tem um artesanato lindíssimo no Piauí e no Maranhão e o turista não tem acesso a esse artesanato em num local praticamente da região, agora você tem o caso ali das rendeiras em Ilha Grande, mas é uma coisa assim bem tímida perto do potencial que a gente tem na região, e a gente tem um série de pessoas na comunidade que tão abandonando a atividade de artesanato porque não sabe onde vender esse artesanato, então só pra ilustrar um pouco como ainda tem muitas conexões a serem feitas assim.

O trabalho das rendeiras é interessantíssimo para você para ali pra ver como é feita a renda, é uma coisa muito bonita né.

29. Como a gestão da RESEX Marinha Delta do Parnaíba realiza suas atividades considerando as políticas públicas específicas de cada Estado?

Pois é, isso é um desafio. A gente tem tentado encontrar os pontos de convergência e priorizar esse trabalho de convergência e em alguns espaços que são os mais emergenciais que a gente não tem perna pra fazer tudo, que são importantes pra gente fazer alguma intervenção a gente faz assim. Por exemplo, o processo de licenciamento, audiências públicas, grupos de trabalho pra priorização, por exemplo, de financiamento público para o turismo, financiamento do estado, a gente tem tentado participar de alguns espaços assim pra justamente tentar interferir pouco e tentar contribuir um pouco nesse processo, mais aí realmente falta perna.